



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A CONCEPÇÃO EDUCACIONAL DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO  
ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC): UMA ANÁLISE DA REVISTA  
INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE (2013-2018)**

**RODRIGO KAUFMANN TEIXEIRA**

**FLORIANÓPOLIS, 2019**



**RODRIGO KAUFMANN TEIXEIRA**

**A CONCEPÇÃO EDUCACIONAL DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO  
ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC): UMA ANÁLISE DA REVISTA  
INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE (2013-2018)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Mariléia Maria da Silva

**FLORIANÓPOLIS, 2019**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da  
Biblioteca Setorial do FAED/UEDESC,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Teixeira, Rodrigo Kaufmann

A concepção educacional da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) : uma análise da revista Indústria & Competitividade (2013-2018) / Rodrigo Kaufmann Teixeira. -- 2019.

141 p.

Orientadora: Mariléia Maria da Silva

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2019.

1. Educação. 2. FIESC. 3. Revista Indústria & Competitividade. I. Silva, Mariléia Maria da. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

# Rodrigo Kaufmann Teixeira

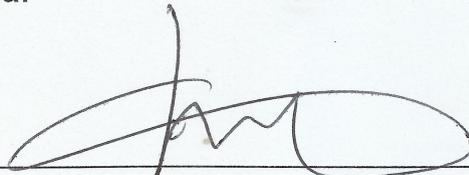
## A concepção educacional da Federação das Indústrias do estado de Santa Catarina (FIESC): uma análise da revista Indústria & Competitividade (2013-2018)

Dissertação julgada adequada para obtenção do Título de Mestre/a em Educação junto ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Florianópolis, 31 de julho de 2019.

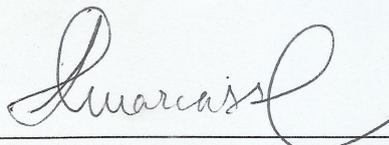
### Banca Examinadora:

Presidente/a:



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariléia Maria Da Silva  
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro:



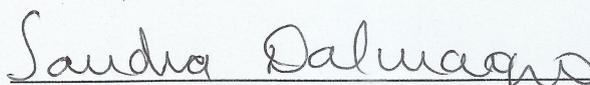
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Pedrosa Marcassa  
Universidade Federal do Estado de Santa Catarina – UFSC

Membro:



Prof. Dr. Ricardo Lara  
Universidade Federal do Estado de Santa Catarina – UFSC

Membro:



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Luciana Dalmagro  
Universidade Federal do Estado de Santa Catarina – UFSC



## AGRADECIMENTOS

É com imenso prazer que expresso meus agradecimentos àquelas pessoas que contribuíram para que eu pudesse concluir a presente dissertação. Confesso que foi um trabalho difícil, e que só foi possível graças à colaboração dessas pessoas.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha orientadora, Mariléia Maria da Silva, por ter me dado a oportunidade de cursar o mestrado e por ter me guiado nessa trajetória.

Aos camaradas do grupo de pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação (Lute) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) que contribuíram bastante por meio de encontros para estudos realizados ao longo desses últimos dois anos. Meus agradecimentos vão à Márcia, Simone, Amanda, Karine, Fabrício, Alessandra, Bruno, Juliana e Milene.

Aos professores da banca, Luciana, Sandra e Ricardo pelas contribuições que realizaram durante o desenvolvimento da dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UDESC, Lourival José Martins Filho e Norberto Dallabrida por compartilharem seus conhecimentos nas disciplinas ofertadas pelo programa, que certamente contribuiu para a minha formação. Do mesmo modo, gostaria de agradecer ao professor Marcos Edgar Bassi por ter me aceitado em sua disciplina no PPGE da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Aos camaradas do núcleo Florianópolis do Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR), tanto aqueles que estão atuando no momento, como aqueles que já fizeram parte de sua militância. Agradeço ao Mariano, Artur, Gabriel, Amália, Canguru, Vanessa, Pati, Mineiro e Vilmar. Vocês contribuem muito na minha formação.

Aos colegas do mestrado e doutorado da turma 2017, que me proporcionaram momentos de aprendizado a partir das discussões realizadas nas disciplinas do PPGE/UDESC. Também agradeço os laços de amizade que foram se construindo durante esse tempo. Faço um agradecimento especial à Flora por ter me ajudado com a tradução do resumo.

Aos colegas do “Coletivo dos Estudantes do PPGE/UDESC”, que atuaram intensamente neste movimento estudantil com vistas melhorar as condições de estudos dentro da universidade.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão de bolsa de estudos.

Aos servidores da UDESC pela atenção e gentileza às minhas solicitações.

Aos meus amigos que me deram apoio nessa etapa da minha vida e entenderam minha ausência em diversos momentos.

A minha família que sempre me incentivou a continuar estudando. Agradeço especialmente aos meus pais, Lourdes e Raul por nunca terem deixado faltar nada em minha vida. Por terem me proporcionado ótima educação. E por serem minhas referências de vida que enfrentam a cada dia, a sua maneira, as barbáries de uma sociedade classista. Agradeço aos meus irmãos, Roger e Riverlan pelo companheirismo e pelos debates, por vezes, calorosos sobre a situação política de nosso país. Agradeço aos meus sogros, Santos e Maria das Dores, pelo carinho e ajuda quem sempre me deram.

Por fim, agradeço à Sabrina, minha esposa e companheira, que esteve ao meu lado durante todo esse período me dando força e tentando segurar os problemas por quais passamos. Obrigado por todo seu amor e carinho.

A emancipação da classe operária tem de ser obra da própria classe operária.  
(Karl Marx)



## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a concepção de educação da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) expressa na revista Indústria & Competitividade, compreendendo o período entre 2013 e 2018. A revista Indústria & Competitividade, publicada pela primeira vez em 2013, é um periódico pertencente à FIESC que circula quadrimestralmente em versões impressas e digitais. Ela tem por objetivo divulgar ideias e ações do setor industrial catarinense, sendo destinada à empresários, políticos, imprensa, entre outros. O método que empregamos para compreender o nosso objeto de estudo tem como aporte o materialismo histórico dialético. A pesquisa é do tipo documental e faz parte de nosso escopo as 16 primeiras edições impressas da revista Indústria & Competitividade. Também procedemos com a realização de um balanço da produção acadêmica, na área da educação, sobre o envolvimento do setor empresarial industrial na educação. Primeiramente, constatamos que poucos estudos realizados nesta área da educação abordaram o envolvimento do setor industrial no âmbito da educação a partir do século XXI. Dentre os estudos concretizados, evidenciamos a falta sobre este tema no contexto catarinense. Posteriormente, também identificamos que a FIESC surgiu da vontade do empresariado industrial possuir uma entidade representativa de seus interesses no âmbito catarinense. A questão da educação sempre esteve na pauta da FIESC, no entanto, ganhou centralidade apenas no início do século XXI. Sobre a revista Indústria & Competitividade, compreendemos que ela visa disseminar as ideias da FIESC buscando criar um consenso ativo de toda a sociedade. Ainda, examinamos as formulações educacionais da FIESC identificando seus diagnósticos e proposições em relação ao contexto catarinense e brasileiro a partir dos seguintes eixos: qualidade da educação, escolaridade e produtividade dos trabalhadores, modelo educacional, currículo das escolas e das universidades e professores. Além disso, verificamos que a teoria do capital humano, a pedagogia das competências e as competências socioemocionais formam a base para a concepção de educação da FIESC. Do mesmo modo, mapeamos os intelectuais orgânicos que difundem a concepção de mundo (e de educação) da FIESC. Concluimos que a concepção de educação da FIESC visa conformar a classe trabalhadora ao sistema do capital, naturalizando e responsabilizando-se pela competitividade inscrita nesta lógica.

**Palavras-chave:** Educação. FIESC. Revista Indústria & Competitividade.



## ABSTRACT

This study aims to analyze the educational conception of Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Federation of Industries of the State of Santa Catarina - FIESC) expressed in the magazine Indústria & Competitividade (Industry and Competitiveness), covering the period between 2013 and 2018. The magazine Indústria & Competitividade, published since 2013, is a periodical belonging to FIESC that circulates quarterly in printed and digital versions. It aims to disseminate ideas and actions of the industrial sector of Santa Catarina state to entrepreneurs, politicians and the press, among others. The object of study is approached by the dialectical historical materialism method. The research has a documental methodology and its scope includes 16 printed editions of the magazine Indústria & Competitividade. It also covers a balance sheet of academic production in the area of education which involve the implication of the industrial entrepreneurial sector in education. It was noticed that few studies in the area of education have addressed the involvement of the industrial sector in the field of education in the 21st century. Among the studies completed, there is a lack on this topic in the context of Santa Catarina state. Subsequently, it was also identified that FIESC emerged from the will of the industrial entrepreneurship to have an entity to represent its interests in Santa Catarina. The issue of education has always been on the agenda of FIESC, however, it gained centrality in the beginning of the 21st century. About the magazine Indústria & Competitividade, we understand that it aims to disseminate the ideas of FIESC seeking to create an active consensus in society as a whole. We do also examine the educational formulations of FIESC, identifying its diagnoses and propositions regarding the contexts of Brazil and Santa Catarina, based on the following axes: quality of education, education and productivity of workers, educational model, curriculum of schools and universities, and teachers. In addition, we have verified that the basis for FIESC's conception of education are: the theory of human capital, the pedagogy of competences and socioemotional competences. Finally, we map the organic intellectuals that spread FIESC's conception of the world (and of education). The conclusion is that FIESC's conception of education aims to conform the working class to the capital system, naturalizing and taking responsibility for the competitiveness inscribed in this logic.

**Keywords:** Education. FIESC. Indústria & Competitividade magazine.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Teses e dissertações selecionadas nas bases CAPES e IBICT .....	48
Quadro 2 - Artigos selecionados nas bases da Redalyc e SciELO .....	49
Gráfico 1 - Proporção do debate educacional presente na revista Indústria & Competitividade .....	70
Figura 1- Imagens da capa, seção "Carta do Presidente" e sumário da 1ª edição da revista Indústria & Competitividade .....	71
Figura 2 - Imagem da capa da 1ª edição da revista Indústria & Competitividade .....	101
Figura 3 - Imagem da capa da 11ª edição da revista Indústria & Competitividade.....	102



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Trabalhos encontrados e selecionados no CTD/CAPES .....	44
Tabela 2 - Trabalhos encontrados e selecionados na BDTD/IBICT .....	45
Tabela 3 - Trabalhos encontrados e selecionados na Redalyc .....	46
Tabela 4 - Trabalhos encontrados e selecionados na SciELO.....	46
Tabela 5 - Trabalhos selecionados por base de dados e tipo de produção .....	47
Tabela 6 - Textos selecionados nas edições da revista Indústria & Competitividade .....	72
Tabela 7 - Quantidade de vezes em que a expressão "capital humano" apareceu na revista .	100



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM – Associação Catarinense de Medicina  
AMC – Associação dos Magistrados Catarinenses  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação  
BC – Banco Central  
BDTD/IBICT – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  
BM – Banco Mundial  
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul  
CEE – Conselho Estadual de Educação  
CEIJ – Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude  
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina  
CERI – Centro para Pesquisa e Inovação  
CIBS – *Cambridge Institute of Brazilian Studies*  
CNDL – Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas  
CNI – Confederação Nacional da Indústria  
CONSED – Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação  
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional  
CTD/CAPEL – Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
DEM - Democratas  
EAD – Educação à Distância  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
FAESC – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina  
FACAMP – Faculdades de Campinas  
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
FEA – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade  
FECOMÉRCIO – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo  
FETRANDESC – Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado de Santa Catarina  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FIA – Fundação Instituto de Administração  
FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia  
FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará  
FIERO – Federação das Indústrias do Estado de Rondônia  
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina  
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas  
FUNJAB – Fundação José Arthur Boiteux  
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDORT – Instituto de Organização e Racionalização do Trabalho  
IEL – Instituto Euvaldo Lodi  
IMD – International Institute for Management Development  
LUTE – Lutas Sociais, Trabalho e Educação  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MEC – Ministério da Educação  
MPSC – Ministério Público de Santa Catarina  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PDS – Partido Democrático Social  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PISA – *Programme for International Student Assessment*  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PP – Partido Progressista  
PPR – Partido Progressista Reformador  
PRB – Partido Progressista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
REDALYC – *Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*  
SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional  
SCIELO – *Scientific Electronic Library Online*  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SESI – Serviço Social da Indústria  
SINSEPES – Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau  
TJSC – Tribunal de Justiça de Santa Catarina  
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UNDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina  
UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

## SUMÁRIO

<b>1 Introdução .....</b>	<b>21</b>
1.1 Estruturação do texto.....	23
1.2 Justificativa .....	23
1.3 Referencial teórico .....	26
1.4 Procedimentos metodológicos .....	41
<i>1.4.1 A concepção educacional do empresariado industrial na produção acadêmica na área da educação (2000-2018).....</i>	<i>43</i>
<b><i>1.4.1.1 Escolha das fontes .....</i></b>	<b><i>43</i></b>
<b><i>1.4.1.2 Considerações gerais sobre o material selecionado .....</i></b>	<b><i>47</i></b>
<b><i>1.4.1.3 Análise da produção acadêmica .....</i></b>	<b><i>49</i></b>
<b>2 A particularidade histórica da FIESC no âmbito da educação.....</b>	<b>57</b>
2.1 A origem da FIESC no padrão de acumulação taylorista/fordista.....	57
2.2 O desenvolvimento da FIESC no padrão de acumulação toyotista .....	63
<b>3 A revista Indústria &amp; Competitividade e o debate sobre educação .....</b>	<b>69</b>
3.1 Caracterização da revista.....	69
3.2 As matérias selecionadas .....	72
<b>4 As formulações educacionais na revista Indústria &amp; Competitividade .....</b>	<b>91</b>
4.1 Os diagnósticos e as proposições da FIESC para a educação .....	91
4.2 As teorias que fundamentam a concepção educacional da FIESC .....	98
<i>4.2.1 Capital humano.....</i>	<i>98</i>
<i>4.2.2 Pedagogia das competências.....</i>	<i>104</i>
<i>4.2.3 Competências socioemocionais .....</i>	<i>107</i>
4.3 Os intelectuais orgânicos da revista Indústria & Competitividade .....	111
<b>5 Considerações finais.....</b>	<b>115</b>
<b>Referências .....</b>	<b>121</b>
<b>Apêndice A – lista de sindicatos patronais filiados à FIESC .....</b>	<b>136</b>



## 1 Introdução

A concepção educacional da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) expressa na revista Indústria & Competitividade constitui o presente tema de estudo. Todavia esta temática não foi definida *a priori*, pois outras estavam na ordem de interesse durante a seleção para o ingresso no mestrado. No entanto, a partir da participação no grupo de pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação (Lute) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a nossa decisão foi redirecionada para a temática aqui estabelecida na medida em que uma investigação sobre o envolvimento da FIESC com a educação pública catarinense vem sendo desenvolvida ao abrigo deste grupo. Neste sentido, o estudo em tela compõe um recorte da pesquisa “A indústria pela educação: um estudo das políticas da Federação das indústrias de Santa Catarina (FIESC) para a educação pública no alvorecer do século XXI”<sup>1</sup>. É importante destacar, também, que o presente estudo está articulado com a linha de pesquisa ao qual estamos vinculados, a saber: Políticas Educacionais, Ensino e Formação.

A delimitação do tema educação ocorreu dada à ampla atuação da FIESC no campo educacional. Tal entidade não restringe sua atuação apenas ao âmbito da educação básica, profissional e superior, ou seja, da educação escolar; age para além dos muros da escola alicerçada em iniciativas que disseminam e legitimam sua concepção de mundo. Nosso interesse em investigar a concepção educacional da FIESC, portanto, leva em consideração o fato de que suas formulações têm como propósito repercutir na formação humana da classe trabalhadora. Sua atuação no âmbito educacional não apenas vem crescendo nos últimos anos como também tem se diversificado, passando pela oferta de educação básica, profissional e superior até a elaboração de campanhas que visam mobilizar e influenciar na “melhora da qualidade” de ensino e no aumento da escolaridade dos trabalhadores. Em relação à campanha, referimo-nos à elaboração do “Movimento A Indústria pela Educação”, lançado em 2012, que sofreu alteração de nomenclatura passando a ser denominado de “Movimento Santa Catarina pela Educação”<sup>2</sup>, em 2016. Além disso, a escolha pela FIESC não é arbitrária, pois esta se constitui como uma das maiores entidades empresariais de Santa Catarina, reunindo centenas de sindicatos patronais<sup>3</sup> e sendo composta por milhares de empresas.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa está em desenvolvimento, sob a coordenação da professora Mariléia Maria da Silva e ao abrigo do Grupo Lute. A pesquisa tem como objetivo analisar o projeto da classe empresarial do setor industrial catarinense para a educação pública, particularmente no que se refere às políticas de formação continuada dos professores da educação básica, gestão da escola e formação profissional no ensino médio.

<sup>2</sup> Discutiremos mais adiante essa alteração de nomenclatura.

<sup>3</sup> A lista contendo os sindicatos industriais pode ser observada no Apêndice A.

Conforme aponta Rodrigues (1998), a investida do empresariado na educação brasileira pode ser observada nas décadas de 1980 e 1990, quando participaram ativamente do debate educacional por meio da articulação do binômio modernização-qualificação profissional. Nesse período, os empresários defenderam publicamente<sup>4</sup> um modelo de formação profissional mais “moderno”. Leia-se mais ajustado aos novos requerimentos produtivos, próprio do atual padrão de acumulação capitalista, o toyotismo. No presente momento, o discurso do empresariado industrial catarinense tem se traduzido no estímulo ao aumento da produtividade por meio da educação. Por isso, consideramos relevante elucidar qual a concepção educacional defendida pela FIESC na atualidade, veiculada em seus canais de comunicação, mais precisamente nas publicações da revista Indústria & Competitividade.

O contato com esta revista aconteceu quando estávamos pesquisando informações da FIESC em seu site, procurando conhecê-la um pouco mais, de tal modo que pudéssemos identificar aspectos relacionados à sua história e áreas de atuação, bem como suas entidades. Nessa ocasião, identificamos que a revista Indústria & Competitividade não abordava especificamente o tema educacional, porém, tal temática estava sempre presente, seja na forma de artigo, entrevistas ou matérias jornalísticas.

Afigurava-nos evidente, portanto, a atual centralidade da educação para a promoção do desenvolvimento produtivo divulgada pelo setor empresarial industrial catarinense em suas publicações. Nessa direção elaboramos nossa problemática de pesquisa da seguinte forma: qual é a concepção de educação defendida pela FIESC, expressa na revista Indústria & Competitividade, no período 2013 a 2018? Ainda nos inquieta questionar o seguinte: em que medida esta concepção de educação articula-se com o projeto maior de educação defendida pelo setor produtivo industrial, aqui representado pela FIESC?

Com base nas questões acima, definimos como objetivo geral analisar a concepção de educação defendida pela FIESC, a partir da revista Indústria & Competitividade, período 2013 a 2018. E como objetivos específicos, estabelecemos os seguintes: identificar o contexto histórico da FIESC a partir do seu viés educacional; compreender a concepção educacional da FIESC a partir da revista Indústria & Competitividade; e examinar as formulações educacionais da FIESC a partir da revista Indústria & Competitividade.

---

<sup>4</sup> Rodrigues (1998) elaborou em seu estudo uma análise de alguns documentos publicados pela CNI, são eles: Competitividade industrial: uma visão estratégia para o Brasil, de 1988; Educação básica e formação profissional: uma visão dos empresários, de 1993; SENAI, Desafios e oportunidades: subsídios para discussão de uma nova política de formação profissional para a indústria no Brasil, de 1994; e Modernização das Relações de Trabalho: princípios e objetivos, de 1995.

Nossa hipótese parte do entendimento de que as transformações do capital, materializadas pela reestruturação produtiva, acarretaram em mudanças na formação do trabalhador, exigindo deste, um novo perfil, polivalente, multifuncional. Nessa perspectiva, a concepção de educação da FIESC, manifestada na revista Indústria & Competitividade, está pautada na formação voltada para atender às exigências do mercado de trabalho, mais especificamente para o aumento da produtividade, o que implica em uma educação consentida pela lógica do capital, de transmissão de valores que legitimem os interesses dominantes.

### 1.1 Estruturação do texto

O presente estudo está estruturado em cinco seções. Na primeira seção, buscamos apresentar nosso objeto de estudo – a concepção de educação da FIESC expressa na revista Indústria & Competitividade – indicando o caminho que trilhamos para chegar a esta definição. Ainda nesta parte, expomos nossa problemática e os objetivos para tentar respondê-la, acrescentando também nossa hipótese. Em seguida, exibimos a justificativa, o referencial teórico, os procedimentos metodológicos, incluindo aí o balanço da produção acadêmica na área da educação a respeito da concepção de educação do empresariado industrial. Na segunda seção, apresentamos o contexto histórico do empresariado industrial catarinense, aqui representado pela FIESC, a partir do seu viés educacional. Nesta parte, situamos o surgimento e o desenvolvimento da FIESC dentro dos padrões de acumulação capitalistas existentes até então. Na terceira seção, realizamos uma caracterização da revista Indústria & Competitividade apresentando sua origem, objetivos, público alvo e temas desenvolvidos. Ainda nesta seção, apresentamos como ocorreu o processo de seleção das matérias presentes na revista que fazem parte de nossa pesquisa. Por fim, encerramos esta seção com uma breve descrição das matérias selecionadas. Já na quarta seção, aprofundamos as formulações educacionais mais expressivas identificadas na revista. Na quinta e última seção, realizamos uma síntese de nossa análise sobre a concepção de educação da FIESC, apontando suas principais formulações para a educação.

### 1.2 Justificativa

Os motivos para a realização do presente estudo se enquadram sob três perspectivas: teórica, prática e pessoal (DESLANDES, 2008). A justificativa teórica de um estudo se ampara em diversos argumentos, dentre os quais: nível de conhecimento sobre a temática,

possibilidade de ampliação do conhecimento disponível, progresso metodológico e relevância social do problema. Já a justificativa de ordem prática é aquela que, atendendo as demandas sociais se legitima pela construção de subsídios para transformar determinada realidade. E a justificativa de caráter pessoal se traduz na defesa do problema relacionado com a trajetória profissional e biográfica do próprio pesquisador.

A nossa justificativa teórica diz respeito à compreensão da concepção educacional do setor produtivo brasileiro que este estudo possibilitará. Apesar de outros pesquisadores já terem abordado a problemática da educação a partir do empresariado industrial (RODRIGUES, 1998; MELO, 2010; SOUZA, 2012; LOPES, 2013; MARTINS et al., 2013; REIS, 2013; MELO et al., 2014), após realizarmos um levantamento preliminar, verificamos que ainda carecem estudos que tratem especificamente do empresariado industrial catarinense, o que nos deixa surpreso haja vista a atualidade desta questão. No entanto, durante o desenvolvimento de nossa pesquisa, descobrimos que o debate sobre o envolvimento da FIESC no campo educacional foi desenvolvido num trabalho de conclusão de curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)<sup>5</sup>.

O envolvimento que este setor tem empreendido na educação catarinense é tão significante que vem sendo divulgado em eventos de âmbito nacional e internacional. Em 2015, aconteceu em Florianópolis uma reunião do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e dentre os temas tratados estava a apresentação dos resultados do então “Movimento A Indústria pela Educação” (FIESC, 2015). Já em julho de 2016, a iniciativa educacional liderada pela FIESC foi mostrada ao então ministro da Educação, José Mendonça Bezerra Filho (filiado ao partido Democratas – DEM). Para Bezerra Filho o caráter inédito de tal iniciativa no país deveria ser replicado nos demais estados (FIESC, 2016c). Foi o que aconteceu com o estado de Rondônia, onde a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO) fechou parceria com a FIESC e implantou o “Movimento Rondônia pela Educação”, que toma como referência a iniciativa de Santa Catarina (FIESC, 2016). No âmbito internacional, o reconhecimento do “Movimento Santa Catarina pela Educação” chegou aos Estados Unidos por meio de uma conferência realizada

---

<sup>5</sup> Trata-se do trabalho elaborado por Camila Arasaki Casarotto, com orientação da professora doutora Luciana Pedrosa Marcassa, e que foi defendido em 2017. Seu objetivo foi “Analisar o papel e interesses da FIESC nas iniciativas voltadas à educação da juventude catarinense, a partir da análise das ações promovidas pelo Movimento Santa Catarina pela Educação em 2017 (Conexão Jovem e o Seminário Internacional de Educação para o Século XXI) assim como da parceria com o governo do Estado em torno da implementação do Ensino Médio Integral”. (CASAROTTO, 2017). Como principais resultados alcançados, Casarotto (2017) conseguiu identificar que a FIESC atua no campo da educação básica e profissional influenciando na formação da juventude por meio de parcerias com o Estado a fim de ajustá-la às exigências do capitalismo contemporâneo.

no *Boston College*<sup>6</sup>, promovida pelo *Cambridge Institute of Brazilian Studies*<sup>7</sup> (CIBS) e pela *Brazil-Today*<sup>8</sup> (FIESC, 2018a). James Ito-Adler, então presidente do CIBS, ressaltou a importância do Movimento e disse que o estado de Massachusetts precisaria de uma iniciativa como a da FIESC. Diante disso, entendemos que é muito relevante buscarmos elucidar a essência desta problemática perante do peso que ela expressa no campo educacional.

Quanto ao prisma de justificativa prática, ao constatarmos a investida do setor empresarial industrial catarinense no âmbito da educação, sobretudo nos primeiros anos do século XXI, julgamos pertinente compreender a concepção educacional do empresariado industrial no sentido de “fortalecermos a luta contra as perspectivas conservadoras de formação humana” (MARTINS; PINA, 2015, p. 102). Com esta perspectiva, Melo (2012, p. 43), ao desenvolver um estudo sobre a proposta de educação básica da Confederação Nacional da Indústria (CNI) nos anos 2000, nos relata que o projeto dos empresários visa à manutenção da ordem social vigente, anunciando o “fim das lutas entre capital e trabalho”. E que para os trabalhadores, continua o autor, restaria um posicionamento em relação a tal projeto, “seja para a ele se adaptar, como está presente no senso comum, ou para, a partir da compreensão de seus fundamentos, posicionar-se criticamente a ele, podendo, com isso, construir outro projeto de sociedade” (MELO, 2012, p. 43). Gramsci (2010, p. 78), por sua vez, ressalta a importância de se realizar uma pesquisa sobre os materiais da classe dominante.

Um estudo de como se organiza de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a “frente” teórica ou ideológica. A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apóiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação, etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais.

Portanto, pretendemos construir subsídios que possam servir de alerta aos interesses e ações do empresariado industrial na educação, com o fito de contribuir para o processo de superação do atual modelo de sociedade e avançarmos para outra forma de sociabilidade.

E no que se refere à justificativa pessoal, a vontade de investigar o pensamento educacional da FIESC partiu da própria experiência profissional exercida na educação

---

<sup>6</sup> Universidade localizada na cidade de Boston, Massachusetts, Estados Unidos.

<sup>7</sup> O *Cambridge Center for Brazilian Studies* (Centro de Estudos Brasileiros de Cambridge), situada em Boston, Massachusetts, é uma organização sem fins lucrativos que visa estudos brasileiros nos Estados Unidos (CIBS, 2018).

<sup>8</sup> A *Brazil-Today* é uma rede profissional voltada para questões de negócios contemporâneos no Brasil, sediada em Boston, Massachusetts (BRAZIL-TODAY, 2018).

catarinense, tanto na rede estadual de ensino de Santa Catarina, quanto em algumas redes de ensino municipais da região da grande Florianópolis. Com esta experiência, verificamos que algumas políticas advindas da FIESC vêm sendo efetivadas na educação catarinense, como por exemplo, a lei estadual que instituiu o Dia Estadual da Família na Escola. Também constatamos que a FIESC tem feito cursos de formação para professores e seminários para gestores, entre outros.

A Lei nº 16.877/2016, que instituiu o Dia Estadual da Família na Escola em Santa Catarina, tem como objetivo estimular a visita das famílias na escola e realizar atividades de interação com seus filhos. (SANTA CATARINA, 2016). Esta iniciativa surgiu dentro do então “Movimento A Indústria pela Educação”, mais especificamente numa das reuniões do Conselho de Governança, e foi apresentada na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina pelo então deputado Antônio Aguiar<sup>9</sup> (FIESC, 2016a).

A partir de 2017, ocorreram várias iniciativas voltadas à formação continuada de professores sob os auspícios da FIESC e de seus parceiros<sup>10</sup>. Uma das principais iniciativas foi a realização da série de cursos *on-line* “Educação Integral para o Século 21”, que abrange temas ligados aos princípios e propósitos da educação integral e a atuação do professor, além de outros temas (FIESC, 2018b).

Em 2016, a FIESC realizou, pelo “Movimento Santa Catarina pela Educação”, diversos seminários sobre gestão escolar. Denominado “Diálogos sobre Gestão da Educação”, tal evento ocorreu em 16 cidades do estado catarinense, sendo ministrado por Mozart Neves Ramos<sup>11</sup> e Antônio Paiva Neto<sup>12</sup> aos diretores de escola e sua equipe (FIESC, 2018b).

Perante o exposto, justificamos a realização da presente dissertação atendendo as três perspectivas apontadas por Deslandes (2008).

### 1.3 Referencial teórico

O referencial teórico, aqui exposto, busca contemplar um conjunto de princípios e categorias que orientam as formas de análise de nosso objeto. Para isso, apresentamos de

---

<sup>9</sup> Antônio Aguiar apresentou o projeto de lei sobre o dia da família na escola quando era filiado ao partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Mas em março de 2018 ele deixou o MDB e se filiou ao Partido Social Democrático (PSD). É importante mencionar que Aguiar decidiu não se candidatar a reeleição para deputado estadual em Santa Catarina.

<sup>10</sup> Os parceiros da FIESC nesta iniciativa são: o Instituto Ayrton Senna e a Fecomércio/SENAC-SC (FIESC, 2018b).

<sup>11</sup> Foi Secretário de Educação de Pernambuco, reitor da Universidade Federal de Pernambuco e atualmente é Diretor de Inovação e Articulação do Instituto Ayrton Senna (FIESC, 2018b).

<sup>12</sup> Foi Secretário de Educação do estado do Rio de Janeiro (FIESC, 2018b).

forma sucinta algumas considerações sobre método, sociedade, Estado e educação, que consideramos de fundamental importância para a compreensão da concepção de educação da FIESC.

De acordo com Paulo Netto (2011, p. 53), fundamentado em Marx, método é “uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”. Neste sentido, o método que empregamos tem como aporte o materialismo histórico dialético. Para Kosik (1976, p. 13), a dialética aborda a “coisa em si”, ou seja, a realidade, mas esta realidade não se manifesta imediatamente ao homem, em vez disso, ela se apresenta de tal modo que o indivíduo no seu agir cotidiano cria suas próprias representações das coisas. “A representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade; é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas *petrificadas*” (KOSIK, 1976, p. 19, grifo do autor). A forma fenomênica da realidade que se reproduz imediatamente no pensamento como representações são distintas e muitas vezes absolutamente contraditórias com a estrutura da coisa, com sua essência e o seu conceito correspondente.

O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno (KOSIK, 1976, p. 15).

Para desvelar a essência contida nos fenômenos é necessária a utilização da filosofia e da ciência para tal feito, pois se a dimensão fenomênica e a essência das coisas coincidissem, toda ciência seria supérflua (MARX, 1959 apud KOSIK, 1976). A filosofia consiste num esforço sistemático e crítico que tem o objetivo de apreender a realidade, onde o conceito é a compreensão desta realidade (KOSIK, 1976). Nesta perspectiva, há uma distinção entre conceito e representação, ou seja, entre o mundo da realidade e o mundo fenomênico.

Paulo Netto (2011), referenciando Marx, diz que o objeto de pesquisa possui objetividade, ou seja, existência própria que não depende do pesquisador. Para este autor,

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a *essência*

(ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto [...] Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a *reproduz* no plano do pensamento [...] (PAULO NETTO, 2011, p. 22, grifo do autor).

Como instrumentos de compreensão da realidade, recorreremos às categorias teórico-metodológicas *totalidade*, *contradição* e *mediação* (PAULO NETTO, 2011, grifo do autor). A totalidade é uma totalidade concreta de alta complexidade, que é constituída por um conjunto de totalidades de menor complexidade, diferenciando-se entre si a partir de seu grau de complexidade. Por sua vez, a totalidade também necessita ser compreendida pela sua dinâmica, que resulta de seu movimento contraditório, porque sem as contradições, as totalidades seriam imóveis, sendo que a análise justamente registra este movimento. Para descobrir as relações existentes nos processos constitutivos das totalidades é fundamental a mediação, pois tais relações não são diretas e precisam ser mediadas pela estrutura típica de cada totalidade, bem como pelos diferentes níveis de complexidade.

O conhecimento produzido por essa perspectiva possui o caráter de compreender a realidade para a sua transformação, a partir dos interesses de determinada classe social, a dos trabalhadores. Segundo Tonet (2013), existem duas condições fundamentais para a produção de um conhecimento verdadeiro em um dado momento histórico: o empenho, a capacidade, e o rigor do indivíduo, por um lado, e a perspectiva de classe social, por outro. O autor diz que não é possível haver neutralidade axiológica mesmo que se a admita conscientemente ou então quando é rejeitada explicitamente, porque numa sociedade atravessada pelo antagonismo de classes sociais, esta perspectiva sempre interfere no processo de conhecimento. Além disso, “A própria rejeição da interferência do ponto de vista de classe já é uma tomada de posição a partir de um determinado ponto de vista, não por acaso, o da classe burguesa” (TONET, 2013, 108). Assim, corroborando com este autor, entendemos que não existe uma neutralidade científica.

Diante do que foi exposto acima, compreendemos que somente um método de análise que tenha no horizonte a perspectiva da totalidade, da contradição e mediação nos permitiria apreender as determinações da atuação da FIESC, mediante a veiculação de um periódico, que versa dentre outros temas, o debate educacional.

Avançando em nosso embasamento teórico, buscando evidenciar qual é a concepção de educação da FIESC, expomos a compreensão que temos da sociedade a partir dos estudos de Marx (2008a), da seguinte forma:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (p. 47).

Tais relações sociais dizem respeito a um conjunto de determinações que condicionam a humanidade a partir de um processo de direcionamento advindo da relação de poder entre os próprios seres humanos. A transformação dessas relações sociais pode ser realizada pelos próprios sujeitos, tendo em vista que não são relações naturais dos seres humanos, mas histórica e socialmente construídas por eles.

Vivemos em uma sociedade caracterizada pelo modo de produção capitalista, que é marcada pela cisão em duas classes sociais<sup>13</sup> antagônicas entre si, na qual uma é representada pela classe dos trabalhadores e a outra pela classe da burguesia (MARX; ENGELS, 2010). A primeira, despossuída dos meios de produção da vida material, a não ser única e exclusivamente de sua força de trabalho, precisa vendê-la para sobreviver. Já a segunda, detentora dos meios de produção, garante sua subsistência se apropriando dos resultados do trabalho excedente, não pago, realizado pelos trabalhadores.

De acordo com Marx (2013, p. 312, grifo do autor),

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo.

No capitalismo, a força de trabalho adquiriu certas particularidades das quais se tornou uma mercadoria, que é “antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2013, p. 157). A mercadoria possui dois fatores: valor de uso e valor de troca, sendo a primeira determinada pela sua utilidade, consumo, ou seja, qualitativa; já a segunda se constitui na proporção em que pode ser trocada por outra mercadoria de qualidade diferente, isto é, de ordem quantitativa (MARX, 2013).

Para que a força de trabalho possa ser vendida pelo trabalhador ao burguês, capitalista, dono dos meios de produção, algumas condições precisam estar determinadas, quais sejam: o

---

<sup>13</sup> Marx e Engels (2007, p. 63) ponderam que “Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela”.

trabalhador tem de ter a posse de sua força de trabalho como um proprietário livre e dispô-la à venda no mercado como uma mercadoria (MARX, 2013). No entanto, continua o autor, o trabalhador só pode vender sua força de trabalho por um determinado período, caso contrário, se a “vende inteiramente, de uma vez por todas, vende a si mesmo, transforma-se de um homem livre num escravo, de um possuidor de mercadoria numa mercadoria” (MARX, 2013, p. 313).

Segundo Marx (2013, p. 316),

O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. Porém, a força de trabalho só se atualiza [*verwirklicht*] por meio de sua exteriorização, só se aciona por meio do trabalho. Por meio de seu acionamento, o trabalho, gasta-se determinada quantidade de músculos, nervos, cérebro etc. humanos que tem de ser repostos. Esse gasto aumentado implica uma renda aumentada. Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele tem de poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições no que diz respeito a sua saúde e força. A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local. Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. No entanto, a quantidade média dos meios de subsistência necessários ao trabalhador num determinado país e num determinado período é algo dado.

Ainda em relação à formação da força de trabalho, Marx (2013, p. 318) diz que

Para modificar a natureza humana de modo que ela possa adquirir habilidade e aptidão num determinado ramo do trabalho e se torne uma força de trabalho desenvolvida e específica, faz-se necessária uma formação ou um treinamento determinados, que, por sua vez, custam uma soma maior ou menor de equivalentes de mercadorias. Esses custos de formação variam de acordo com o caráter mais ou menos complexo da força de trabalho. Assim, os custos dessa educação, que são extremamente pequenos no caso da força de trabalho comum, são incluídos no valor total gasto em sua produção.

Trouxemos o conceito de força de trabalho relacionado com a questão das classes sociais por entendermos que a FIESC atua no sentido de conformar um determinado perfil da força de trabalho. Apresentaremos tal perfil ao passo que formos desenvolvendo a análise de nosso objeto de estudo, a concepção de educação da FIESC expressa na revista Indústria & Competitividade.

Marx (2013, p. 315) nos diz ainda que esta forma de produzir materialmente a existência dos seres humanos não é dada pela natureza, e também não é uma relação social comum a todos os períodos históricos. Longe disso, sua decorrência é “resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social”.

O capitalismo é um modo de produção que alterou as bases econômicas e sociais do passado fundando em uma nova sociedade de classes (burguesia e proletariado), a partir da posse ou não dos meios de produção. O lugar que cada indivíduo ocupa na estrutura produtiva do capital vai determinar a qualidade e a quantidade da partilha da riqueza; e essa determinação de classe se mantém nos períodos de crise como também nos momentos de evolução do capital (PANIAGO, 2014).

Entendemos que as relações de produção nessa sociedade classista não são estáticas, pelo contrário, elas sofrem transformações ao longo da história. Do ponto de vista econômico, sua fase preliminar baseada na livre concorrência é substituída pela monopolista, por volta do final do século XIX e início do século XX, dando origem ao imperialismo, fase superior do capitalismo (LENIN, 2012). Seus traços fundamentais podem ser definidos da seguinte forma:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro" da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LENIN, 2012, p. 124).

Fontes (2010) corrobora com a perspectiva de Lenin sobre a conversão do capitalismo concorrencial em imperialismo na virada do século XIX para o XX, no entanto, procurou examinar as transformações do capital na sua fase contemporânea com o intuito de saber o modo pela qual ocorreram transformações na expansão do capital. A autora formulou um novo conceito incorporando as definições clássicas do marxismo, denominando de capital-imperialismo (FONTES, 2010), que consiste em mudanças essenciais no ritmo, extensão e

forma de expansão do imperialismo após a Segunda Guerra Mundial, de modo que suas características resultaram em predomínio do capital monetário, aumento da concentração e centralização do capital, a dominação da pura propriedade capitalista e o impulso expropriador.

Com o aumento da concentração e centralização do capital, a propriedade capitalista teve uma extrema potencialização, tornando-se abstrata, desigualmente socializada e extremamente destrutiva (FONTES, 2010). Propriedade abstrata, porque a capacidade de concentração de capital excede o tamanho das empresas. Grupos penetrados mutuamente de proprietários concorrentes defendem a posse do dinheiro de forma colegiada, acarretando em socialização desigual. E destrutiva, porque estes grupos capturam recursos monetários em qualquer âmbito da sociedade para convertê-los em capital.

Em relação ao Brasil, Fontes (2010) aponta que é possível colocar o país no grupo de países capital-imperialistas, porém, de forma subalterna; sendo que sua expansão capital-imperialista ocorreu com base em algumas condições econômicas fundamentais, tais como: ciclo avançado de industrialização e monopolização do capital; um Estado adaptado ao apoio central da acumulação de capitais; e formas razoáveis de contenção das pressões populares. Sobre o primeiro aspecto, a autora diz que foi na segunda metade do século XX que ocorreu o processo de monopolização de capital (com brutal intensificação no período da ditadura empresarial-militar iniciada em 1964), com destaque para a internacionalização e expansão de empresas brasileiras. Já o apoio estatal para a acumulação de capitais, é caracterizado pela autora com base no financiamento e elaboração de planejamentos para a expansão de empresas multinacionais brasileiras. Por fim, na questão da contenção de pressões populares, crescem as formas integração subalterna de reivindicações e de convencimento, ao qual o elemento central é a gestão de conflitos. No entanto, o papel capital-imperialista do Brasil vai além destas condições econômicas, pois

[...] envolve modificações *políticas* no plano *interno* e na correlação com as forças capital-imperialistas no âmbito *externo*; se explicita em projetos expansionistas e em sujeitos sociais (classes sociais e frações de classe) que os sustentam; envolve o aprofundamento de suporte estatal e a elaboração de projetos (FONTES, 2013, p. 104, grifo da autora).

Se Fontes nos ajuda a entender o movimento do capital em sua fase contemporânea com expressão na realidade brasileira, Mézáros (2010), por sua vez, baseado em Marx, nos revela que o capital tem passado por crises de intensidade e duração variadas, constituindo-se

como formas de avançar para além de seus limites imediatos, ampliando sua esfera de operação e dominação.

No curso do desenvolvimento histórico real, as três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo e circulação/ distribuição/ realização – tendem a se fortalecer e a se ampliar por um longo tempo, provendo também a motivação interna necessária para sua reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada. Desse modo, em primeiro lugar, são superadas com sucesso as limitações *imediatas* de cada uma graças à interação entre elas. (Por exemplo, a barreira imediata para a produção é positivamente superada pela expansão do consumo e vice-versa.) Assim, os limites parecem de fato meras barreiras a ser transcendidas e as contradições imediatas não são apenas deslocadas, mas utilizadas de modo direto como alavancas para o aumento exponencial do poder aparentemente ilimitado de autopropulsão do capital (MÉSZÁROS, 2010, p 74, grifo do autor).

As crises que aconteceram no passado, apesar do grande desastre econômico e social que provocaram, permitiram soluções de efeito temporário e protelatório; a crise de 1929, por exemplo, deixou um grande número de opções abertas para a sobrevivência continuada do capital, tanto que depois dessa crise houve um crescimento da taxa de lucratividade e expansão econômica do sistema (PANIAGO, 2014). Historicamente as contradições que aparecem nesse tipo de crise, ao serem deslocadas, no período seguinte servem de alavancas para o capital, porém, como os mecanismos de deslocamento não resolvem os desequilíbrios de produção e consumo, apenas administrando-os, logo adiante haverá uma reposição aprofundada dos mesmos problemas estruturais (PANIAGO, 2014).

Segundo Mézáros, (2010), por crise estrutural entende-se quando a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes, bem como também com outros complexos articulados são afetados. Já uma crise não estrutural é aquela que atinge apenas algumas partes desse complexo, que mesmo sendo com alto grau de intensidade, não põe em risco sua continuidade. Quando a crise parcial acontece é possível deslocar suas contradições fazendo mudanças no interior do próprio complexo. Por outro lado, a crise estrutural coloca em xeque a existência do próprio complexo solicitando sua substituição por outro alternativo.

Tumolo (2001, p. 79), fundamentado em Marx, sintetiza outros elementos presentes na análise da crise do capital, que estão relacionados com a queda tendencial da taxa de lucro:

1. Como a taxa de lucro é resultante da relação entre a mais-valia e a soma do capital constante e variável;
2. Como a mais-valia e, por decorrência, o lucro só podem ser produzidos pela força de trabalho, ou seja, pelo capital variável e nunca pelo capital constante; e
3. Como há uma necessidade de investimento cada vez maior em capital constante em relação ao capital variável, ou seja, um aumento da composição orgânica do

capital; resulta daqui uma queda tendencial da taxa de lucro que, evidentemente, não ocorre de maneira uniforme, e que se constitui como um dos elementos centrais das crises capitalistas. Dessa forma, é possível perceber que, se de um lado o aumento da composição orgânica do capital encaminha soluções para os capitalistas no que diz respeito à concorrência intercapitalista, de outro, causa problemas no processo de acumulação do capital, na medida em que provoca uma tendência de queda da taxa de lucro, cujo desdobramento mais grave é a eclosão das crises cíclicas de superprodução de capital.

Ou seja, a crise de superacumulação de capitais ocorre por uma tendência à queda da taxa de lucro devido ao aumento da composição orgânica do capital.

É importante frisar que não há um consenso na tradição marxista sobre a atual crise por qual estamos passando, se é estrutural ou não estrutural (cíclica). De nossa ótica, entendemos que esse debate é muito denso e que não nos dispomos de elementos o suficiente para resolver tal questão. Entretanto, apesar das divergências quanto à concepção da atual crise do capital, concordamos com Iasi (2017a, p. 67) a respeito do mecanismo ideológico de interpretação desta problemática.

Na aparência, a crise é percebida pelos trabalhadores como um momento no qual o emprego está em baixo e o desemprego em alta, os salários se reduzem, o consumo despenca, os preços disparam, o crédito some, comércios e fábricas fecham. Analisando um pouco mais detidamente, no entanto, a crise se dá no auge do ciclo do capital, na superacumulação, ou seja, no momento em que o emprego está no máximo, as taxas de desemprego perigosamente baixas, o consumo superaquecido, a capacidade instalada a beira da plena utilização, o crédito abundante e, por isso mesmo, as taxas de lucro em seu ponto mais baixo.

Ou seja, para o autor a crise não pode ser confundida com o movimento de saída da crise, quando a quebra da economia cria milhões de desempregados, rebaixa salários, aniquila mercadorias, gera fusões, abre mercados e restaura as taxas de lucro. Estes são justamente os mecanismos adotados para levar o capital a níveis aceitáveis de taxas de lucro. E foi Marx (2008b) quem primeiro teorizou sobre essas formas de minimizar, do ponto de vista do capital, suas crises, identificando seis fatores: 1) intensificação da exploração do trabalho; 2) rebaixamento dos salários; 3) barateamento dos elementos do capital constante; 4) formação de uma superpopulação relativa; 5) expansão do mercado para o exterior; e 6) aumento do capital em ações. Para tais ações, cabe exclusivamente a um sujeito exercer esta função – o Estado (IASI, 2017a).

Ao abordarmos a crise do capital, entendemos que ela está relacionada com a necessidade de conformação da força de trabalho, que vem sendo feita pela FIESC no âmbito catarinense. Destacamos esta atuação a partir da manifestação de desejo da FIESC em

umentar a produtividade, diminuir direitos, tal como a defesa da reforma trabalhista, a lei da terceirização, reforma da previdência, entre outros.

Como se pode depreender do exposto até o momento, o Estado tem um papel fundamental para o capital, como por exemplo, na disponibilização do fundo público. Na tentativa de gerir a crise do capital, o fundo público, que nos últimos 30 anos foi empregado para socorrer as instituições financeiras falidas em decorrência das crises bancárias é, no atual momento, “responsável por uma transferência de recursos sob a forma de juros e amortização da dívida pública para o capital financeiro, em especial para a classe dos rentistas” (SALVADOR, 2010, p. 61). A formação do fundo público acontece “por meio da extração de recursos da sociedade na forma de impostos, contribuições e taxas, da mais-valia socialmente produzida” (SALVADOR, 2012, p. 126). O fundo público compõe uma parte do financiamento da economia capitalista a partir de duas vertentes: 1) financiamento da acumulação do capital; 2) financiamento da reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 1988). Houve uma tendência histórica de longo período em transferir para o financiamento público parcelas da reprodução da força de trabalho no sistema capitalista, ocasionando em continuado déficit público nas grandes nações industrializadas (OLIVEIRA, 1988).

Foi por conta do endividamento de tais países (mas não apenas) que se deu aquilo que Chesnais (2005) chama de acumulação financeira. O capital financeiro está situado no cerne das relações econômicas e sociais do capitalismo contemporâneo, onde as instituições financeiras, bancárias e não bancárias se constituem como organizações capitalistas não tão visíveis, buscando lucrar sem sair da esfera financeira a partir de juros de empréstimos, dividendos e outros pagamentos (CHESNAIS, 2005). Santo e Mendes (2016, p. 27) explicam como funciona o processo de valorização do capital na esfera financeira da seguinte forma: “o dono do capital-dinheiro cede-o ao dono dos meios de produção; este, por sua vez, após realizar o valor das suas mercadorias, reparte a mais-valia com o proprietário do dinheiro”. Portanto, para que haja valorização de capital na esfera financeira é necessário passar pelo processo de produção.

O predomínio do capital financeiro no capitalismo ocorreu nos anos finais do século XIX, mas perdeu sua centralidade durante um período de cerca de 30 anos que se seguiram após a Segunda Guerra Mundial, quando a conjuntura política, social e econômica favoreciam a dominância do capital industrial (SANTO; MENDES, 2016). Para Chesnais (2005), o capital financeiro foi levado ao lugar que ocupa nos dias atuais por meio dos Estados mais poderosos do mundo que decidiram liberar o movimento de capitais, bem como desbloquear

seus sistemas financeiros de modo a adotarem políticas que favorecessem a centralização de fundos líquidos não reinvestidos das empresas e das poupanças das famílias.

Atualmente, o capital financeiro tem uma atuação intensificada pelas disputas do fundo público. Fattorelli (2013, p. 12) relata que existe uma financeirização mundial que se iniciou na década de 1970, “marcada pelo modo de acumulação de riqueza baseado no excessivo poder do setor financeiro mundial”, que se consolida pelo uso de instrumentos financeiros ocasionados por supostas dívidas sem a devida entrega de recursos. Entretanto, a autora chama a atenção para uma “nova arquitetura financeira” (FATTORELLI, 2013, p. 38).

A dívida pública se caracteriza com um instrumento facultativo para obtenção de recursos para o financiamento de ações governamentais (FATTORELLI, 2013). Sua utilização deveria acontecer quando não houvesse recurso público o suficiente advindo de impostos e outras formas de receitas. No entanto, o que acontece na prática não é um crescimento de dinheiro no orçamento estatal, mas ao contrário, um saque ao qual Fattorelli (2013, p. 43) denominou de “Sistema da Dívida”.

Esse debate sobre a dívida e o fundo público deve ser apreendido mediante uma análise que leve em conta a própria concepção de Estado. Mais do que isso, a questão do Estado é um conceito que se torna essencial para a nossa análise da concepção educacional da FIESC por conta de seu papel na sociedade e, conseqüentemente, na educação.

Mendonça (2014) comenta que existem inúmeros trabalhos dedicados ao estudo sobre o Estado, provenientes das mais diversas perspectivas teóricas, e que tais escolhas teóricas repercutem sobre os rumos dos estudos realizados por seus autores. Pois bem, para sermos coerentes com a concepção teórica adotada em nosso trabalho, definimos o conceito de Estado a partir da matriz marxista.

O Estado, na perspectiva marxista, “é conceituado como elemento histórico coligado à existência de classes sociais” (FONTES, 2010, p. 13). Nesse sentido, o Estado nem sempre existiu, uma vez que houve sociedades que não a vivenciaram e sequer tinham noção a seu respeito pelo fato de não serem divididas em classes sociais (ENGELS, 1990?). Desse modo, nos posicionamos contrários àquelas teorias que concebem que o Estado sempre esteve presente nas diversas formas de sociedade.

De acordo com Mendonça (2014), o Estado emergia da propriedade privada, ou seja, quando uma dada coletividade se apropriou privadamente daquilo que pertencia a todos; tal apropriação precisaria ser assegurada, ocultada e universalizada por meio de leis e outras medidas coercitivas para garantir aos despossuídos que não se rebelassem, mantendo esta condição. Não por acaso, Lenin (2007, p. 27), citando Marx, diz que na sociedade capitalista,

o Estado surge como fruto da contradição entre as classes sociais e atua como órgão de submissão de uma classe por outra, mais precisamente, a submissão da classe trabalhadora pela classe burguesa, “O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados”. Portanto, o Estado emerge juntamente para assegurar as condições de reprodução do capital. É neste sentido que Marx e Engels (2010, p. 27) afirmam que “Um governo moderno é tão-somente um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa”.

Já citamos anteriormente que ocorreram transformações socioeconômicas na virada do século XIX para o XX, fazendo emergir o imperialismo (LENIN, 2012), mas também houve outras contribuições no campo do marxismo sobre as análises do Estado, entre os quais destacamos a produzida por Gramsci. Este, por sua vez, retoma as contribuições de Marx, Engels e Lenin sobre o Estado “para identificar os problemas centrais da situação histórica, não apenas da Itália<sup>14</sup>, mas das sociedades capitalistas desenvolvidas de seu tempo” (FONTES, 2010, p. 132). Diante disso, Gramsci elabora então sua análise acerca do Estado compreendo-o “em seu sentido orgânico e mais amplo como o conjunto formado pela sociedade política e sociedade civil” (BIANCHI, 2007, p. 28). Para Gramsci (2010, p. 20), a sociedade civil é formada por um conjunto de organismos definidos como “privados”, na qual à função de “hegemonia” é exercida em toda a sociedade pelo grupo dominante; já a sociedade política consiste no “domínio direto” que se expressa no Estado e no governo “jurídico”.

Mendonça (2014, p. 35, grifo da autora), por seu turno, nos auxilia a compreender melhor esta concepção de Estado em Gramsci a partir dos conceitos de sociedade política e sociedade civil.

O primeiro termo é bastante claro na obra de Gramsci, referindo-se ao Estado em seu sentido restrito – ou seja, os aparelhos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto, bem como do exercício da coerção sobre aqueles que não consentem, sendo por ele também denominado de “Estado político” ou “Estado-governo”. Apesar de menos clara e mais complexa nos *Cadernos*, a noção de sociedade civil implica no conjunto dos organismos chamados de “privados” ou “aparelhos privados de hegemonia”, no sentido da adesão voluntária de seus membros. Dentre esses aparelhos Gramsci destaca igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos e imprensa. É em torno a eles que se organizam as vontades coletivas, seja dos grupos dominantes, seja dos dominados.

---

<sup>14</sup> Local de nascimento de Gramsci.

Dessa forma, compreendemos a FIESC como um aparelho privado de hegemonia da classe burguesa, pois sua existência necessita de adesão voluntária de seus integrantes e que, por sua vez, organizam-se e atuam objetivando difundir para toda a sociedade sua visão de mundo, buscando criar um consenso ativo da classe dos trabalhadores.

Gramsci (2010), diz também que cada classe cria para si camadas de intelectuais orgânicos que lhe dão homogeneidade e consciência do próprio papel no âmbito econômico, político e social, e cita o caso dos empresários, em que pelo menos uma elite deles precisa ter a habilidade de organizar a sociedade em geral, abrangendo todo o complexo de serviços, inclusive a esfera estatal, visando à criação de condições mais adequadas à expansão de sua classe. Ou seja, a depender da perspectiva de classe, a função de tais intelectuais será voltada para os interesses de manutenção ou transformação radical da sociedade capitalista. Entretanto, Gramsci (2010, p. 20) pondera que

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”.

Conforme Iasi (2017b), os ciclos da forma política, sejam elas autoritárias ou democráticas, são compreendidos como uma unidade e identidade de contrários, que apresentam aspectos de coerção e de consenso, sendo que em determinados períodos um é mais enfático do que o outro, não havendo uma substituição. O embate das lutas de classes pode acarretar ocasionalmente melhora ou retrocesso na conquista de direitos, contanto que o primordial não seja afetado: a perpetuação do capital. É justamente neste aspecto da ordem que o Estado atua, seja por coerção e/ou por convencimento, seu papel fundamental é manter as bases que permitem o processo de produção de capital.

O Estado, visando realizar um controle e manutenção das contradições constitutivas do capital, de modo a garantir sua reprodução, age por meio de políticas públicas (SHIROMA et al., 2007), dentre as quais, destacamos as políticas educacionais. Segundo Frigotto e Ciavatta (2003), políticas educacionais foram realizadas no contexto brasileiro, principalmente a partir dos anos 1990, seguindo recomendações de organismos internacionais, tendo a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, na cidade de Jomtien, Tailândia, como um importante marco para a efetivação dessas reformas. Com base nos mesmos autores, esse evento foi financiado por alguns organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Fundo das Nações

Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial (BM); e participaram governos, agências internacionais, personalidades da educação do mundo todo e associações profissionais, com o objetivo de se comprometerem a assegurar uma educação básica de qualidade para crianças, jovens e adultos.

A FIESC, por sua vez, também possui políticas educacionais atreladas aos organismos internacionais e ao Estado. O projeto “Desenvolvendo e Avaliando Criatividade e Pensamento Crítico” é uma metodologia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que trazida para o Brasil pelo Instituto Ayrton Senna, é aplicada em escolas catarinenses como resultado da parceria entre o “Movimento Santa Catarina pela Educação”, Instituto Ayrton Senna, a Secretaria Municipal de Educação de Chapecó e a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2017).

Compreender esta política educacional disseminada pela FIESC, bem como a própria concepção de educação defendida por esta instituição requer uma exposição do que entendemos por educação. Tal apresentação constitui a complementação de nosso referencial teórico que orienta as formas de análise de nosso objeto de estudo.

Segundo Tonet (2005), a educação, a linguagem e o conhecimento possuem sua origem no trabalho, que é a categoria fundante do ser social. Para Marx (2013), o trabalho é uma atividade onde o ser humano interage com a natureza, por meio da qual medeia, regula e controla seu metabolismo, visando se apropriar da matéria natural de forma que satisfaça suas necessidades. Neste processo, ao agir sobre a natureza externa modificando-a, o ser humano modifica, também, sua própria natureza. Entretanto, cabe destacar que o trabalho não se trata de qualquer atividade, mas aquela em que seu executor possui previamente em seu pensamento, ou seja, que “No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente” (MARX, 2013, p. 327). Esta perspectiva de trabalho diz respeito à condição universal do ser humano na sua relação com a natureza, assumindo uma natureza comum a qualquer formação social. Seguindo este raciocínio, Tonet (2005, p. 477), comenta que

O trabalho, por sua própria natureza, é uma atividade social e, por isso, sua efetivação implica sempre, por parte do indivíduo, a apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, objetivos etc., comuns ao grupo. Somente através desta apropriação é que o indivíduo pode tornar-se (objetivar-se)

efetivamente membro do gênero humano. Esta apropriação/objetivação tem na educação uma das suas mediações fundamentais.

No entanto, Fontes (2016) explica que a educação no capitalismo é apresentada como circunscrita à educação formal, acesso a cultura, letramento, socialização de conhecimentos fundamentais, apartada das condições sociais que a concebem. Todavia, essa educação responde por dois movimentos contraditórios: por um lado, precisa formar trabalhadores para garantir a lucratividade do capital, por outro, também precisa responder às reivindicações dos trabalhadores sob diferentes aspectos, dos quais a autora destaca o letramento e conhecimento, ascensão social, acesso a emprego e a direitos. Ainda em relação ao movimento contraditório da educação na sociedade capitalista, a autora assinala que nas últimas décadas vêm crescendo a tensão entre as classes sociais, pois a quantidade de jovens das camadas populares que desejam cursar uma universidade pública aumenta cada vez mais, ao mesmo tempo em que os empresários estão atuando na direção de assumir todas as atividades que possam ser lucrativas.

Amorim (2017), por sua vez, realizou um estudo com base no marxismo ontológico sobre a distinção entre “educação para o trabalho” e “educação para a formação humana”, fazendo uma pesquisa bibliográfica e analisando empiricamente documentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Em suas conclusões, a autora expõe que

Na primeira – educação para o trabalho, - trata-se de uma educação unilateral, cuja finalidade é adaptar e readaptar a classe trabalhadora, indistintamente, às demandas do modo de produção, à exemplo do que ocorre, predominantemente, no modo de produção capitalista, em que as forças produtivas se desenvolvem de forma acelerada e a educação escolar passa a ser demandada pelo capital para a classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, o mais elevado grau de formação de um reduzido contingente de indivíduos que ocupam funções de alta complexidade na produção comandada pelo capital, não elimina o caráter de unilateralidade da formação e, conseqüentemente, não reduz o impedimento do desenvolvimento das potencialidades humanas em todas as dimensões de sua realização enquanto indivíduo e gênero humano.

No segundo caso – educação para a formação humana - trata-se da formação do indivíduo no horizonte da relação deste com a generidade humana, nas suas dimensões mais amplas, ou seja, não redutíveis ao trabalho, possível de se materializar apenas na sociedade comunista.

Não se trata de desconsiderar a necessidade inerentemente humana de se apropriar de conhecimentos e desenvolver habilidades e potencialidades necessárias ao processo de trabalho, enquanto ato teleológico de transformação da natureza em meios de produção e subsistência e conseqüentemente de autoconstrução humana. Se trata de constatar que não faz nenhum sentido falar de educação para o trabalho como se fosse sinônimo de formação humana (AMORIM, 2017, p. 181).

Além disso, a autora também conclui que a natureza ontológica da educação é algo que não se pode eliminar, mesmo que sua função esteja atrelada a determinado modo de produção fundado na exploração do homem pelo homem, pois, “existe sempre a possibilidade de assumir a função de mediar o desenvolvimento das potencialidades humanas não redutíveis ao trabalho” (AMORIM, 2017, p. 182).

Tomando esta distinção entre “educação para o trabalho” e “educação para a formação humana”, reelaboramos nosso estudo com vistas a analisar a concepção de “educação” da FIESC, pois até o momento da qualificação da dissertação, havíamos tratado “educação” e “formação humana” como sinônimos.

Apesar de sermos sintéticos na elaboração de nosso referencial teórico, não realizando aprofundamento dos conceitos e categorias que embasam nossa análise da concepção de educação da FIESC, alertamos que eles serão discutidos ao longo do presente estudo.

#### 1.4 Procedimentos metodológicos

A realização do presente estudo foi possível mediante a utilização de alguns procedimentos metodológicos, a saber: caracterização do tipo de pesquisa, emprego de instrumentos de coleta e análise de dados e balanço da produção acadêmica. Segundo Deslandes (2008, p. 46) “Espera-se que para cada objetivo descrito sejam apresentados métodos e técnicas correspondentes e adequados”. Por esta razão, com base em nosso objetivo de analisar a concepção de educação da FIESC expressa na revista *Indústria & Competitividade*, apresentamos a seguir os procedimentos metodológicos aqui adotados.

Utilizamos a pesquisa do tipo documental (MARCONI; LAKATOS, 2008), onde os documentos são a fonte de dados. Desse modo, são parte de nosso escopo as primeiras 16 edições impressas da revista *Indústria & Competitividade*, que compreendem o período do início de sua publicação em 2013 até o ano de 2018. A seleção deste material ocorreu a partir de sua identificação no site da FIESC e, posteriormente, sua coleta se deu presencialmente na sede da FIESC, localizada em Florianópolis. Não conseguimos adquirir as 16 primeiras edições de uma só vez porque nem todas haviam sido publicadas, a 16ª edição, por exemplo, só foi coletada em outubro de 2018.

A análise de dados, que em nosso caso se constitui em análise documental, teve por base os estudos de Shiroma et al. (2005) e Evangelista (2012). A obra de Shiroma et al. (2005) apresenta subsídios teórico-metodológicos para analisar a política com base no conteúdo, nos conceitos e nos discursos presentes nos documentos de organismos nacionais e

internacionais. Para estas autoras, os textos devem ser lidos em relação ao contexto particular e ao período em que foram produzidos, procurando ainda confrontar com outros textos produzidos no mesmo local e tempo. Para tanto, como importante ferramenta de análise discursiva, é necessário fazer uma “desconstrução” dos textos como forma de compreender seu processo de produção (BOWE; BALL, 1992 apud SHIROMA et al., 2005). As autoras também chamam a atenção para o fato de que ao se enfatizar determinados conceitos, os textos omitem outros; e que se estudar profundamente esta relação de omissão e exaltação discursiva é possível se aproximar da lógica que sustenta os textos (SHIROMA et al., 2005). Já o trabalho de Evangelista articula alguns elementos teórico-metodológicos que ajudam no entendimento de processos de produção de políticas educacionais, sobretudo as contidas em documentos oficiais publicados em meio impresso ou eletrônico. Para a autora, tais documentos expressam diretrizes para a educação, bem como articulam interesses, projetam políticas e produzem intervenções sociais. Estes são originários do Estado e de organizações multilaterais e seus intelectuais (EVANGELISTA, 2012).

O balanço da produção acadêmica constituiu no levantamento de estudos sobre o envolvimento do empresariado do setor produtivo no campo educacional realizados na área da Educação sob a forma de teses, dissertações e artigos (publicados em periódicos e anais de eventos), e que abordavam o período do início do século XXI até o presente momento. Alves-Mazzotti (2002) elenca algumas questões que devem ser observadas pelo pesquisador ao realizar a revisão bibliográfica<sup>15</sup>. Ela diz que a produção do conhecimento é uma construção coletiva da comunidade científica e, por conta disso, cada nova investigação que surge vai complementando ou contestando os resultados até então desenvolvidos sobre o tema. Desse modo, o pesquisador precisa comparar e constatar abordagens teórico-metodológicas utilizadas e avaliar o peso da confiabilidade de resultados de pesquisa, além de identificar consensos e divergências e lacunas que necessitam de mais esclarecimentos. Nesse sentido, a revisão bibliográfica auxilia o pesquisador a definir seu objeto de estudo, fazendo que ele selecione teorias, procedimentos e instrumentos que os ajudarão a alcançar seus objetivos.

As bases de dados elegidas para esta pesquisa foram: 1) Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CTD/CAPES); 2) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDBT/IBICT); 3) Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (Redalyc); 4) Scientific Electronic Library

---

<sup>15</sup> O termo “revisão bibliográfica” utilizado pela autora se refere ao que chamamos de balanço da produção acadêmica.

Online (SciELO); 5) Anais das Reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd), acessada pelo site Google Acadêmico. E quanto aos descritores, utilizando os operadores booleanos, definimos os seguintes: “empresariado AND educação”, “burguesia industrial AND educação”, “empresários AND educação” e “fiesc AND educação”.

#### *1.4.1 A concepção educacional do empresariado industrial na produção acadêmica na área da educação (2000-2018)*

O balanço da produção que ora apresentamos sobre a concepção de educação do setor empresarial da indústria tem por objetivo apreender como esta temática vem sendo trabalhada pelos pesquisadores. Para darmos conta de efetivar tal procedimento optamos por definir dois critérios iniciais: área do conhecimento e tempo.

O recorte em relação à área do conhecimento se deu em virtude da necessidade de um refinamento na coleta dos materiais, haja vista a heterogeneidade de temas encontrados que não dialogavam com os propósitos de nossa pesquisa. Dessa forma, restringimo-nos à área da Educação. A opção pela restrição a esta área também se refere ao fato de estarmos vinculados a um programa de pós-graduação em educação.

O tempo foi outro critério estabelecido para o balanço, no qual delimitamos a busca entre os anos de 2000 e 2018, em razão de privilegiarmos as produções que versassem sobre o pensamento educacional do empresariado industrial a partir do início do século XXI. Este período se justifica em face ao vínculo que nosso estudo tem com a pesquisa em desenvolvimento do grupo de pesquisa Lute da UDESC, que busca investigar o projeto educacional da classe empresarial do setor produtivo catarinense a partir dos anos 2000.

A apresentação do balanço está organizada em três eixos: escolha e coleta das fontes, considerações gerais sobre o material selecionado e análise dos dados. O primeiro eixo mostra o percurso metodológico adotado por nós para selecionar as fontes. O segundo auxilia a compreender a totalidade da produção selecionada. E o terceiro analisa como a produção foi desenvolvida pelos pesquisadores da área.

##### *1.4.1.1 Escolha das fontes*

O percurso que trilhamos para escolher as fontes para o balanço teve início pela definição das bases de dados, de modo a contemplar os estudos em formatos de artigos,

dissertações e teses. Dessa forma, optamos pelo CTD/CAPES e pela BDTD/IBICT para selecionar teses e dissertações. E para selecionar artigos científicos usamos a Redalyc, a SciELO, bem como os Anais das Reuniões da ANPEd, acessada pelo site Google Acadêmico. Os descritores utilizados para buscar os estudos nas bases de dados foram os seguintes: “empresariado AND educação”, “burguesia industrial AND educação”, “empresários AND educação” e “fiesc AND educação”. O descritor “empresários AND educação” somente não foi usado nas bases do IBICT e da Redalyc porque recuperou os mesmos trabalhos que o descritor “empresariado AND educação”.

O procedimento de seleção das fontes envolveu uma triagem que levasse em consideração a nossa problemática de estudo, ou seja, qual é a concepção de educação defendida pela FIESC, expressa na revista Indústria & Competitividade, período 2013 a 2018. Diante disso, examinamos os trabalhos na seguinte ordem: título, resumo, palavra chave e texto na íntegra. A análise do título, resumo e palavra chave foram suficientes para conseguirmos selecionar ou descartar a maioria dos trabalhos de acordo com a nossa problemática, pois apresentaram informações que puderam apontar a relação ou não com nossos objetivos. Todavia, quando tais aspectos não se mostraram satisfatórios, realizamos a leitura do texto na íntegra para descobrir se o trabalho se encaixava em nossos critérios.

A base de dados da CAPES foi a nossa primeira opção de busca para a realização do balanço. Com base nos descritores que elegemos, pudemos encontrar diversos trabalhos, conforme a Tabela 1.

**Tabela 1 - Trabalhos encontrados e selecionados no CTD/CAPES**

<b>Descritor</b>	<b>Trabalhos encontrados</b>	<b>Trabalhos selecionados</b>
“empresariado AND educação”	72	5
“burguesia industrial AND educação”	17	1
“empresários AND educação”	158	4
“fiesc AND educação”	2	0
<b>Total</b>	<b>249</b>	<b>10</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018, a partir da base de dados da CAPES.

Utilizando apenas quatro descritores encontramos 249 trabalhos<sup>16</sup>, dos quais selecionamos 10. Dos cinco trabalhos selecionados a partir do descritor “empresariado AND educação”, três são dissertações e duas são teses. O trabalho escolhido com base no descritor “burguesia industrial AND educação” diz respeito a uma dissertação. E das quatro obras

<sup>16</sup> Apesar de termos usados descritores diferentes, alguns trabalhos se repetiram no processo de busca, mas decidimos contabilizá-los mesmo assim. Contudo, obviamente, selecionamos os trabalhos de nosso interesse apenas uma vez.

selecionadas usando o descritor “empresários AND educação”, uma é tese e as outras três são dissertações. Portanto, selecionamos sete dissertações e três teses no CTD/CAPES. Um ponto que nos chamou atenção foi o fato de palavras tão parecidas semântica e graficamente, como é o caso de “empresariado” e “empresários”, obter resultados bem diversos; o primeiro retornou 72 trabalhos, e o segundo 158. O que não aconteceu na BDTD/IBICT e Redalyc, onde “empresariado” e “empresários” apresentaram exatamente os mesmos resultados, diferenciando apenas na ordem de apresentação dos trabalhos. Outro ponto importante que apareceu foi a falta de pesquisas em educação sobre a FIESC, pois somente conseguimos recuperar dois trabalhos, sendo que estes não dialogavam com a nossa problemática.

Para chegarmos aos 10 trabalhos selecionados, tivemos que examiná-los de acordo com a nossa problemática de pesquisa, ou seja, que versasse sobre a relação entre o empresariado industrial e a educação no período inicial do século XXI. Por conta disso, descartamos os trabalhos que não abordavam o tempo em questão e os que não tratavam do empresariado industrial. Além disso, também rejeitamos os trabalhos que não estavam disponíveis na internet.

A BDTD/IBICT foi nossa segunda opção de busca para o balanço, e assim como a base de dados da CAPES, ela também possui teses e dissertações, fazendo com que muitos trabalhos aparecessem em ambas às bases. Decidimos contabilizar os trabalhos repetidos, mas selecionamos apenas os que ainda não tinham aparecidos na base da CAPES e que fossem de nosso interesse, de acordo com a nossa problemática. Na Tabela 2 podemos observar os resultados obtidos.

**Tabela 2 - Trabalhos encontrados e selecionados na BDTD/IBICT**

<b>Descritor</b>	<b>Trabalhos encontrados</b>	<b>Trabalhos selecionados</b>
“empresariado AND educação”	226	0
“burguesia industrial AND educação”	261	1
“fiesc AND educação”	1	0
<b>Total</b>	<b>488</b>	<b>1</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018, a partir da base de dados do IBICT.

Mesmo empregando menos descritores em relação à base da CAPES, obtivemos maior quantidade de trabalhos encontrados, um total de 488. No entanto, conseguimos selecionar apenas uma produção (dissertação de mestrado), com base no descritor “burguesia industrial AND educação”. Mas como mencionamos anteriormente, pelo fato de termos começado o balanço pela base da CAPES e também porque há muitos trabalhos que estão indexados nas

duas bases, esse número reduzido de trabalhos selecionados se justifica. Identificamos, novamente, a baixa produção relacionada à FIESC.

A Redalyc foi nossa terceira opção de base de dados para realizar o balanço. Optamos pelos mesmos descritores usados na base de dados do IBICT. A quantidade de trabalhos que reunimos com esta ferramenta pode ser observada na Tabela 3.

**Tabela 3 - Trabalhos encontrados e selecionados na Redalyc**

<b>Descritor</b>	<b>Trabalhos encontrados</b>	<b>Trabalhos selecionados</b>
“empresariado AND educação”	718	1
“burguesia industrial AND educação”	30	0
“fiesc AND educação”	0	0
<b>Total</b>	<b>748</b>	<b>1</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018, a partir da base de dados da Redalyc.

Conforme realizado nos outros bancos de dados, aqui também descartamos diversos trabalhos por não estarem condizentes com nossa problemática de estudo. Rejeitamos ainda artigos que foram frutos de dissertações e teses. Diante disso, selecionamos apenas um trabalho. O descritor “fiesc AND educação” não recuperou nenhum artigo, o que aponta para a não priorização de estudos por pesquisadores da área da educação em relação à FIESC.

Selecionamos a SciELO como quarta opção de busca. Resolvemos incluí-la por acreditar que poderia haver trabalhos não indexados na Redalyc. A relação dos trabalhos encontrados e selecionados está contida na Tabela 4.

**Tabela 4 - Trabalhos encontrados e selecionados na SciELO**

<b>Descritor</b>	<b>Trabalhos encontrados</b>	<b>Trabalhos selecionados</b>
“empresariado AND educação”	13	1
“burguesia industrial AND educação”	2	0
“empresários AND educação”	11	0
“fiesc AND educação”	1	0
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018, a partir da base de dados da SciELO.

De todas as bases de dados utilizadas em nosso balanço, esta foi a que menos recuperou trabalhos. Consideramos a baixa quantidade de material selecionado por apresentar trabalhos repetidos em relação à Redalyc. Ademais, também descartamos aqueles que não estão em sintonia com a nossa problemática.

Os Anais da ANPED foi nossa quinta e última opção de base de dados. Decidimos selecioná-la por se tratar de um evento de grande expressividade na área educacional. Apesar

de termos encontrado boa quantidade de trabalhos nos Anais da ANPEd, não selecionamos nenhum artigo porque estes não dialogam com nossa pesquisa. Como critérios de exclusão, rejeitamos os artigos que: não abordavam o recorte temporal de nossa investigação, não tinham como objeto o pensamento educacional do empresariado industrial, que versavam sobre temas bem distantes de nosso estudo e que foram frutos de teses ou dissertações. Um artigo em específico foi descartado devido termos encontrado ele em outro formato na base de dados da Redalyc.

#### ***1.4.1.2 Considerações gerais sobre o material selecionado***

O presente balanço da produção apresenta apenas uma amostra do que vem sendo pesquisado a respeito do envolvimento do empresariado industrial no âmbito da educação. Estamos cientes de que não esgotamos tal procedimento, até porque não era nossa intenção, uma vez que delimitamos a área de conhecimento e o recorte temporal. Apesar disso, expomos a seguir, na Tabela 5, o quantitativo do material levantado.

**Tabela 5 - Trabalhos selecionados por base de dados e tipo de produção**

<b>Tipo de produção/base de dados</b>	<b>Trabalhos selecionados</b>
Tese (CAPES)	3
Dissertação (CAPES)	7
Dissertação (IBICT)	1
Artigo (Redalyc)	1
Artigo (SciELO)	1
Artigo (ANPEd)	0
<b>Total</b>	<b>13</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018, a partir da base de dados da CAPES, IBICT, Redalyc e ANPEd.

As 13 obras selecionadas foram as que mais se aproximaram com a nossa problemática de pesquisa de compreender a concepção educacional da FIESC. Ponderamos que a maior parte dos trabalhos escolhidos são teses e dissertações, que são elaborações mais aprofundadas de investigação em relação aos artigos científicos. Dentre as bases de dados, a única em que não selecionamos trabalhos foi a da ANPEd por não apresentarem sintonia com a nossa problemática.

No Quadro 1, exibimos as teses e dissertações que selecionamos informando ano, título, autor(a)/orientador(a), instituição e tipo de produção. Procuramos ordenar os trabalhos pelo ano para ter uma noção diacronicamente.

**Quadro 1 - Teses e dissertações selecionadas nas bases CAPES e IBICT**

Ano	Título	Autor(a)/Orientador(a)	Instituição	Tipo de produção
2007	A formação técnico-profissional face aos processos de reestruturação produtiva maranhense e as diretrizes educacionais	Francisca das Chagas Silva Lima	UFC	Tese
		Sandra Cordeiro Felismino		
2009	A construção do discurso competente: um estudo sobre a revista agitação do centro de integração empresa-escola	Antônio Luís Risso	Uninove	Dissertação
		Celso do Prado Ferraz de Carvalho		
2010	As letras e o consenso: burguesia, educação, imprensa e hegemonia	Mário Luiz de Souza	UFF	Tese
		Ronaldo Rosas Reis		
2010	Mudanças no mundo do trabalho, educação e reprodução social dos industriários do Ceará	Maryland Bessa Pereira Maia	UFC	Dissertação
		Enéas de Araújo Arrais Neto		
2010	O projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a educação básica nos anos 2000	Alessandro De Melo	UFPR	Tese
		Lígia Regina Klein		
2011	O projeto educativo da Fundação Vale: uma investigação sobre o Programa Escola que Vale	Liege Coutinho Goulart Dornellas	UFJF	Dissertação
		André Silva Martins		
2013	A intervenção do empresariado na educação escolar: análise das diretrizes e ações no município de Feira de Santana – BA (2001-2008)	Vânia Pereira Moraes Lopes	UEFS	Dissertação
		Antonia Almeida Silva		
2014	Educação para o trabalho precarizado: uma análise da reforma trabalhista como limite da proposta de educação da burguesia industrial	Rafael Gomes Cavalcante	UFPR	Dissertação
		Alessandro de Melo		
2014	O capital e as universidades federais no governo Lula: o que querem os industriais?	Allan Kenji Seki	UFSC	Dissertação
		Olinda Evangelista		
2014	O projeto de formação profissional da Confederação Nacional da Indústria e as políticas públicas de educação profissional: confluências entre público e privado na educação brasileira nos anos 2000	Camila Grassi Mendes de Faria	UFPR	Dissertação
		Alessandro de Melo		
2017	Educação não formal para líderes sindicais empresariais: avaliação do projeto Avança Sindicato	Maitê Sarmet Moreira Smiderle Mello	UCB	Dissertação
		Candido Alberto Gomes		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018, a partir da base de dados da CAPES e IBICT.

Podemos observar que os trabalhos se concentram no período entre 2007 e 2017, tendo maior acúmulo nos anos de 2014 (com três produções) e 2010 (com três produções). Entre esses 11 anos de produção, em quatro não houve publicação de trabalhos, o que representa uma baixa frequência de investigação em relação ao tema. A distribuição das produções acadêmicas, de acordo com as regiões do Brasil, está assim: quatro no Sul, três no Nordeste, três no Sudeste e um na região Centro-Oeste. Não selecionamos trabalhos oriundos da região

Norte, o que pode indicar que não há grupos de pesquisa que estejam trabalhando com este tema nesta região. Por outro lado, identificamos que Alessandro de Melo, autor de tese defendida em 2010 sobre o empresariado industrial, orientou duas dissertações que foram defendidas em 2014 sobre o mesmo tema.

Já no Quadro 2, mostramos os artigos selecionados, informando o ano de publicação, título, autor(a) e local de publicação.

**Quadro 2 - Artigos selecionados nas bases da Redalyc e SciELO**

Ano	Título	Autor(a)	Local de publicação
2007	Frações burguesas em disputa e a educação superior no governo Lula	José Rodrigues	Revista Brasileira de Educação
2014	Educação e trabalho na perspectiva do empresariado brasileiro: o projeto de educação da Confederação Nacional da Indústria	Alessandro de Melo; Camila Grassi Mendes de Faria; Luciani Wolf; Rafael Gomes Cavalcante	Cad. CEDES, Campinas

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018, a partir da base de dados da Redalyc, SciELO e ANPEd.

A publicação dos artigos se concentra entre os anos de 2007 e 2014. Assim como observado no quadro das teses e dissertações, existe baixa frequência de produção acadêmica em formato de artigos originais sobre a temática do empresariado industrial e a educação. Esses dados contribuem para os motivos que nos levaram a investigar essa temática.

#### ***1.4.1.3 Análise da produção acadêmica***

Visando revelar o conteúdo da produção compilada no presente balanço, procuramos, em um primeiro momento, fazer uma breve descrição dos trabalhos apresentando os objetivos, metodologia, referencial teórico e os principais resultados. Posteriormente, buscamos realizar uma análise para verificar em que medida os trabalhos conversam com a nossa pesquisa e de que forma podemos avançar.

Em "A formação técnico-profissional face aos processos de reestruturação produtiva maranhense e às diretrizes educacionais", Lima (2007) analisou as concepções de formação profissional adotadas em um projeto pedagógico do SENAI-MA procurando apreender o seu significado e suas articulações na disputa ideológica e hegemônica desenvolvida na contemporaneidade. A luz do referencial marxista e com base na análise de documentos, entrevista e questionário a autora chegou à conclusão que os cursos de formação profissional de nível técnico do SENAI-MA apresentam um discurso de formação e orientações didático-pedagógicas voltadas para viabilizar o desenvolvimento de comportamentos e atitudes

compatíveis com os requerimentos de formação demandados pelo mercado, como por exemplo, a conformação do trabalhador para adequar-se às exigências de competitividade das empresas, que passa pelo desenvolvimento de competências gerais e específicas que seriam requeridas para os processos de inserção e manutenção do emprego, bem como a conformação para que gere seu próprio empreendimento, aceitando a extinção ou alteração de postos de trabalho e direitos sociais historicamente conquistados.

O artigo de Rodrigues (2007) analisou os interesses de duas frações da burguesia no que diz respeito às finalidades e à organização da educação superior do Brasil, a partir das proposições do primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula Silva (2003-2006). De um lado, ele analisa a burguesia industrial representada pela CNI, e de outro a que o próprio autor denominou de nova burguesia de serviços educacionais representada pelo Fórum Nacional de Livre-Iniciativa na Educação. O autor recorreu à pesquisa documental e buscou fundamentar seu estudo em autores de tradição marxista. Em linhas gerais, para Rodrigues (2007), há uma convergência entre os interesses dos empresários industriais e os empresários do ensino em relação à transformação da educação enquanto uma mercadoria, apesar de que os primeiros defendem a educação superior atrelada à produção de conhecimento para as demandas de uma economia competitiva, enquanto os segundos defendem que a universidade pública seja submetida à racionalidade das práticas mercantis.

A dissertação de Risso (2009) fez um estudo sobre o discurso da revista *Agitação*, do Centro de Integração Empresa-Escola, e sua contribuição para o processo de consolidação hegemônica dos sujeitos filiados à burguesia industrial paulista. Partindo da pesquisa documental e alicerçando seu referencial teórico em autores como: Maingueneau<sup>17</sup>, Pêcheux<sup>18</sup> e Chauí<sup>19</sup>, o autor conclui que a educação de nível superior, foco do estudo, deve estar a serviço do mercado e baseada na resolução de problemas, sobretudo do setor produtivo. Além disso, o discurso propalado pela revista aponta para uma flexibilização do ensino superior a partir do entendimento que o mercado requer um profissional "especialista generalizante", ou seja, que seja competente em sua área, mas capaz de dominar outra se necessário.

Na tese de Souza (2010), visualizamos que seus objetivos estavam em apresentar reflexões sobre o pensamento educacional do empresariado (industrial, bancário e do

---

<sup>17</sup> Identificamos que Risso citou em seu trabalho a obra *Elementos de lingüística para o texto literário*, de 1996, mas o que encontramos nas referências foi outra produção, que diz respeito à *Pragmática para o discurso literário*, também de 1996.

<sup>18</sup> Obra desse autor que foi utilizada no texto de Risso: Michel Pêcheux. *Análise automática do discurso (AAD-69)* In: F. Gadet e T.Hak (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

<sup>19</sup> Risso citou a seguinte obra: CHAUI, Marilena. *O discurso competente*. In: \_\_\_\_\_. *Cultura e Democracia*. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

comércio e serviços) a partir de artigos publicados no jornal Folha de São Paulo e no jornal O Globo. Referendado pela matriz marxista e delineando uma pesquisa documental, o autor chegou à conclusão de que a educação escolar deve realizar uma formação direcionada para as demandas das empresas, tanto no que se refere aos conhecimentos que serão ensinados, bem como nas competências e na dimensão ético-política, visando construir um cidadão produtivo. Além do mais, o autor aponta que os empresários alegam que a educação é capaz de resolver os problemas sociais, porém, dentro de uma formação atrelada aos interesses das empresas.

Maia (2010) visou em seu trabalho compreender o papel do processo de escolarização proporcionado pelo empresariado industrial cearense para os trabalhadores industriais deste estado, tratando especificamente da análise do Programa SESI Educação do Trabalhador. A partir do materialismo histórico dialético, sua investigação se pautou no estudo de caso, utilizando a análise documental e observação participante como procedimentos metodológicos. Segundo a autora, a escolarização ofertada pelo setor empresarial produtivo industrial cearense segue uma lógica de influenciar na reprodução das relações sociais de classe com base no constante aprendizado, caráter utilitarista da educação e processo de aprendizagem de competências e habilidades.

A tese de doutorado de Melo (2010) contém o estudo da proposta para a educação básica da burguesia industrial brasileira, representada pela CNI. Com referencial marxiano e pesquisa documental, seu estudo mostra que o projeto de educação básica do empresariado industrial para os trabalhadores subordina a formação humana à formação laboral mais restrita e unilateral.

O trabalho final de mestrado de Dornellas (2011) buscou analisar o fenômeno político parcerias na educação, tomando como empiria as formulações da Fundação Vale<sup>20</sup> para a educação, especificamente na política de formação docente continuada. Fundamentado no materialismo histórico e recorrendo à investigação documental, o autor aponta que as formulações da Fundação Vale procuram instituir uma reforma intelectual e moral dos professores para convertê-los em difusores de ideias e referências morais idealizadas pela fundação. Nesse sentido, as parcerias visam difundir um projeto pedagógico fundamentado nas proposições do neoliberalismo da Terceira Via (MELO et al., 2015).

Lopes (2013), em sua dissertação de mestrado, analisou as concepções e ações dos programas de parcerias entre o empresariado e o governo municipal de Feira de Santana,

---

<sup>20</sup> Para maiores informações sobre esta fundação acesse: <<http://www.fundacaovale.org>>.

Bahia, entre o período de 2001 e 2008 (período que abrange os dois mandatos do prefeito José Ronaldo de Carvalho, do Partido da Frente Liberal - PFL<sup>21</sup>). Sua investigação é do tipo documental, de natureza qualitativa e tem como referencial as formulações de Gramsci<sup>22</sup> sobre Estado integral e Martins<sup>23</sup> acerca da Responsabilidade Social Empresarial, entre outros autores de base marxista. Seus resultados apontam para ações mais pontuais de alguns programas educacionais num primeiro momento (2001-2004), e intensificação e abrangência destas ações em um segundo período (2005-2008). Apesar de outros setores da burguesia estarem presentes na análise que a autora faz do envolvimento destes no município de Feira de Santana, destacamos a atuação do empresariado industrial em programas com ênfase na educação ambiental. A concepção educacional defendida por estes empresários não fica restrita à temática ambiental, pois “ética” e “cidadania” também permeiam suas proposições. A autora salienta que na maioria das vezes a questão da cidadania relacionada à questão educacional segue uma lógica de responsabilidade individual.

O artigo de Melo et al. (2014) teve por objetivo analisar a presença de concepções advindas do pacto social firmado entre o Estado, a fração industrial (representada pela CNI) e os sindicatos em torno de um projeto de desenvolvimento do país na educação básica. Tendo como referencial a teoria social marxista de análise da sociedade e das lutas de classe, a pesquisa se caracteriza do tipo bibliográfica e documental. Os autores do artigo chegaram à conclusão que, para a educação básica, as concepções dos envolvidos no estudo almejam uma formação genérica e flexível, pautada no avanço dos marcos produtivo de acumulação flexível. Para tanto, o perfil requerido pela CNI neste nível de ensino deve atender à crescente exigência de inovar a produção, além de produzir com qualidade e com menor custo.

A dissertação de Cavalcante (2014) procurou questionar a proposta de educação básica da CNI a partir das propostas de reforma trabalhista desta entidade nos anos 2000. A pesquisa se enquadra no tipo bibliográfico e está pautada no materialismo histórico dialético. O autor chegou à conclusão de que a proposta de educação básica da CNI cumpre o papel de adaptação e conformação para o mercado de trabalho precarizado, o que expressa o limite desta proposta de educação. No que diz respeito à reforma trabalhista, o empresariado industrial defende uma flexibilização nas relações trabalhistas que supostamente visaria o

---

<sup>21</sup> O PFL tornou-se DEM em 2007.

<sup>22</sup> Obra consultada: GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, volume 3. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>23</sup> Obra consultada: MARTINS, A.S. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de Neoliberalismo de Terceira Via. In: NEVES, L.M.W. (Org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

aumento da geração de empregos no Brasil. E ainda relacionam a formalização de empregos com qualidade de emprego.

A dissertação de Seki (2014) visou analisar as propostas educacionais da CNI para as universidades públicas federais no período do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010). Utilizando-se do método marxista e de pesquisa documental, os resultados encontrados pelo autor mostram que a CNI apresentou propostas de um projeto antiuniversitário, que descaracterizam o sentido amplo de formação em nível superior, além do sentido público estratégico das universidades. No entanto, o autor identificou que o pensamento dessa fração burguesa, representada pela CNI, não é homogêneo. Nos primeiros anos do mandato presidencial de Lula da Silva, a CNI direcionou seu posicionamento para a defesa da universidade pública voltada para os interesses do setor produtivo e do mercado de trabalho. Já no segundo mandato do referido governo, o posicionamento do empresariado industrial muda passando a defender a privatização do ensino superior, ao mesmo tempo em que começam a priorizar a educação básica em suas proposições.

Faria (2014) objetivou analisar o projeto de formação profissional da CNI nos anos 2000 e sua possível articulação com as políticas públicas do governo federal durante o mesmo período. A teoria social de Marx foi o referencial teórico utilizado pela autora, assim como a pesquisa documental para efetivar sua investigação. Dentre os resultados encontrados pela autora, destacamos que a formação profissional proposta pelo setor empresarial produtivo para a classe trabalhadora visa adapta-los aos perfis demandados pelo capital, ou seja, de um trabalhador que exerça diferentes funções ou que possa "empreender". Esta lógica deve servir para que se amplie o potencial competitivo das indústrias brasileiras. Ademais, tais diretrizes formativas deste setor empresarial vem se manifestando nas políticas públicas de educação profissional em nível nacional.

Em “Educação não formal para líderes sindicais empresariais: avaliando o projeto Avança Sindicato”, Mello (2017) teve por objetivo analisar o projeto Avança Sindicato da CNI, em parceria com suas federações industriais estaduais, voltado para a capacitação de líderes sindicais empresariais. A investigação é de abordagem qualitativa, bem como do tipo estudo de caso e pesquisa documental. A autora também realizou entrevista semiestruturada com os presidentes de sindicatos e gestores (estaduais e nacional) do referido programa. Seu referencial teórico pauta-se principalmente em Bruno<sup>24</sup>, Trilla-Bernet<sup>25</sup>, La Belle<sup>26</sup>, Gadotti<sup>27</sup>,

---

<sup>24</sup> Obra consultada: BRUNO, Ana. Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. *Mediações Revisa OnLine*. v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://mediacoes.esse.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/68>>. Acesso em: 25 maio 2017.

Rothes<sup>28</sup>, Illich<sup>29</sup>, Morin<sup>30</sup>, Mussak<sup>31</sup>, Weber<sup>32</sup>, Bourdieu<sup>33</sup> e Mello<sup>34</sup>. Como principais resultados, a autora aponta para um avanço na atuação dos sindicatos no campo da comunicação, da defesa dos interesses, da prestação de serviços e da negociação coletiva.

Feita essa primeira exposição dos trabalhos, apresentando os objetivos, metodologia, referencial teórico e principais resultados, partimos agora para a análise do material buscando verificar de que forma dialogam com nossa pesquisa. Para tanto, focamos em: a) quais são os posicionamentos dos autores; b) que nível escolar foi abordado; c) quem são os propositores das formulações educacionais; d) quais são as formulações educacionais evidenciadas; e) como o empresariado industrial atuou.

No primeiro aspecto, a maioria dos trabalhos (RODRIGUES, 2007; LIMA, 2007; RISSO, 2009; MAIA, 2010; SOUZA, 2010; MELO, 2010; DORNELLAS, 2011; LOPES, 2013; CAVALCANTE, 2014; SEKI, 2014; FARIA, 2014; MELO et al., 2014) se posiciona contrária às proposições educacionais da burguesia industrial. Conforme Cavalcante (2014, p. 128), “a proposta de educação básica da CNI já expressa seu limite, uma educação voltada exclusivamente para o trabalho, desconsiderando assim as demais práxis do ser social”. Melo (2010), por sua vez, diz que: “Uma das contradições que apontamos em relação às propostas educacionais do empresariado é a vinculação deste grupo com as demandas pela reforma trabalhista, o que, de fato, representa precarização e flexibilidade para a classe trabalhadora” (p. 239). A partir da nossa hipótese, que a concepção de educação da FIESC está pautada na formação orientada para as demandas do mercado de trabalho, juntamo-nos aos demais autores que são adversos às concepções educacionais do setor produtivo.

---

<sup>25</sup> Obra consultada: TRILLA-BERNET. La educación fuera de la escuela. Ámbitos no formales y educación social. Barcelona: Ariel, 2003.

<sup>26</sup> LA BELLE, T. Formal, non-formal and informal education: a holistic perspective on lifelong learning. *International Review of Education*, Hamburgo, v. 28, n. 1, p. 159-175, 1982.

<sup>27</sup> Obras consultadas: GADOTTI, M. A questão da educação formal/ não formal. In: *Droit à l'éducation: solutions à tous les problèmes ou problème sans solution?* Suíça: IDE, 2005.; GADOTTI, M. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. *Revista Diálogos*, v. 18, n. 1, p. 10-32, 2012.

<sup>28</sup> Obra consultada: ROTHES, L. Recomposição induzida do campo da educação básica de adultos – lógicas de apropriação local num contexto político- institucional redefinido. Tese de Doutorado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade do Porto, 2005.

<sup>29</sup> Obra consultada: ILLICH, I. *Sociedade sem escolas*. Petrópolis: Vozes, 1985.

<sup>30</sup> Obra consultada: MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

<sup>31</sup> MUSSAK, Eugênio. Capacitação empresarial e o exercício da liderança. In: Instituto Euvaldo Lodi. *Capacitação Empresarial*. Brasília: IEL/NC/SEBRAE/NA, 2005.

<sup>32</sup> Obra consultada: WEBER, Max. *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

<sup>33</sup> Obra consultada: BOURDIEU, Pierre. *Science de la science et réflexivité*. Paris : Raisons d'Agir, 2001.

<sup>34</sup> Obra consultada: MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Em relação ao campo educacional, verificamos que o enfoque dos estudos concentra-se na educação básica (SOUZA, 2010; MAIA, 2010; MELO, 2010; DORNELLAS, 2011; LOPES, 2013; MELO et al., 2014; CAVALCANTE, 2014), seguido pelo ensino superior (RODRIGUES, 2007; RISSO, 2009; SOUZA, 2010; SEKI, 2014), educação profissional (LIMA, 2007; SOUZA, 2010; FARIA, 2014) e educação não formal (MELLO, 2017). O estudo de Souza (2010) não se limitou à apenas um campo específico, abordando tanto a educação básica, como o ensino superior e a educação profissional. Sobre essa questão, nossa pesquisa se aproxima deste autor por não delimitar um campo escolar específico.

No terceiro aspecto, que trata sobre os proponentes das formulações educacionais, dividimos os trabalhos em quatro categorias: 1) confederação (RODRIGUES, 2007; MELO, 2010; MELO et al., 2014; CAVALCANTE, 2014; SEKI, 2014; FARIA, 2014, MELLO, 2017); 2) federação (LIMA, 2007; MAIA, 2010; LOPES, 2013); 3) fundação (DORNELLAS, 2011; LOPES, 2013); 4) outros (RISSO, 2009; SOUZA, 2010). Na primeira, os autores procuraram realizar seus estudos com base nas formulações da CNI. Na segunda, as pesquisas tiveram como formuladores educacionais as entidades SESI (da Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB) e SENAI (da Federação das Indústrias do Estado do Ceará). Na terceira categoria, Dornellas (2011) efetivou estudo sobre a Fundação Vale (da empresa Vale), enquanto Lopes (2013) estudou (dentre outras) as propostas da Fundação ArcelorMittal (da empresa ArcelorMittal Brasil). Já na quarta categoria, Risso (2009) se propôs a investigar a concepção educacional do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), que segundo o autor, está ligado à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), ao passo que Souza (2010) analisou as formulações de intelectuais vinculados à burguesia industrial brasileira. Nossa pesquisa se enquadra na segunda categoria, ou seja, no estudo de uma federação industrial, a FIESC.

A respeito das formulações educacionais defendidas pelos empresários e evidenciadas pelos autores, identificamos que pertencem à teoria do capital humano (RODRIGUES, 2007; SOUZA, 2010; MELO, 2010; DORNELLAS, 2011; MELO et al., 2014; SEKI, 2014; FARIA, 2014; CAVALCANTE, 2014) e a pedagogia das competências (LIMA, 2007; SOUZA, 2010; MELO, 2010; DORNELLAS, 2011; MELO et al., 2014; SEKI, 2014; FARIA, 2014; CAVALCANTE, 2014; MELLO, 2017). A primeira formulação apresenta uma relação direta com a concepção educacional defendida pela FIESC, pois nos deparamos com ela em edições da revista Indústria & Competitividade, o que mostra que tal concepção é consensual entre os empresários industriais brasileiros. Ou seja, identificamos que a teoria do capital humano é amplamente defendida por estes empresários, haja vista ela estar presente na análise que os

autores supracitados realizaram em seus estudos acerca das formulações educacionais do empresariado industrial.

Verificando a forma como o empresariado vem atuando na educação a partir das pesquisas aqui destacadas, podemos classificar da seguinte forma: a) ensino privado; b) parcerias; c) influência em políticas públicas; d) construção de consenso. Lima (2007), Maia (2010) e Mello (2017) analisaram em seus estudos o ensino ofertado pelas instituições empresariais do próprio setor produtivo. Dornellas (2011) e Lopes (2013) buscaram analisar a parceria entre a burguesia industrial e o Estado para realizar ações educacionais. Já Rodrigues (2007), Melo (2010), Melo et al. (2014), Cavalcante (2014), Seki (2014) e Faria (2014) investigaram as influências que o setor empresarial produtivo buscou exercer sobre as políticas públicas educacionais. E Risso (2009) e Souza (2010) abordaram em suas pesquisas a questão do discurso do empresariado industrial para a construção de consensos acerca de suas formulações educacionais. Diante disso, entendemos que nossa problemática se insere mais nas questões relacionadas com a construção de consensos e de influência nas políticas públicas.

Portanto, com base nos aspectos acima levantados, pretendemos avançar nas questões que podem contribuir para a compreensão do pensamento educacional do empresariado industrial brasileiro, fazendo um recorte a partir do contexto catarinense. O que por sua vez, ainda não foi feito em nível de pós-graduação, tornando nossa proposta até o presente momento original.

## 2 A particularidade histórica da FIESC no âmbito da educação

O presente capítulo tem por objetivo apresentar sinteticamente o contexto histórico do empresariado industrial a partir de seu viés educacional. É de nosso interesse compreender o panorama histórico em que foram construídas as concepções educacionais da FIESC, desde a sua constituição em 1950, até os dias atuais da segunda década do século XXI. Para tanto, entendemos ser necessária a localização deste período no contexto dos padrões de acumulação capitalistas existentes até então, ou seja, dos padrões de acumulação taylorista/fordista e toyotista, por ser justamente em tais períodos que a FIESC se originou e se desenvolveu. Entretanto, ponderamos que no Brasil os referidos padrões de acumulação se materializaram com certa particularidade e defasagem temporal (RODRIGUES, 1998).

### 2.1 A origem da FIESC no padrão de acumulação taylorista/fordista

A respeito do primeiro padrão de acumulação capitalista, visualizamos o binômio taylorista/fordista que caracteriza as formas de organizar o trabalho e produzir as mercadorias. Este padrão teve origem no início do século XX, consolidando-se e expandindo-se até aproximadamente a década de 1970, quando então ocorreu um processo de transição para outro padrão de acumulação. Portanto, compreender o panorama histórico no qual a FIESC se originou nos remete a especificar cada um destes elementos do padrão de acumulação taylorista/fordista.

Frederick Winslow Taylor foi o responsável por desenvolver métodos e organização dos processos de trabalho entre os fins do século XIX e início do século XX. Pinto (2007) comenta que a perspectiva de tomar a organização do trabalho por seu viés estritamente técnico foi incorporado e submetido aos interesses de classe pelo capitalismo após as primeiras revoluções industriais datadas do século XIX. Esse processo resultou na separação técnica e social dos processos produtivos entre os capitalistas e os trabalhadores, aos quais caberiam aos primeiros as funções de planejamento, coordenação e controle, enquanto aos segundos o papel de execução das atividades. Por sua vez, Braverman (1987, p. 82) ressalta que

Os economistas clássicos foram os primeiros a cuidar, de um ponto de vista teórico, dos problemas da organização do trabalho no seio das relações capitalistas de produção. Podem, pois, ser chamados os primeiros peritos em gerência, e seu trabalho foi continuado na última parte da Revolução Industrial por homens como Andrew Ure e Charles Babbage. Entre esses homens e o próximo passo, a

formulação completa da teoria da gerência em fins do século XIX e os princípios do século XX, há uma lacuna de mais de meio século, durante a qual verificou-se um enorme aumento no tamanho das empresas, os inícios da organização monopolista da indústria, e a intencional e sistemática aplicação da ciência à produção. O movimento da gerência científica iniciado por Frederick Winslow Taylor nas últimas décadas do século XIX foi ensejado por essas forças.

Além destes precedentes, a elaboração teórica de Taylor partiu de sua própria experiência profissional adquirida como operário aprendiz numa uma fábrica metalúrgica, onde foi percebendo que a capacidade produtiva média dos trabalhadores era aquém de suas “reais” possibilidades (PINTO, 2007).

Taylor identificou dois elementos que prejudicavam a produtividade dos trabalhadores, do ponto de vista do capital: 1) condições técnicas devidas às trocas constantes de operações, tarefas, deslocamentos dentro da fábrica, entre outros; 2) condições subjetivas dos trabalhadores que controlavam seu tempo de trabalho como forma de protegerem seus salários e conhecimentos da crescente produtividade advinda da expansão do emprego de maquinaria na indústria, ocasionando em diminuição do trabalho humano na produção de mercadorias (PINTO, 2007). De acordo com Gounet (1999, p. 18), na fábrica de Ford, local em que foram implantados os métodos de organização do trabalho, foi preciso chocar-se com “o antigo regime de trabalho. Nele, eram operários extremamente especializados, grandes mecânicos, que fabricavam artesanalmente os veículos quase de A a Z”. Diante disso, Taylor testou e propôs uma forma de organização do trabalho que acabasse com a proteção do tempo de trabalho subdividindo ao máximo diferentes atividades nas mais simples tarefas, como por exemplo, esboços de gestos, de modo a cronometrar o tempo de cada movimento determinando um padrão a ser considerado para todos os trabalhadores (PINTO, 2007).

A elaboração teórica de Taylor levava em consideração a já acentuada separação das funções entre administração e produção da época, porém, o autor entendia que ainda existiam problemas dentro de cada um destes setores, a saber: o acúmulo de tarefas que, por sua vez, impedia o seu cumprimento com agilidade e exatidão necessárias. Assim, Taylor indicou a necessidade de subdivisões das funções em cada setor (administração e produção), objetivando o cumprimento completo das tarefas por seus respectivos responsáveis, sem que fosse preciso acumular alto grau de conhecimentos e habilidades. Caberia aos operários da produção exercer apenas atividades ligadas a este setor, dentro de padrões muito rígidos quanto à conduta pessoal, operações intelectuais e gestos físicos; já em relação aos administradores, ficariam incumbidos de se dedicarem exclusivamente às atividades de planejamento. Este modelo de organização do trabalho nada mais fez do que especializar ao

máximo as funções e tarefas, ocasionando em uma redução da exigência de aprendizagem por parte dos trabalhadores (PINTO, 2007).

A partir dessas elaborações, Taylor as apresentou para a gerência onde trabalhava nos Estados Unidos, que aceitou sua recomendação e lhe atribuiu a tarefa de aplicá-la. No entanto, este modelo de organização do trabalho não foi aceito pelos operários e seus sindicatos, mas com o aparecimento das guerras mundiais, Taylor viu seu modelo ser implantado e difundido em variados ramos industriais e em diferentes países. A este modelo de organização de trabalho, Taylor denominou de “administração científica” (PINTO, 2007), mas ficou popularmente conhecido com taylorismo.

Ao lado do modelo de organização do trabalho proposto por Taylor no padrão de acumulação taylorista/fordista, ocorreu a implementação dos dispositivos organizacionais e tecnológicos criados por Henry Ford no início do século XX. Assim como Taylor, Ford também formulou suas ideias a partir de sua experiência profissional, que iniciaram quando ainda possuía 16 anos de idade, trabalhando como mecânico em sua cidade. Em 1903, fundou na cidade de Detroit (Estados Unidos) a Ford Motor Company, que veio a se tornar uma das maiores fabricantes de automóveis no mundo. Dentre os ideais de Ford, destacam-se o consumo em massa de produtos padronizados e a produção em larga escala por meio da linha de montagem em série. Em relação ao primeiro aspecto, Pinto (2007, p. 41) esclarece que

[...] padronizando os produtos fabricando-os numa escala imensa, da ordem de centenas ou milhares por dia, certamente os custos de produção seriam reduzidos e contrabalançados pelo aumento do consumo, proporcionado, por sua vez, pela elevação da renda em vista dos melhores salários que poderiam ser pagos em função do aumento das vendas e, portanto, dos lucros empresariais.

Já sobre a produção em larga escala, Ford idealizou a linha de montagem em série<sup>35</sup> que se caracteriza num mecanismo de transferência integrado onde os objetos de trabalho são transportados para basicamente todas as seções de trabalho, recebendo intervenção dos trabalhadores. Estes por sua vez, ficam dispostos em cada trecho por onde se passa o objeto de trabalho, juntamente com os instrumentos e matérias-primas necessários para desempenhar sua tarefa estritamente específica no processo de produção (PINTO, 2007). A disposição dos trabalhadores ao longo da linha de montagem se deve graças ao modelo taylorista de divisão de tarefas dentro do processo produtivo, e ficou conhecido como padrão fordista de produção.

---

<sup>35</sup> Na verdade, a ideia da linha de montagem em série não é de originalidade de Ford, pois já existia um sistema de carretilha usado nos matadouros de Chicago para lacerar reses (FLEURY; VARGAS, 1983 apud PINTO, 2007). Mas é atribuída à Ford a adaptação da linha de montagem para a produção em larga escala (PARKINSON, 1995 apud PINTO, 2007).

De maneira análoga ao que aconteceu com Taylor ao tentar efetivar seu modelo de organização de trabalho, Ford também teve que enfrentar o descontentamento dos trabalhadores em relação ao padrão de produção. Mas isso não impediu que ele fosse expandido, primeiro nos Estados Unidos e, posteriormente, nas economias capitalistas centrais durante as duas guerras mundiais (PINTO, 2007). Mais do que isso,

[...] o padrão fordista de produção não ficou preso à indústria automobilística, nem mesmo à indústria em geral; ultrapassou os muros das fábricas, atingiu (com graus diferenciados) a todos os setores da vida humana e a todos os países de economia industrial (RODRIGUES, 1998, p. 52).

Na particularidade brasileira, Vargas (1985 apud RODRIGUES, 1998) diz que o padrão de acumulação taylorista/fordista chegou ideologicamente no país no fim da década de 1920 a partir da fundação do Instituto de Organização e Racionalização do Trabalho (IDORT). Entretanto, continua o autor, foi somente nas décadas de 1960 e 1970 que foi efetivamente implementado o taylorismo/fordismo no Brasil devido à instalação de montadoras estrangeiras na década de 1950.

É neste contexto que surge a FIESC, entidade representativa do empresariado industrial catarinense filiada à CNI – órgão de maior representação desse setor no âmbito brasileiro. A CNI, por sua vez, surgiu em 1938 tendo como objetivos a “representação, estudos e coordenação dos interesses das categorias econômicas da indústria” (CNI, 2016, p. 7).

Segundo Rodrigues (1998), o setor empresarial industrial brasileiro buscou, em diversos momentos, construir sua entidade representativa, iniciando pela criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), em 1820, passando pelo Centro Industrial do Brasil (CIB), em fundado em 1904, até chegar a atual Confederação Nacional da Indústria (CNI), instituída em 1938.

De acordo com informações contidas em seu site (CNI, 2015a), logo nos primeiros anos ela passou a se preocupar com a formação de mão de obra para a indústria nacional, criando no ano de 1942 o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e em 1946 o Serviço Social da Indústria (SESI). Já em 1969, o Instituto Euvaldo Lodi<sup>36</sup> (IEL) veio compor, juntamente com a CNI, SENAI e SESI, o chamado Sistema Indústria.

Do ponto de vista da legislação, o SENAI foi criado a partir do Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que tinha como primeira denominação o Serviço Nacional de

---

<sup>36</sup> Euvaldo Lodi foi o primeiro presidente da CNI (BUENO, 2008).

Aprendizagem dos Industriários. A mudança de nomenclatura para a atual designação somente ocorreu por meio do Decreto-Lei nº 4.936, de 7 de novembro de 1942. Nesta época, Getúlio Vargas era o presidente da República, enquanto Gustavo Capanema era o Ministro da Educação (RODRIGUES, 1998). O SESI foi instituído por meio do Decreto-Lei nº 9.043, de 25 de junho de 1946. Neste período, Eurico Gaspar Dutra era o presidente e Ernesto de Sousa Campos estava à frente do Ministério da Educação (MEC). Já o IEL, diferentemente das entidades anteriores, não foi concebido por legislação, mas por recomendações do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária de 1968, que por sinal, tais recomendações foram feitas pela própria CNI (RODRIGUES, 1998).

Segundo a alegação da CNI (2015b), a função do Sistema Indústria está em desenvolver programas socioeducativos que visem melhorar as condições de saúde e segurança no local de trabalho. Além disso, a entidade argumenta que oferece soluções técnicas e tecnológicas, capacitação empresarial, formação profissional e educação básica às indústrias a partir das demandas dos empresários.

A CNI (2017, p. 7) diz que as instituições que compõem o Sistema Indústria “têm desempenhado um importante papel perante a indústria e a sociedade brasileira na busca de constante aprimoramento para atender as aspirações dos empresários e dos trabalhadores do setor”. Todavia, é preciso desvelar esta afirmação do empresariado. No documento “101 Propostas para Modernização Trabalhista”, elaborado pela CNI em 2012, é possível identificarmos diversos elementos que tratam da retirada de direitos da classe trabalhadora. Para tanto, citamos apenas o fenômeno da terceirização. Em tal documento, a CNI (2012, p. 44) considera problemática a limitação à terceirização indicando três pontos:

**Custos**

- A impossibilidade de terceirizar implica processos produtivos menos eficientes e mais onerosos. Além, disso, há formação de grandes passivos trabalhistas, na maioria, ocultos, decorrentes de decisões sem base legal que determinam equiparações.

**Insegurança jurídica**

- A ausência de regras claras expõe as empresas a elevados níveis de insegurança jurídica.

**Restrições à produtividade/ inovação**

- A opção pela terceirização é gerencial e, muitas vezes, as restrições impedem a empresa de formar uma rede de produção mais produtiva e eficiente.

A proposta apresentada pelo setor industrial foi de criar um marco legal visando terceirizar todos os tipos de atividades, alegando que haveria aumento de competitividade das empresas e maior proteção legal aos trabalhadores terceirizados (CNI, 2012). No entanto, com base no estudo de Marcolino et al. (2018), seus dados apresentam que as condições de

trabalho e a remuneração das atividades tipicamente terceirizadas são inferiores em relação às das atividades tipicamente contratantes. Ainda de acordo com os mesmos autores, observando somente o ano de 2014, os dados de tal pesquisa revelam que:

- a taxa de rotatividade descontada é duas vezes maior nas atividades tipicamente terceirizadas (57,7% contra 28,8% nas atividades tipicamente contratantes);
- nas atividades tipicamente terceirizadas, 44,1% dos vínculos de trabalho foram contratados no mesmo ano, enquanto nas tipicamente contratantes o percentual foi de 29,3%;
- 85,9% dos vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas tinham jornada contratada entre quarenta e uma e quarenta e quatro horas semanais; já nos setores tipicamente contratantes, a proporção era de 61,6%;
- os salários pagos nas atividades tipicamente terceirizadas fora da região Sudeste eram menores, o que reforça as desigualdades regionais;
- o percentual de afastamentos por acidentes de trabalho nas atividades tipicamente terceirizadas é maior do que nas atividades tipicamente contratantes – 9,6% contra 6,1%; e
- os salários nas atividades tipicamente terceirizadas eram, em média, 23,4% menores do que nas atividades tipicamente contratantes (R\$ 2.011 contra R\$ 2.639) (MARCOLINO et al., 2018, p. 27).

Se levarmos em consideração de que o Sistema Indústria visa atender as aspirações dos empresários, as propostas da CNI estão coerentes, haja vista buscarem reduzir os direitos dos trabalhadores em face ao aumento da competitividade da indústria brasileira. Entretanto, é falso que tais propostas possam atender os anseios dos trabalhadores, pois como nos mostram Marcolino et al. (2018) em seu estudo, a terceirização implica necessariamente precarização das condições de trabalho, gerando uma rotatividade no emprego, aumento da jornada de trabalho, aumento no número de acidentes de trabalho e rebaixamento dos salários.

De modo similar, a FIESC também é defensora da terceirização.

A regulamentação da terceirização é anseio antigo do setor produtivo brasileiro na busca por um melhor ambiente de negócios e uma das mais importantes etapas para modernizar as relações do trabalho no Brasil. A Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliam a aprovação do Projeto de Lei 4.330/2004, na quarta-feira (22), como um grande passo dado na agenda de desenvolvimento do país. Ele equilibra o necessário estímulo à atividade econômica e a devida proteção e respeito aos direitos do trabalhador (FIESC, 2015d).

No que diz respeito à FIESC, sua origem ocorreu em 1950 quando representantes de sete sindicatos do setor industrial<sup>37</sup> acreditavam ser necessária a criação de uma entidade que

---

<sup>37</sup> São eles: “Sindicato da Indústria da Construção Civil de Joinville, da Indústria da Extração de Madeiras do Estado de Santa Catarina, da Indústria da Marcenaria de Florianópolis, da Indústria da Panificação e Confeitaria de Florianópolis, da Indústria do Mate no Estado de Santa Catarina, das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Brusque e das Indústrias de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeira do Estado de Santa Catarina” (FIESC, 2015a, p. 28).

pudesse defender os interesses da indústria no contexto catarinense. Tais interesses abordavam sobre a “melhoria das condições de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina” (FIESC, 2015a, p. 28). Atualmente, a FIESC é mantida e administrada pelo setor industrial catarinense, reunindo 141 sindicatos de indústria e mais de 50 mil empresas, e sua atuação está nos seguintes segmentos: tecnologia e inovação, ambiente institucional, educação, saúde e segurança (FIESC, 2017).

A FIESC possui as entidades SENAI, SESI e IEL regionalizadas. Criado em 1951, o SESI/SC tem como propósito promover ações em saúde, bem como contribuir “para a melhoria da escolaridade e o desenvolvimento de trabalhadores e lideranças para a indústria catarinense”. (FIESC, 2017, p. 9). O SENAI/SC, originado em 1954, atua na educação profissional, realiza serviços de consultoria em gestão, processos e inovação, e faz ensaios metrológicos (FIESC, 2017). O IEL/SC, instituído em 1969, desempenha seu papel na "articulação entre o setor produtivo, as agências de fomento e as instituições de ensino e pesquisa" (2017, p. 9).

Portanto, a partir do exposto, identificamos que a FIESC passou a se preocupar com a educação desde os primeiros anos de sua constituição, tal como fez a CNI a nível nacional.

## 2.2 O desenvolvimento da FIESC no padrão de acumulação toyotista

O toyotismo<sup>38</sup> constitui o padrão de acumulação capitalista que deu sequência ao taylorismo/fordismo como forma de organizar e produzir as mercadorias. Ele foi implantado progressivamente entre as décadas de 1950 e 1970, e permanece até os dias atuais. É neste período que a FIESC surge e começa a se desenvolver.

O declínio do taylorismo/fordismo para o toyotismo em meados da década de 1970 ocorreu devido a algumas transformações que estavam em curso neste período. Sem a intenção de aprofundar tais aspectos, apenas os citaremos com o objetivo de identificamos os motivos que levaram ao declínio do antigo padrão de acumulação capitalista. Assim, citamos os desequilíbrios macroeconômicos causados pelo aumento geral dos preços do petróleo, as sucessivas valorizações e desvalorizações do dólar e o deslocamento do consumo de bens para o de serviços (PINTO, 2007). Em função disso, foi necessário ser revista a estratégia da indústria de padronização em larga escala, redirecionando-a para a personalização e maior qualidade de seus produtos, bem como agregação tecnológica (PINTO, 2007).

---

<sup>38</sup> O toyotismo é também chamado de acumulação flexível (HARVEY, 2009) ou ohnismo (CORIAT, 1994).

Ao contrário do taylorismo e do fordismo, que tiveram nos Estados Unidos o seu local de surgimento, o toyotismo teve origem no Japão. Mas este novo padrão de acumulação capitalista teve algo em comum com o antecedente, foi idealizado na indústria automobilística. O próprio nome desta nova forma de organização do trabalho foi baseado em uma indústria deste setor, a Toyota.

Segundo Gounet (1999, p. 25), o toyotismo tem uma dupla origem:

[...] primeiramente, as empresas japonesas precisavam ser tão competitivas quanto as americanas, e depressa, sob a pena de desaparecerem [...] A segunda origem é a necessidade de aplicar o fordismo no Japão, mas conforme as condições próprias do arquipélago.

Não se trata de uma simples aplicação do padrão taylorista/fordista no Japão, mas uma adaptação às características desta região, fazendo surgir então o novo padrão de acumulação toyotista.

Taiichi Ohno, engenheiro da Toyota, é considerado o pai do toyotismo, pois foi o responsável por criar métodos de organização de trabalho para a empresa, adequados ao contexto japonês da época. Conforme Gounet (1999), os aspectos deste novo padrão de produção podem ser resumidos em seis pontos:

1. A produção é puxada pela demanda e o crescimento, pelo fluxo [...].
2. A carência de espaço no Japão e a obrigação de ser rentável incitam a Toyota a combater todo desperdício. A empresa decompõe o trabalho de uma fábrica em quatro operações: - transporte, produção propriamente dita, estocagem, controle de qualidade [...].
3. A flexibilidade do aparato produtivo e sua adaptação às flutuações da produção acarretam a flexibilização da organização do trabalho [...] As operações essenciais do operário passam a ser, por um lado, deixar as máquinas funcionarem e, por outro, preparar os elementos necessários a esse funcionamento de maneira a reduzir ao máximo o tempo de não-produção [...].
4. Para organizar concretamente a produção instala-se o *kanban*. É uma espécie de placa que indica muitas coisas, porém a mais importante é a peça ou elemento ao qual está ligada. Assim, quando a equipe precisa de um painel para o carro que está montando, pega um painel na reserva. Nesse momento, retira o *kanban* da peça empregada. Este volta ao departamento que fabrica painéis. Essa unidade sabe então que precisa reconstruir o estoque esgotado [...].
5. O objetivo da Toyota é produzir muitos modelos, mas cada um em série reduzida. Isso quer dizer que uma mesma linha de montagem deve produzir veículos diferentes [...].
6. Muito já se falou da importância do conjunto da linha de produção na indústria automobilística [...]. Em vez de aprofundar a integração vertical, como as empresas norte-americanas, eles desenvolvem relações de subcontratação com os fornecedores de autopeças [...]. (p. 26, grifos do autor).

Segundo Rodrigues (1998), baseando-se em Coriat, o toyotismo pode ser compreendido a partir de dois pilares: o *just in time* e a automação. O primeiro consiste em produzir as mercadorias no tempo exatamente necessário e na quantidade exatamente

vendida. Já o segundo pilar diz respeito a utilização de máquinas automáticas que paralisam a produção em caso de produção defeituosa.

Com base nisso, o perfil da força de trabalho sofreu alteração. Se no padrão taylorista/fordista foi preciso romper com antigo regime quando os trabalhadores produziam um veículo quase que por completo, sendo substituído por um parcelamento das atividades em diversos trabalhadores, ocasionando assim numa especialização de suas funções, ou seja, realizavam apenas uma ou pouquíssimas tarefas; no toyotismo esta situação se alterou novamente, provocando a desespecialização dos trabalhadores, torando-os polivalentes, isto é, encarregado de supervisionar diversas máquinas e realizar um controle de qualidade das mercadorias.

Todavia, a implantação do toyotismo também passou por resistências tal qual o taylorismo/fordismo. Como nos relata Gounet (1999), o sindicato foi o principal entrave para a concretização do padrão toyotista, pois ele havia se desenvolvido após a guerra contra o fascismo, sendo baseado na solidariedade de classe e além de ser combativo. A maneira como o empresariado contornou tal situação foi por meio da garantia de emprego vitalício para os trabalhadores remanescentes (pois muitos trabalhadores foram demitidos) e o atrelamento do sindicato à empresa.

Assim como o taylorismo/fordismo, com base nas considerações de Rodrigues (1998), o toyotismo se efetivou no Brasil com certa defasagem temporal em relação aos países centrais do capitalismo contemporâneo. A esse respeito, Antunes (2014, p. 13) comenta que por volta da década de 1980

[...] foi possível presenciar o início das mutações organizacionais e tecnológicas no interior do processo produtivo e de serviços em nosso país, mesmo que num ritmo muito mais lento do que aqueles experimentados pelos países centrais, que viviam intensamente a reestruturação produtiva de capital e seu corolário ideopolítico neoliberal.

E nesse mesmo sentido, continua o autor,

A nossa singularidade começava a ser afetada pelos emergentes traços universais do sistema global do capital, redesenhando uma particularidade brasileira que pouco a pouco foi se diferenciando da fase anterior, inicialmente em alguns aspectos e, posteriormente, em muitos de seus traços essenciais (ANTUNES, 2014, p. 13).

Portanto, foi neste padrão de acumulação capitalista que a FIESC foi se desenvolvendo enquanto instituição representativa, ou melhor, enquanto aparelho privado de hegemonia da burguesia industrial.

A FIESC, desde os primórdios de sua constituição e a partir da atuação de suas entidades na área educacional, mostra como tem se preocupado com a educação; preocupação esta, obviamente, ligada aos interesses da indústria. Ainda na primeira década de sua fundação, a FIESC promoveu um evento para discutir e elaborar um planejamento para Santa Catarina, assim como vinha ocorrendo no âmbito nacional com o “Plano de Metas” do governo Juscelino Kubistchek (AGUIAR, 2009). Em Santa Catarina, foi constituído o “Plano de Metas do Governo” (PLAMEG), institucionalizado por Celso Ramos, líder do movimento que fundou a FIESC e primeiro presidente da instituição. De acordo com Goularti Filho (2005, p. 634),

Do ponto de vista documental, o Plameg foi resultado do Seminário Socioeconômico promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), em colaboração com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), nos anos de 1959 e 1960, sob a coordenação de Celso Ramos, então Presidente da FIESC. Para a elaboração do Seminário, numa primeira etapa, foram feitas diversas reuniões de trabalhos, realizadas em 16 cidades catarinenses, às quais compareceram mais de 2.000 mil pessoas. Em seguida, realizaram-se sete encontros regionais, em que foram elaborados 18 documentos setoriais, apontando as deficiências estruturais da economia catarinense.

Nos dias de hoje, o interesse pela educação não apenas se mantêm como vem adquirindo novos contornos. No início do século XXI, o então presidente da FIESC, José Fernando Xavier Faraco (1999-2002; 2002-2005), deu destaque a educação em sua segunda gestão, visto que

Já no primeiro semestre de 2003 o SENAI/SC passou a oferecer cursos regulares de Ensino Médio, articulados com a educação profissional. Os alunos tiveram a opção de realizar, em horários alternativos, cursos de iniciação profissional com noções básicas para um primeiro contato com o mercado de trabalho. Para esses cursos o SENAI/SC adotou o método da Educação por Competência, em que o aluno é avaliado segundo as competências exigidas do profissional no mercado de trabalho em cada área específica (FIESC, 2015a, p. 88).

Na mesma década, sob a presidência de Alcantaro Corrêa (2005-2008; 2008-2011) outra ação da FIESC nos chama a atenção. É o caso da educação a distância do SENAI/SC, que ampliou sua rede e aumentou seis mil matrículas em 2006, correspondendo a 10% total de alunos naquela época. Foi nesse mesmo período que o SENAI/SC lançou seus primeiros programas de pós-graduação (FIESC, 2015a). Hodiernamente, a FIESC oferece educação, por meio das entidades SESI, SENAI e IEL, nos seguintes níveis e modalidades: educação

infantil, ensino fundamental, ensino médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), educação profissional, graduação tecnológica e pós-graduação.

Em 2012, já na gestão de Glauco José Côrte (2011-2014; 2014-2018<sup>39</sup>), a FIESC lançou o “Movimento A Indústria pela Educação”, que segundo ela advoga por “elevar a escolaridade básica e a qualificação profissional dos trabalhadores e contribuir para a melhoria da qualidade da educação catarinense” (BRANDÃO, 2016b, p. 58). Tal iniciativa contou com grande adesão das indústrias, que no presente momento já somam mais de duas mil. Também passaram a integrar o movimento representações dos trabalhadores, poder público e entidades como Movimento Todos pela Educação, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura e *Google for Education* (BRANDÃO, 2016b). Recentemente, em 2016, devido à adesão da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio), da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) e da Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado de Santa Catarina (Fetrancesc) essa iniciativa da FIESC ganhou novos contornos denominando-se “Movimento Santa Catarina Pela Educação” (BRANDÃO, 2016b, p. 58). Nomenclatura que parece indicar uma perspectiva de abrir as preocupações para a educação como um todo, não restrita à dimensão industrial.

Essas ações do setor industrial catarinense nos revelam a grande importância que dão para a educação nesse período inicial do século XXI. Evidência ressaltada no discurso propalado por seus intelectuais, como por exemplo, do ex-presidente da FIESC Glauco José Côrte (2011-2014; 2014-2018), no qual defende que “É somente com a educação de qualidade que conseguiremos elevar a produtividade do trabalho e colocar o país na rota do crescimento sustentado” (CÔRTE, 2013, p. 3). De acordo ainda com o referido presidente, o atual cenário brasileiro é de baixo crescimento e altos custos de produção, e que “A competitividade industrial e o crescimento econômico passam pela maior produtividade do trabalho, cuja chave é a qualidade da educação em todos os níveis” (CÔRTE, 2013, p. 3).

Para difundir suas ideias, dentre as quais as educacionais, a FIESC publica periodicamente materiais impressos e digitais, como é caso da revista *Indústria & Competitividade*. Constituída como material de base para nossa análise sobre o pensamento educacional da FIESC, no atual cenário de Santa Catarina, a revista será abordada no capítulo seguinte.

---

<sup>39</sup> A princípio, o mandato de Glauco José Côrte a frente da FIESC seria até 2017, porém, foi ampliado para 2018 para coincidir com as eleições da CNI. Outro motivo para a ampliação do mandato de Côrte foi a finalizações de projeto em andamento iniciados em sua gestão (BENETTI, 2016).



### 3 A revista Indústria & Competitividade e o debate sobre educação

A presente pesquisa tem como objeto de investigação a concepção de educação da FIESC expressa na revista Indústria & Competitividade, um periódico quadrimestral desta instituição que visa divulgar as ideias e ações do setor empresarial catarinense, e nesta seção, buscamos apresentar alguns de seus aspectos de modo a constituir uma visão ampla deste periódico. Dessa forma, consideramos importante abordar sobre seu surgimento, objetivos, público alvo e os enfoques temáticos. Ainda nesta parte, procuramos apresentar como ocorreu a seleção do material analisado, fazendo uma breve descrição das matérias contidas na revista, ao mesmo tempo em que tecemos uma análise crítica.

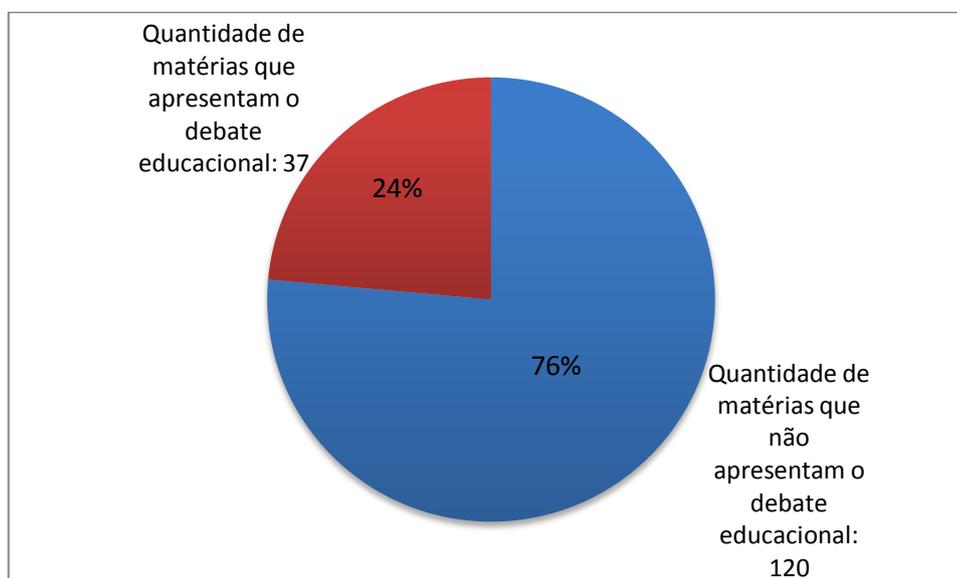
#### 3.1 Caracterização da revista

A revista Indústria & Competitividade surgiu em 2013, quando Glauco José Côrte exercia seu primeiro mandato a frente da FIESC (2011-2014; 2014-2018). Ela foi oficialmente lançada durante a abertura de solenidade de homenagens da Ordem do Mérito Industrial de Santa Catarina e da CNI, atividade integrante da Jornada Inovação e Competitividade, evento realizado em Florianópolis. Segundo as informações extraídas da própria revista, particularmente em sua primeira edição, seu surgimento teria ocorrido por dois motivos: desejo e necessidade, onde primeiro diz respeito à vontade de possuir bons meios de comunicação com a sociedade e de expor as realizações do setor empresarial e de seus empresários, e o segundo se traduz na necessidade de manter a indústria competitiva no âmbito global (CÔRTE, 2013). Ademais, encontramos um argumento na revista de que ela teria sido “concebida para se inserir numa dimensão essencial do espaço público: o debate sobre o desenvolvimento econômico e social do Estado e do País” (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2013, p. 07); alegando que esse desenvolvimento está relacionado à competitividade da indústria, mas que existem alguns fatores exógenos à gerência empresarial que a limitam, como por exemplo, a baixa qualidade educacional, alta carga tributária e a precária infraestrutura.

Segundo seus idealizadores, destinada à empresários, políticos, imprensa, entre outros, e circulando nas escolas, universidades e bibliotecas, a revista teria por objetivo levar a visão da indústria para o debate acerca do desenvolvimento econômico e social, exibindo informações sobre sua história, negócios do setor e suas “contribuições” para o futuro de Santa Catarina (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2013).

Com relação ao seu conteúdo, a revista é uma publicação que versa sobre temas que abrangem economia, gestão, logística, sustentabilidade, educação, entre outros (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2013). Portanto, podemos concluir que não se trata de uma revista que visa discutir exclusivamente o tema educacional. Na verdade, com base no sumário das 16 edições disponíveis da revista, verificamos que a proporção de matérias sobre educação em relação às outras áreas é muito pequena. Do total de 157 matérias identificadas a partir do sumário, apenas 13 são da seção “Educação”, mas se levarmos em consideração a presença do debate educacional nas matérias das demais seções a partir da leitura que realizamos, a quantidade de matérias se eleva para 37, conforme o Gráfico 1.

**Gráfico 1 - Proporção do debate educacional presente na revista Indústria & Competitividade**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019, a partir das primeiras 16 edições da revista Indústria & Competitividade.

Em relação ao formato da revista, na capa é apresentada a principal matéria de cada edição, além de citar outras em destaque. Logo em seguida, há uma seção intitulada “Carta do Presidente”, que é reservada ao presidente da FIESC na qual procura situar o leitor sobre conteúdo da revista. No verso desta página, encontram-se os nomes dos integrantes da gestão do Sistema FIESC (incluindo a Diretoria Executiva), bem como da diretoria da revista Indústria & Competitividade. Nesta mesma página, localizamos o sumário, que exibe breves informações sobre as matérias contidas nas edições. Este formato é padrão de todas as edições da revista Indústria & Competitividade que fazem parte de nosso escopo. A Figura 1 exemplifica este padrão, contendo imagens da 1ª edição da revista.

**Figura 1- Imagens da capa, seção "Carta do Presidente" e sumário da 1ª edição da revista Indústria & Competitividade**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018, a partir da 1ª edição da revista Indústria & Competitividade.

Identificamos que a média de matérias escritas nas revistas varia de 10 a 12 textos em cada edição (incluindo os textos da seção “Carta do Presidente”). A maioria se enquadra no formato de reportagem, contendo imagens, infográficos e tabelas. Mas também constatamos matérias<sup>40</sup> na forma de entrevistas e artigos. Além disso, visualizamos que a revista ainda contém material publicitário, sendo que, dentre os anunciantes estão o próprio Sistema FIESC (por meio de suas entidades), assim como empresas do setor industrial e do comércio e do governo do estado catarinense.

A respeito da autoria<sup>41</sup> das matérias, a maioria possui seu autor identificado, são eles: Glauco José Côrte, Vladimir Brandão, Diógenes Fischer, Eduardo Kormives, Fabrício Marques, Lilian Simioni, Mauro Geres, Alessandro Vanin, Léo Laps<sup>42</sup>, Antonio Delfim Netto, Mozart Neves Ramos, Alexandre Schwartzman, Luiz Carlos Cancellier<sup>43</sup> e José

<sup>40</sup> Na presente dissertação, consideramos matérias todos os textos contidos nas edições da revista Indústria & Competitividade em formato de reportagem, entrevista e artigo, incluindo os textos da seção “Carta do Presidente”.

<sup>41</sup> Aqui constam apenas os nomes dos autores das matérias selecionadas para nosso estudo.

<sup>42</sup> Leonardo Luiz Laps, ou como consta na revista Indústria & Competitividade, escreveu em conjunto com Vladimir Brandão, Mauro Geres, Lilian Simioni e Alessandro Vanin a matéria Juventude 4.0. Na citação desta matéria, consta apenas o nome de Brandão, enquanto os demais são representados pela expressão “et al”. Laps possui formação em Comunicação Social, Jornalismo pela UFSC, finalizado em 2004, foi repórter, colunista e editor do Jornal de Santa Catarina, do Grupo RBS, assessor de imprensa da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) e do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau (SINSEPE).

<sup>43</sup> A grafia do primeiro nome de Cancellier está incorreta na publicação da revista Indústria & Competitividade número 10.

Pastore. Mas quando não identificamos a autoria das matérias, as referenciamos a partir da própria revista Indústria & Competitividade. Em relação a estes autores, os descreveremos em outra parte do presente trabalho.

### 3.2 As matérias selecionadas

A seleção das matérias contidas nas revistas só foi possível após termos traçado um panorama geral das edições, identificando sua estrutura e objetivos. Inicialmente, considerando que a revista Indústria & Competitividade não debate exclusivamente o tema educacional, pretendíamos selecionar apenas as matérias que versassem sobre educação, identificadas no sumário de cada edição. Mas ao fazermos uma leitura completa de cada publicação, percebemos que o debate educacional atravessava outras temáticas abordadas na revista. Desse modo, visando justificar a seleção das matérias para o nosso estudo, realizamos uma breve descrição dos textos articulando-os aos nossos objetivos.

Das 16 edições publicadas que compõem nossa fonte de dados, elegemos 37 textos, distribuídos da seguinte maneira, conforme a Tabela 6.

**Tabela 6 - Textos selecionados nas edições da revista Indústria & Competitividade**

<b>Edições da revista Indústria &amp; Competitividade</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Textos selecionados</b>
1ª Edição	2013	5
2ª Edição	2013	2
3ª Edição	2014	2
4ª Edição	2014	2
5ª Edição	2014	3
6ª Edição	2015	2
7ª Edição	2015	1
8ª Edição	2015	1
9ª Edição	2016	2
10ª Edição	2016	5
11ª Edição	2016	2
12ª Edição	2017	1
13ª Edição	2017	2
14ª Edição	2017	2
15ª Edição	2018	1
16ª Edição	2018	4
<b>Total</b>		<b>37</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018, a partir das edições da revista Indústria & Competitividade.

Apesar da revista não tratar especificamente sobre educação, avaliamos que seu conteúdo expressa muito sobre o assunto, conforme atesta o volume de textos selecionados para análise. Isto significa que em todas as edições conseguimos eleger textos que tratam

sobre a educação, evidenciado que a FIESC tem se preocupado com essa temática a ponto de difundir suas ideias regulamente. E é a partir desse material que mapeamos a concepção de educação da FIESC. A seguir, descrevemos brevemente as matérias selecionadas de forma diacrônica.

Na primeira edição da revista *Indústria & Competitividade*, elegemos cinco matérias: 1) *Desafios e realizações* (CÔRTE, 2013); 2) *Por uma indústria Forte* (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2013); 3) *Sem gente instruída não há indústria competitiva* (FISCHER, 2013a); 4) *O novo motor da economia catarinense* (KORMIVES, 2013b); 5) *Construindo o próprio futuro* (KORMIVES, 2013a).

Em *Desafios e realizações*, Côrte (2013) explica os motivos da elaboração da revista, conforme já ressaltamos em momento anterior, mas também enfatiza o papel da educação de qualidade para o aumento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, para manter a competitividade da indústria. Na sua escrita, não é possível identificar que educação de qualidade seria essa, porém, podemos ter uma noção de quando Côrte relaciona educação com produtividade do trabalho, ou seja, uma educação fundada na teoria do capital humano. Na continuação de seu texto, Côrte vai indicando que temas serão tratados na referida edição.

A segunda matéria, *Por uma indústria Forte* (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2013), trata de apresentar a revista em si, explicando seus objetivos e sua forma de atuação, também já mencionada por nós em momento precedente. Sobre a educação, a matéria faz menção aos fatores não gerenciáveis pelas empresas, que limitariam a competitividade industrial, como a baixa qualidade da educação (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2013). Como no texto anterior, a matéria toca na questão da qualidade da educação, mas não a caracteriza. É importante destacar que não identificamos autoria nesta matéria.

*Sem gente instruída não há indústria competitiva* (FISCHER, 2013a), terceira matéria selecionada da primeira edição da revista *Indústria & Competitividade* (primeira que versa especificamente sobre educação), identificamos informações muito relevantes sobre a concepção de educação da FIESC. Escrita por Diógenes Fischer<sup>44</sup>, ela se constitui como matéria de capa, sendo dividida em três partes. Na primeira, novamente encontramos uma

---

<sup>44</sup> Fischer é formado em Jornalismo pela UFSC, graduando-se em 1997. Atua como editor-executivo e diagramador de algumas revistas, tais como: revista *Chapecó é* (publicada pelo Grupo RiC SC, trata-se de uma revista que publica aspectos relacionados à cidade de Chapecó/SC), *Destino Vale Europeu* (revista de divulgação turística da região do Vale do Itajaí/SC), *Dirigente Lojista* (revista publicada mensalmente pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas - CNDL), *Revista do Varejo* (revista mensal direcionada a executivos e proprietários de empresas do comércio varejista), *Show Me* (publicada anualmente pela Grupo RiC SC, trata-se de uma revista de divulgação turística de Santa Catarina) e diagramador da revista *Impar* (publicado pelo Grupo RiC SC, trata-se de um anuário com os resultados do levantamento realizado pelo Ibope Inteligência indicando as marcas com maior afinidade com os consumidores).

chamada acerca da relação entre a qualidade de educação e o aumento da produtividade do trabalho, bem como uma preocupação sobre o “apagão de talentos” que o país sofreria, referindo-se a falta de pessoas qualificadas para atuarem na indústria (FISCHER, 2013a, p. 15). A matéria começa abordando a filosofia da empresa WEG<sup>45</sup>, que se traduz na seguinte expressão: “máquinas podem ser compradas, dinheiro pode ser tomado emprestado, mas pessoas não; pessoas motivadas e qualificadas são a base de qualquer empreendimento” (FISCHER, 2013a, p. 15). Em seguida, a matéria passa a relatar a trajetória de um jovem que teria iniciado sua vida profissional na empresa, ao mesmo tempo em que teria desenvolvido sua formação educacional. Para Fischer (2013a), esta trajetória seria um exemplo a ser seguido para desenvolver e reter talentos, com o intuito de produzir inovações e aumentar a produtividade da indústria. Continuando, a matéria traz um dado sobre a realidade educacional em Santa Catarina, que é preocupante, pois 53% dos trabalhadores da indústria não possuem educação básica completa<sup>46</sup>, e isso seria uma problemática na visão de Fischer (2013a, p. 16) porque ele entende que “A educação básica – como o próprio nome já diz – deve ser a base do processo de formação de recursos humanos, garantido às pessoas condições de se qualificar para a vida produtiva”. Neste mesmo sentido, Arruda<sup>47</sup> (2013 apud FISCHER, 2013a, p. 16, grifo nosso) expõe suas considerações a respeito deste nível de ensino assim:

O que se espera é que a educação básica seja capaz de criar competências mínimas para a inserção na sociedade e no mercado, como leitura, escrita e fluência oral, além de desenvolver as capacidades intelectuais que nos tornam capazes de resolver problemas e inovar [...].

Outra problemática acerca da educação básica brasileira apontada nessa matéria diz respeito ao ranking do *Programme for International Student Assessment*<sup>48</sup> (Pisa), em português, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, que visa avaliar o conhecimento dos estudantes em matemática, leitura e ciências. Para Fischer (2013a), de acordo com esta classificação, o Brasil ocupa a 53ª posição a partir dos dados obtidos na avaliação em 2009, indicando uma baixa qualidade na escolarização dos estudantes, o que geraria consequências graves para os futuros trabalhadores da indústria. Entendimento este reforçado na seguinte fala de Arruda (2013 apud FISCHER, 2013a, p. 16): “Como alguém pode atuar de forma produtiva se não consegue ler o manual de instruções para operar um

---

<sup>45</sup> A WEG uma das maiores empresas fabricantes de motores e equipamentos elétricos do mundo, com sede na cidade de Jaraguá do Sul, Santa Catarina (WEG, 2018).

<sup>46</sup> Dados apresentados sem indicação de fonte.

<sup>47</sup> Sérgio Roberto Arruda era o diretor regional do SENAI/SC em 2013 (FISCHER, 2013).

<sup>48</sup> Mais informações em: <http://portal.inep.gov.br/pisa>

equipamento, não consegue redigir relatórios, escrever instruções ou trocar mensagens com colegas?”. Segundo Fischer (2013a), seria preciso que pelo menos 85% dos trabalhadores possuam educação básica ou ensino superior, em Santa Catarina, mas reconhece que a tarefa de elevar a escolaridade dos trabalhadores não é exclusivamente do poder público. Por isso a FIESC lançou uma campanha (inicialmente denominado de “Movimento A Indústria pela Educação”), com o discurso de fomentar a formação e qualificação dos trabalhadores entre as empresas, de modo que haveria um “engajamento”, na medida em que os interesses do empresariado industrial estaria em sintonia com as demandas da sociedade, e que esta iniciativa da FIESC se juntaria a outras situadas no cenário brasileiro, como a do movimento “Todos pela Educação”<sup>49</sup> e a campanha “A Educação Precisa de Respostas”<sup>50</sup> (FISCHER, 2013a). No entanto, Fischer (2013a) alega que falta um direcionamento da educação para o mercado de trabalho, o que prejudicaria a produtividade na indústria, além disso, ele também problematiza o modelo de educação no Brasil, que visa direcionar os estudantes à universidade. São citados dados na matéria que indicam que dos 24 milhões de jovens brasileiros, 3,4 milhões vão fazer curso universitário e 3 milhões vão fazer educação profissional de nível técnico, restando aproximadamente 17 milhões de jovens sem formação<sup>51</sup>, sendo que destes, 5,3 milhões são aqueles vulgarizados de “geração nem-nem” (FISCHER, 2013a, p. 23), referindo-se àqueles jovens que nem estudam e nem trabalham. Em relação a essa questão, concordamos com Silva (2016, p. 124, grifo da autora), ao dizer que

[...] o designativo *nem nem* não traduz a complexidade inerente à relação capital-trabalho, posto que opera no nível da superficialidade, do descritivo e, em certa medida, até do lúdico, apagando a lógica de expropriação a qual estão subordinados os trabalhadores.

A questão do currículo das escolas estaduais catarinenses também é abordada na matéria, que começa informando uma ação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) realizada em 2009, quando enviaram técnicos para Santa Catarina para avaliarem e sugerirem medidas estratégicas nas políticas educacionais do estado. Essas medidas teriam sido acolhidas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), que

<sup>49</sup> De acordo com Martins (2009, p. 26), o movimento Todos pela educação caracteriza-se "como organismo comprometido com as estratégias de hegemonia da classe empresarial no campo da educação, lutando para afirmar uma perspectiva restrita de formação humana para os trabalhadores brasileiros na atual configuração do capitalismo".

<sup>50</sup> Com base nas informações retidas da página da internet do Grupo RBS (2012), a campanha "A Educação Precisa de Respostas", liderada pelo próprio Grupo, teve como propósito promover uma mobilização para buscar meios para elevar a qualidade da educação básica no Brasil, particularmente nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

<sup>51</sup> Dados apresentados sem indicação de fonte.

então elaborou um relatório propondo políticas para a rede estadual de educação catarinense, dentre as quais, a reformulação do currículo, com destaque para “a formação de competências e habilidades a partir de situações contextualizadas, associadas a fundamentos científicos e atividades práticas, em lugar da atual abordagem preponderantemente teórica” (FISCHER, 2013a, p. 24).

Avançando para a segunda parte da matéria *Sem gente instruída não há indústria competitiva* (FISCHER, 2013a), o enfoque está na formação dos trabalhadores da indústria ofertados pelas próprias empresas (ou em parceria com o Sistema FIESC), onde são apresentadas algumas experiências de programas educacionais desenvolvidos por empresas catarinenses para formar e qualificar seus trabalhadores. Alguns destes programas são realizados em parceria com o Sistema FIESC a partir do SESI, SENAI e IEL, porém, outros são organizados a partir de formulações próprias de cada indústria (FISCHER, 2013a). O intuito de tais exemplos seria o de mostrar como as empresas se beneficiariam ao investirem em qualificação de seus trabalhadores, de forma a aumentar sua produtividade. A matéria mostra ainda como organizar programas educacionais nas empresas a partir de sugestões do então “Movimento A Indústria pela Educação”:

**ACESSO:**

Estabelecer um sistema de seleção dos participantes.  
Liberar o trabalhador-aluno de horas de trabalho para que frequente os cursos.  
Oferecer meio de transporte para os bairros após o horário dos cursos.

**RECONHECIMENTO:**

Reconhecer o esforço do trabalhador-aluno pelos meios de comunicação da empresa.  
Reconhecer o desempenho dos melhores alunos com premiações em dinheiro ou bens relacionados ao conhecimento, como computadores.  
Integrar aos planos de cargos e salários promoções relacionadas ao aumento de escolaridade/qualificação.  
Priorizar a permanência no quadro funcional de trabalhadores-alunos.

**INFRAESTRUTURA:**

Manter instalações adequadas e com acesso à internet para as ações educativas.  
Fornecer dispositivos móveis (*tablets* ou *notebooks*) para que os alunos possam acessar as aulas a distância a qualquer hora e lugar.  
Oferecer lanche (FISCHER, 2013a, p. 29, grifo do autor).

Já a terceira parte da matéria *Sem gente instruída não há indústria competitiva* (FISCHER, 2013a), exhibe atuações das entidades SENAI, SESI e IEL do Sistema FIESC no âmbito da educação. A matéria ressalta que o SENAI teve grande expansão no estado catarinense passando de 2,5 mil matrículas em 1998 para aproximadamente 20 mil em 2013, ofertando programas de aprendizagem industrial e iniciação profissional, além de cursos de qualificação e aperfeiçoamento profissional, cursos técnicos, de graduação e pós-graduação (FISCHER, 2013a). Informam que o SESI obteve 95,5 mil matrículas em seus cursos em

2012 e que sua atuação visaria educar para a inserção produtiva e para a cidadania a partir da oferta de educação básica<sup>52</sup> (FISCHER, 2013a). Em relação ao IEL, não visualizamos dados quantitativos acerca de sua atuação na matéria, mas apenas sobre seus programas educacionais, que ocorrem de duas formas: coordenando programas de estágio e de educação executiva (FISCHER, 2013a).

A matéria *O novo motor da economia catarinense* (KORMIVES, 2013b), se encontra na seção “Indústria Automotiva”, onde o foco está na vinda de empresas do setor automotivo para o estado catarinense. Elaborada por Eduardo Kormives<sup>53</sup>, a matéria apresenta justificativas para o ingresso destas empresas em Santa Catarina com base em indicadores de alta qualidade da educação que a região possui em relação ao restante do país. Para este autor “A base educacional mais sólida facilita a formação de pessoal de acordo com as necessidades das fábricas” (KORMIVES, 2013b, p. 43).

O último texto selecionado da primeira edição da revista, *Construindo o próprio futuro*, que por sua vez também é escrito por Kormives (2013a), identificamos o tema educacional na seção “Gente da Indústria”, que retrata o percurso de um trabalhador da construção civil, que teria se dedicado aos estudos e assim, conseguido subir na vida. A matéria veiculada expõe como a educação teria o potencial de garantir emprego e promover a ascensão social.

A segunda edição da revista *Indústria & Competitividade* não traz uma matéria específica sobre educação, mas seu conteúdo pode ser identificado em outras áreas. Desta edição, selecionamos duas matérias: 1) *Só a indústria pode puxar o País* (NETTO, 2013); 2) *Um mapa estratégico para a indústria* (FISCHER, 2013b). A primeira trata de uma entrevista com Antonio Delfim Netto realizada por Fabrício Marques. O teor da entrevista é sobre a situação da indústria brasileira e, em especial, a catarinense. Questionado sobre como garantir emprego no futuro, Delfim Netto responde que é a partir do aumento da produtividade e “Isso significa dar a cada trabalhador mais capital, mais educação, mais saúde” (NETTO, 2013, p. 07).

Já a segunda matéria, *Um mapa estratégico para a indústria* (FISCHER, 2013b), aparece na seção de “Planejamento” e apresenta uma iniciativa da FIESC denominada de Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense (PDIC). Segundo Fischer (2013b), este

---

<sup>52</sup> A FIESC se destaca como a maior rede na modalidade de EJA a distância em Santa Catarina (FISCHER, 2013a).

<sup>53</sup> Kormives formou-se em Jornalismo pela UFSC, em 2001. Já em 2011, concluiu especialização em MBA Informações Econômico-Financeiras e Mercado de Capitais pela Fundação Instituto de Administração (FIA). Publicou textos nos jornais *Diário Catarinense* e *Folha de São Paulo* e nas revistas *Exame* e *Correio Brasiliense*.

programa visa mapear as diferentes regiões de Santa Catarina<sup>54</sup> a fim de identificar as atividades industriais mais promissoras e propor projetos a serem implementados. Nesta matéria encontramos duas passagens que abordam sobre educação, sendo que a primeira está localizada no mapeamento feito na região do Vale do Itajaí, e versa sobre o esforço pela qualificação que o empresariado precisa fazer pra se manter competitivo no mercado, destacando depoimentos de empresários que justificam a importância da educação; e a segunda passagem está situada no diagnóstico realizado na região Serrana e também traz depoimento de um empresário salientando o aumento da escolaridade como forma ampliar o número de indústrias na região (FISCHER, 2013b).

Na terceira edição da revista, selecionamos duas matérias. São eles: 1) *Indústria renovada e saudável* (CÔRTE, 2014b); 2) *No topo da agenda catarinense* (FISCHER, 2014). Na primeira matéria, Côrte (2014b, p. 03) escreve sobre a importância que a saúde e a educação do trabalhador teriam para os ganhos de produtividade na indústria.

O futuro da indústria depende de trabalhadores instruídos, motivados e produtivos. Mais do que máquinas e instalações, são os recursos humanos o fator-chave para a obtenção dos tão almejados ganhos de produtividade da indústria. Estudos científicos e práticas de empresas bem-sucedidas demonstram que ambientes de trabalho saudáveis têm relação direta com o baixo absenteísmo e a alta produtividade dos trabalhadores. Estes, por seu turno, se sentem motivados a trabalhar em empresas que investem para melhorar continuamente a qualidade de vida e do trabalho em seus ambientes.

A segunda matéria *No topo da agenda catarinense* (FISCHER, 2014), aborda sobre as parcerias que o então “Movimento A Indústria pela Educação” realizou com o Estado, organizações dos trabalhadores da indústria e outras entidades da sociedade civil. A matéria ressalta ainda o expressivo número de adesões que efetivou com tais instituições.

Passando para a quarta edição da revista *Indústria & Competitividade*, escolhemos duas matérias que se relacionam com a nossa pesquisa, quais sejam: 1) *Pé no acelerador da educação* (RAMOS, 2014); 2) *Por um ambiente favorável à produção* (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2014). A primeira matéria selecionada em formato de entrevista, que foi realizada com Mozart Neves Ramos por Fabrício Marques, apresenta explicitamente o debate educacional. O que mais chama atenção nesta matéria é a proposta de escola para os jovens que Ramos apresenta. Primeiro, ele aponta que o ensino médio estaria muito distante da realidade dos jovens e propõe que a educação seja integral e de tempo integral, articulando

---

<sup>54</sup> Divisão das regiões de Santa Catarina de acordo com o PDIC: Grande Florianópolis, Vale do Itajaí, Norte, Oeste, Sul e Região Serrana (FISCHER, 2013).

o currículo do ensino médio regular com a educação profissional e tecnológica; e também sugere que sejam incluídos no currículo conteúdos como empreendedorismo, mecanismos de incubadoras, protagonismo juvenil e associativismo (RAMOS, 2014).

A matéria seguinte, intitulada *Por um ambiente favorável à produção* (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2014), está na seção “Eleições” e não possui autor identificado. Ela diz respeito à Carta da Indústria, documento elaborado pelo setor empresarial industrial aos candidatos a cargos políticos no poder executivo e legislativo do estado catarinense. Dentre as demandas dos industriais, está a necessidade de maiores investimentos na educação, pois “a falta de trabalhadores qualificados e a baixa escolaridade do trabalhador foram apontadas como o principal ponto fraco da indústria catarinense” (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2014, p. 27). Aqui, identificamos uma contradição em relação à matéria *O novo motor da economia catarinense* (KORMIVES, 2013b), pois foi relatado que Santa Catarina possuía altos indicadores de qualidade da educação, o que justificaria o ingresso de empresas do ramo automotivo para o estado.

Em sua quinta edição, a revista Indústria & Competitividade abordou a educação em três matérias: 1) *Agenda para restaurar a competitividade* (CÔRTE, 2014a); 2) *É preciso fazer mais com menos* (SCHWARTSMAN, 2014); 3) *Não adianta só matricular as crianças* (SIMIONI, 2014). Na primeira matéria, Côte (2014a, p. 3) diz o seguinte: “Educação gera inovação, que passa a ser apoiada pelo conjunto de Institutos de Inovação e de Tecnologia do SENAI em implantação no Estado, alguns dos quais já inaugurados em 2014”. Trata-se da educação enquanto um dos pontos da agenda do setor empresarial industrial para aumentar a competitividade do setor.

*É preciso fazer mais com menos* (SCHWARTSMAN, 2014) é mais uma matéria sob a forma de entrevista realizada com Schwartzman por Fabrício Marques. Quando questionado sobre que medidas o governo eleito para os próximos quatro anos teria que adotar, Schwartzman (2014) aponta que seria necessário investir em políticas a longo e curto prazo, sendo a educação a de longo prazo. Para ele “Educação, por exemplo, é essencial. Mas se o País começasse a fazer tudo certo hoje, significa que dentro de 20, 25 anos ia ter trabalhadores muito bem educados” (2014, p. 07). Em outro questionamento acerca da educação enquanto prioridade para a competitividade da economia, Schwartzman (2014, p. 08) responde assim:

É, mesmo que não produza frutos num horizonte próximo. Mas tem que fazer, inclusive porque esse parece ser o caminho para o qual as economias estão se encaminhando, muito mais baseadas em conhecimento do que em coisas físicas. A Embraer é um tremendo exemplo de como é possível criar uma indústria de ponta no Brasil. Ela nasceu ao lado do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica). Deu certo

porque desvalorizou o câmbio? Não. Foi porque deu subsídio? Bom, subsídio teve. Mas pode dar o subsídio que for. Se não tiver um engenheiro aeronáutico bem formado esqueça.

Fechando a seleção de matérias da quinta edição da revista, escolhemos uma da seção “Educação” escrita por Lilian Simioni<sup>55</sup> intitulada *Não adianta só matricular as crianças*, de autoria de Simioni (2014). O tema em específico aborda a campanha “Pais pela Educação”, realizada pelo então “Movimento A Indústria pela Educação”. Um ponto que nos chamou a atenção foi como a autora trata a questão do acompanhamento dos pais nos estudos de seus filhos.

Conforme o Instituto Ayrton Senna, o comprometimento dos pais também ajuda os filhos a serem mais organizados, esforçados, responsáveis e amáveis. A consequência é a melhoria do desempenho escolar. Fator que vai resultar na qualificação dos futuros profissionais e em ganhos de produtividade no trabalho [...] (SIMIONI, 2014. p.67).

Chegando à sexta publicação da revista *Indústria & Competitividade*, elegemos duas matérias: 1) *Lugar de estudante também é na fábrica* (MARQUES, 2015a); 2) *Caminhões do conhecimento* (GERES, 2015a). A primeira matéria, escrita por Fabrício Marques<sup>56</sup>, aborda a questão da formação de engenheiros no Brasil, frisando a importância de “modernizar” os currículos dos cursos. Segundo Marques (2015a), atualmente, estes currículos são considerados um entrave para a competitividade da indústria. Para tanto, o autor propõe

[...] o fortalecimento do vínculo entre a formação dos engenheiros e as demandas da indústria, criando disciplinas voltadas para a resolução de problemas práticos já nos primeiros anos de graduação e intensificando os estágios profissionais e a formação acadêmica em parcerias com empresas [...] (MARQUES, 2015a, p. 26).

A matéria considera ainda que os currículos das faculdades possuíam uma carga muito alta de disciplinas teóricas, principalmente nos primeiros anos dos cursos, o que desmotivaria muitos estudantes. Esta “problemática”, do ponto de vista de Marques (2015, p. 27) seria resolvida a partir de uma “abordagem mais prática” para os cursos de engenharia.

---

<sup>55</sup> Simioni é formada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapeco), em 2004, e também possui especialização em Linguagens Contemporâneas e Novas Tecnologias, concluído em 2007, pela mesma instituição. Atuou como repórter no jornal Diário Catarinense e atualmente ocupa o cargo de técnica administrativa em Educação – jornalista na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

<sup>56</sup> Marques possui graduação em Jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB), em 1986 e mestrado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo, em 2010. Foi repórter e chefe de redação do Jornal do Brasil, editor das revistas *Época* e *Veja* e professor do curso de Jornalismo Multimídia das Faculdades de Campinas (FACAMP). Atualmente ocupa o cargo de editor da revista *Pesquisa FAPESP*, que é editada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Já matéria *Caminhões do conhecimento* (GERES, 2015a), trata da expansão dos cursos de qualificação profissional do SENAI no âmbito do estado catarinense. Escrita por Mauro Geres<sup>57</sup>, a matéria revela que esta expansão se dá por meio do programa SENAI Móvel, que é composto por unidades móveis equipadas em carretas e também por laboratórios didáticos móveis, que são instalados nas cidades via parcerias com prefeituras, empresas, associações e sindicatos (2015a). O programa visa atingir aqueles que estão iniciando sua carreira profissional, mas também aqueles que já atuam na área e procuram se aperfeiçoarem sob o pretexto de obterem “ganhos de qualidade, produtividade e competitividade” (GERES, 2015a, p. 65).

Na edição número sete da revista, a matéria *Os jovens “têm-têm” dão o exemplo* (MARQUES, 2015b) foi a única escolhida. Ela discorre sobre duas realidades dos jovens catarinenses: os “têm-têm” e os “nem-nem” (MARQUES, 2015b, p. 50). De acordo com o autor, os primeiros seriam aqueles que estão estudando e trabalhando ao mesmo tempo; os segundos seria o contrário, que não estudam e não trabalham (MARQUES, 2015b). A partir desse quadro, a FIESC elaborou um projeto que visa fazer com que os jovens com estudo e trabalho possam influenciar os que não possuem. A matéria apresenta um índice<sup>58</sup> preocupante, conforme validação da FIESC, sobre os jovens no Brasil: 15,5% com idade entre 15 e 29 anos não estudam e nem trabalham; este número é menor em Santa Catarina, apenas 8,9% (MARQUES, 2015b). A proposta apresentada na matéria se dá no seguinte sentido:

Na visão de Mozart Ramos, a superação do problema no Brasil passa por uma reforma do ensino básico, com a ampliação da escola integral, e uma nova abordagem para a educação profissional e tecnológica, capazes de reter os jovens na escola por mais tempo e garantir a eles uma formação mais sólida e apropriada para o mercado de trabalho. ‘É preciso tornar a escola mais atrativa, fazendo seu currículo dialogar com o mundo dos jovens. No ensino médio de hoje, o conteúdo é dado de forma aligeirada, em escolas de tempo parcial, sem levar em conta a qualidade dessa aula (MARQUES, 2015b, p. 54).

Assim como na sétima edição da revista, na oitava pudemos selecionar apenas uma matéria denominada *Produtividade é com a gente* (GERES, 2015b), que tem como tema a produtividade do trabalho relacionada com a educação profissional. De início é exibido um dado<sup>59</sup> referenciando a produtividade do trabalhador brasileiro em comparação com outros

---

<sup>57</sup> Geres tem graduação em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero (mantida pela Fundação Cásper Líbero, que por sua vez agrega a Rádio Gazeta AM e FM, a TV Gazeta e o portal Gazeta Esportiva). É coordenador de jornalismo na Rádio Record SC e editor do jornal Notícias do Dia.

<sup>58</sup> Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2012.

<sup>59</sup> Dado com base no relatório do Conference Board. Para saber mais esta entidade acesse: <https://www.conference-board.org/>

países, como a Argentina, México, Chile e Estados Unidos, situando que no Brasil a produtividade é menor. Na visão de Rafael Lucchesi<sup>60</sup> (2015 apud Geres, 2015b, p. 51), “A baixa produtividade está ligada à qualidade da educação. É preciso investir em educação profissional e na melhoria da qualidade de ensino”. No entanto, o autor menciona alguns entraves para que isso se efetive, como por exemplo, a burocracia excessiva. Outra informação relevante apontada na matéria é sobre a avaliação da educação a partir de torneios de educação profissional. Para a Geres “A WorldSkills<sup>61</sup> permitiu comparar a educação profissional brasileira com o que há de mais avançado no mundo em tecnologia, preparação de professores e organização curricular” (2015b, p. 52). O autor entende que estas competições são formas de avaliar a qualidade de ensino.

Prosseguindo para a nona publicação da revista, duas matérias foram selecionadas: 1) *O jeito certo de crescer* (BRANDÃO, 2016c); 2) *Que sejam bem-vindos os voluntários* (GERES, 2016b). A primeira matéria, escrita por Vladimir Brandão<sup>62</sup>, indica alguns fatores que são considerados pelo empresariado industrial como importantíssimos para o crescimento econômico do país e da elevação da produtividade do trabalho, um destes seria a educação. “No cerne da questão está o capital humano, que precisa de maior qualificação, pois as pessoas sempre estão ligadas aos diversos aspectos determinantes da produtividade” (BRANDÃO, 2016c, p. 32).

Em *Que sejam bem-vindos os voluntários* (GERES, 2016b), o tema se concentra no voluntariado e visa discorrer sobre mais um projeto do então “Movimento A Indústria pela Educação”. No entendimento da Geres (2016b, p. 60), “O voluntariado é uma forma de atrair pessoas para elevar a qualidade da educação em Santa Catarina, que é nosso objetivo central”. Com este projeto, a FIESC ampliou o número de pessoal envolvido em suas iniciativas.

A décima publicação da revista *Indústria & Competitividade* está “recheada” de matérias que contemplam o debate educacional, não é por acaso que conseguimos selecionar cinco matérias: 1) *A indústria do futuro depende do presente* (CÔRTE, 2016a); 2) *A indústria não é mais aquela* (BRANDÃO, 2016a); 3) *Para incluir não basta exigir* (GERES, 2016a); 4)

---

<sup>60</sup> Rafael Lucchesi atualmente ocupa o cargo de diretor-geral do SENAI Nacional (GERES, 2015b).

<sup>61</sup> A WorldSkills é uma competição internacional para jovens surgida logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de introduzir os jovens no mundo das competências profissionais a partir da criação de um concurso de habilidades. Francisco Albert-Vidal foi o responsável por criar o primeiro evento, em 1950, para a juventude de Portugal e Espanha (WORLDSKILLS, 2018).

<sup>62</sup> Brandão graduou-se em Jornalismo, em 1994, e concluiu mestrado em Sociologia Política, em 2008, ambos pela UFSC. Atuou como editor-chefe da revista *Expressão*, editor-chefe da revista *Globo Rural*, editor-assistente da revista *Época*. Colaborou com diversas publicações nas revistas *Exame*, *Valor Econômico* e *Época Negócios*. Atualmente é diretor de conteúdo e edição da revista *Indústria & Competitividade*.

*Esta bandeira é de todos* (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2016); 5) *Desafios para aproximar academia e indústria* (CANCELLIER, 2016).

Côrte (2016a, p. 03) em *A indústria do futuro depende do presente*, escreve sobre os avanços da indústria “manufatura avançada” ou “indústria 4.0” e ressalta a importância da formação de recursos humanos para o setor, afirmando que a indústria precisaria de profissionais com habilidades empreendedoras e conhecimentos multidisciplinares. Além disso, ele comenta o seguinte: “Fazemos a nossa parte: ajustamos continuamente os currículos do ensino técnico às necessidades do mercado [...]” (CÔRTE, 2016a, p. 03).

*A indústria não é mais aquela*, matéria escrita por Brandão (2016a), toca na questão da educação quando fala das novas profissões e a relação com a formação de recursos humanos para o atendimento da indústria avançada.

Especialistas debatem novas formas de educação, com metodologias de ensino baseadas em problemas e projetos, empreendedorismo e o desenvolvimento de competências multidisciplinares e cognitivas [...]. Capacidade de colaboração, senso crítico e flexibilidade são fundamentais, além de comunicação em outros idiomas. A manufatura avançada, a rigor, está inserida num contexto de profundas mudanças impostas pela tecnologia ao mundo da educação e do trabalho. Estudos informam que 1 bilhão de pessoas trabalham, em todo o mundo, em profissões que simplesmente não existiam há cinco anos (p. 38).

Na matéria *Para incluir não basta exigir*, Geres (2016a) trata de um programa de inclusão do SESI, que surgiu para auxiliar as empresas na contratação de pessoas com deficiência, haja vista que os empresários alegam encontrar dificuldades em cumprir uma legislação<sup>63</sup> que estabelece critérios sobre a obrigatoriedade de contratação destas pessoas. Para Geres

O espírito da lei é bom e ela deve ser cumprida. Contudo, é necessário considerar as reais condições de cada região. Ou seja, o que realmente deve ser avaliado é o esforço da empresa na busca efetiva de seu cumprimento. Não simplesmente se a cota foi preenchida (2016a, p. 50).

Dentre as dificuldades apontadas pelo autor haveria baixa disponibilidade de pessoas com deficiências interessadas em atuar no campo profissional, bem como formação insuficiente destas pessoas; inclusive ele contesta dados do IBGE de 2013, indicando que 6,2% da população brasileira possui algum tipo de deficiência (GERES, 2016a). Ademais, a partir de um censo realizado pelo SESI em 25 municípios de Santa Catarina, apenas 0,86% do

---

<sup>63</sup> Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

total da população pesquisada estaria em condições de serem incluídas no mercado de trabalho conforme a legislação vigente (GERES, 2016a).

Em *Esta bandeira é de todos* (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2016), identificamos à adesão das federações do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio), Agricultura (FAESC) e Transportes (Fetrancesc) ao movimento que a FIESC lançou em prol da educação no estado, passando a ser chamado de “Movimento Santa Catarina pela Educação”, que também conta com a parceria do poder público e representações dos trabalhadores, além de outras entidades da sociedade civil. A partir desta iniciativa da FIESC, sua ambição de elevar a escolaridade básica e a qualificação dos trabalhadores ficaria mais complexa, na medida em que se ampliaria consideravelmente o contingente de pessoal envolvido, bem como os projetos a serem desenvolvidos. A matéria exhibe dados<sup>64</sup> de que 41% dos trabalhadores formais que atuam nos quatro setores ligados às federações supracitadas não possuem educação básica completa (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2016).

*Desafios para aproximar academia e indústria* é uma matéria escrita por Cancellier (2016), que apesar de não ter vínculo com a FIESC, consideramos que seu pensamento educacional está alinhado ao que ela pensa, na qual identificamos que o autor defende uma articulação entre a academia e a indústria, de modo que os conhecimentos gerados pela primeira sejam apropriados pela segunda, favorecendo o aumento de sua competitividade. Para isso, é necessário que a universidade tenha, conforme o autor uma

[...] sólida formação do capital humano, em todos os níveis, com a utilização de novos formatos pedagógicos e tecnologias educacionais, participação de profissionais da indústria nos seus laboratórios e programas de educação continuada (CANCELLIER, 2016, p. 70).

A publicação de número 11 da revista Indústria & Competitividade contém duas matérias que discutem a educação pela via do capital humano: 1) *Não é gasto, é investimento* (CÔRTE, 2016b); 2) *O despertar do capital humano* (BRANDÃO, 2016b). A primeira se traduz na fala do então presidente da FIESC, Côrte, onde diz que

Educação e saúde são a base da formação do capital humano, que no Brasil apresenta baixo nível de desenvolvimento, segundo o Fórum Econômico Mundial. O capital humano é considerado o principal fator de progresso de organizações e países. Portanto, os recursos aplicados em educação e saúde são na verdade investimentos que, a depender de como são direcionados, proporcionam retornos fantásticos. Não se trata de comparar pessoas a bens materiais e mensurar

---

<sup>64</sup> Informações retiradas do então Ministério do Trabalho em 2014, segundo o que consta na matéria.

objetivamente seu retorno. O fato é que as pessoas são as primeiras beneficiadas quando se investe nelas.

Pessoas educadas e qualificadas não são apenas mais inovadoras e produtivas. Elas se envolvem menos em acidentes e cuidam melhor de sua saúde, vivendo melhor e demandando menores gastos com hospitais, tratamentos e pensões (2016b, p. 03).

A segunda matéria procura ampliar a discussão iniciada por Côrte sobre a questão do capital humano, chamando a atenção das empresas para esta temática. “O reconhecimento do capital humano como fator de competitividade, já presente nas organizações líderes, ainda não chegou a grande parte das empresas e ao conhecimento da maior parcela da sociedade” (BRANDÃO, 2016b, p. 38). Podemos perceber que a FIESC problematiza a pouca difusão da concepção de capital humano, por este motivo visualizamos a expressiva difusão deste pensamento em seus meios de comunicação.

Na edição de número 12 da revista selecionamos apenas a matéria *Mestres de nova geração* (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2017) que versa sobre a formação de professores. Nesta, identificamos quatro problematizações acerca da realidade brasileira<sup>65</sup>: 1) um quarto dos professores que atuam na rede pública brasileira possui contratos temporários; 2) pouca possibilidade de aumento salarial; 3) sujeição à violência (física ou verbal) por parte dos estudantes; 4) pouco mais da metade dos professores do ensino médio das redes pública e privada possuem formação em licenciatura para as disciplina que ministram (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2017). A partir deste diagnóstico, sua proposição é de “maior qualificação dos professores e a criação de ambientes mais atrativos para o desenvolvimento profissional” (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2017, p. 57), e para tal, elegeram o professor como temática central em 2017 no “Movimento Santa Catarina pela Educação”, sendo que as principais atividades realizadas foram: a realização de seminários e cursos de formação continuada para professores da rede pública estadual e municipal catarinense, a partir do enfoque no conceito de educação integral, que contempla as competências socioemocionais.

As competências socioemocionais voltaram a ser discutidas na 13ª edição da revista por meio de duas matérias: 1) *Oportunidades batem à porta* (CÔRTE, 2017b); 2) *O trabalho agora é outro* (BRANDÃO, 2017). Na primeira matéria, para Côrte

A tecnologia evolui e provoca mudanças radicais no mundo do trabalho, que exige novas competências dos trabalhadores. Estarmos prontos para este novo mundo é fundamental para o futuro do País e dos brasileiros que em breve ingressarão na vida profissional. Por isso, devemos preparar nossos jovens para que não somente

---

<sup>65</sup> Os dados são citados a partir de um levantamento do “Movimento Todos pela Educação”, mas não indica ano ou qualquer outra informação que possa ser identificada.

aprendam as disciplinas tradicionais e recebam conteúdo técnico de qualidade, mas para que também desenvolvam competências socioemocionais e se tornem mais criativos, cooperativos, responsáveis e abertos às novidades (2017b, p. 03, grifo nosso).

Na visão de Côrte (2017b), as mudanças ocorridas no mundo do trabalho acarretam em novas exigências aos trabalhadores, que devem ser articuladas para além da formação tradicional.

Por sua vez, a matéria de Brandão (2017) inicia dizendo que as competências cognitivas, entendidas como a capacidade do ser humano de aprender, interpretar, raciocinar, memorizar e extrapolar não são mais suficientes para enfrentar os desafios enfrentados pelas empresas e a sociedade, devido ao desenvolvimento de novas tecnologias nas mais diversas áreas. Para Brandão “Nesse contexto de rápidas transformações é necessário mudar de perspectiva e, ao invés de buscar conhecimentos estanques, é preciso aprender a aprender, continuamente” (2017, p. 36). Ainda na mesma matéria, identificamos como Brandão (2017, p. 37) compreende o conceito de competências socioemocionais:

Elas também são conhecidas como habilidades não cognitivas, pois não se referem ao conhecimento técnico ou teórico dominado por uma pessoa, mas estão relacionados a traços de personalidade como abertura para o novo, extroversão, responsabilidade e cooperatividade. Desses traços originam-se as competências mais requeridas no mundo do trabalho atual, dentre as quais se incluem criatividade, curiosidade, comunicação, colaboração e capacidade de resolver problemas [...].

Na matéria, é apresentado um infográfico abordando a questão das habilidades socioemocionais afirmando que seria possível analisar a personalidade por meio de cinco dimensões, com base em teorias psicológicas, são elas:

**Cooperatividade:** É a capacidade de agir de modo cooperativo, de sentir empatia, ser altruísta, tolerante e cordial. Envolve a capacidade de trabalhar em equipe.

**Estabilidade emocional:** Dimensão associada à capacidade de lidar com dificuldades. Características: constância e inteligência na expressão das reações emocionais, como autocontrole e calma.

**Realização:** Também é referida como Consciência. Envolve perseverança, percepção de autonomia, responsabilidade e disciplina. Tem a ver com estabelecer, perseguir e atingir metas.

**Extroversão:** Ou Socialização. É o interesse pelo mundo exterior e pelo envolvimento com pessoas. Relacionada a autoconfiança, sociabilidade, entusiasmo e comunicação objetiva.

**Abertura para o novo:** Interesse por novas experiências sem medo de assumir riscos, curiosidade, imaginação, originalidade e prazer em aprender (BRANDÃO, 2017, p. 38).

Na edição número 14 da revista, nos deparamos com duas matérias que versam, direta ou indiretamente, sobre educação: 1) *Novos tempos, novas atitudes* (CÔRTE, 2017a); 2) *De volta para o futuro* (VANIN, 2017). Na matéria de Côrte, novamente visualizamos um destaque dado para a importância da qualificação dos trabalhadores para a indústria, na qual teria um papel fundamental para o desenvolvimento do Estado; por sua vez, o capital humano seria o principal ponto de competitividade das organizações (CÔRTE, 2017a).

*De volta para o futuro* (VANIN, 2017), segunda matéria da referida edição, a EJA é o tema central. Durante toda a matéria de autoria de Alexsandro Vanin<sup>66</sup>, são dados exemplos de como as empresas, em parceria com o Sistema FIESC, estão viabilizando a retomada de estudos de seus funcionários, ofertada principalmente na modalidade de Educação à Distância (EaD). Segundo a Vanin (2017), a educação e qualificação dos trabalhadores são reconhecidas como investimento em capital humano, o que proporcionaria maior produtividade para as empresas.

Na 15ª edição da revista *Indústria & Competitividade*, apenas a matéria *Juventude 4.0* (BRANDÃO et al., 2018) fez parte de nosso escopo. Logo no início, a matéria apresenta um dado do BM, onde diz que mais da metade dos jovens brasileiros perdem o interesse pelos estudos e com isso correm o risco de não entrarem no mercado de trabalho, e que a causa seria o sistema educacional defeituoso e desconectado das necessidades das empresas (BRANDÃO et al., 2018). Os autores desta matéria entendem que existiria um desafio multidimensional de preparar os jovens para o mundo do trabalho e produtividade, que vai além de superar os atuais problemas de falta de interesse dos jovens pela escola; para eles “a educação deve despertar nos alunos a vocação para a tecnologia e ajudar a desenvolver as habilidades socioemocionais adequadas ao ambiente de transformação” (BRANDÃO et al., 2018, p. 39). Em outra parte da matéria, conseguimos visualizar melhor a concepção educacional do empresariado industrial a partir da seguinte fala do então presidente da FIESC, Côrte

‘Está mais do que na hora de se pensar numa concepção inovadora para a educação’ [...] ‘A escola precisa ser mais atrativa e mais dinâmica, para formar profissionais e cidadãos mais preparados para um mundo em permanente transformação’ (2018 apud BRANDÃO et al., 2018, p. 39).

---

<sup>66</sup> Vanin formou-se em Comunicação Social, Jornalismo pela UFSC, em 1998, completou o curso técnico em Meteorologia pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), em 2006 e chegou a cursar disciplinas no curso de especialização em Marketing pela UDESC. No âmbito profissional, foi editor da Revista Nexus Ciência & Tecnologia, editor da Revista Empreendedor, editor-executivo da revista Brasil Turismo, escrever reportagem para o Guia Itaucard Brasil, produzido pela Bei Editora, de São Paulo, foi repórter na Gazeta Mercantil em Santa Catarina.

Por fim, em sua 16ª publicação, selecionamos quatro matérias, são elas: 1) *Educação é para jovens, adultos e idosos* (PASTORE, 2016); 2) *Rede de cérebros para a indústria* (MARQUES; BRANDÃO, 2018); 3) *O voto das fábricas* (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2018); 4) *O segredo de Singapura* (GERES, 2018). A primeira matéria se refere a uma entrevista realizada por Ivonei Fazzioni com o José Pastore, onde são abordados assuntos sobre as transformações do mundo do trabalho por meio das novas tecnologias, e como as pessoas, as entidades SENAI e SESI e o país deverão reagir a tal situação. Primeiramente, quando questionado por Fazzioni sobre quais impactos da indústria 4.0 afetarão o mundo do trabalho, Pastore (2018) responde que já é possível verificar novas formas de trabalhar, mas que se aprofundaria de forma mais acelerada e intensiva, que inclusive provocaria enorme aumento na produtividade. No que diz respeito às “adaptações” que as pessoas deveriam realizar frente à velocidade das novas tecnologias, Pastore (2018) entende que elas precisariam de um ajustamento em velocidade adequada, seguindo exemplo de países que possuiriam uma base educacional de qualidade e o envolvimento de empresas, que fariam essa mediação de “ajudar” os trabalhadores a se ajustarem às novas tecnologias. Para este autor, “As próprias tecnologias permitem acesso a cursos on-line que ajudam a educar continuamente as pessoas. Educação é fundamental para todas as gerações e para todos os níveis de profissão” (PASTORE, 2018, p. 07). Já em relação aos supostos desafios do Brasil, “O principal é melhorar muito o ensino fundamental e o médio. É necessário melhorar a aprendizagem dos alunos nas matérias básicas: línguas, aritmética, ciências” (PASTORE, 2018, p. 07). E no tocante à importância das entidades SENAI e SESI para a reconversão da força de trabalho diante das alterações no mundo do trabalho que decorreriam das novas tecnologias, Pastore (2018) responde à entrevistadora que existiria mais flexibilidade de alterar os currículos e ajustar os conteúdos das escolas de formação profissional às novas tecnologias, mas que seria também necessário “reciclar” os professores e o material didático.

Em *Redes de cérebros para a indústria*, Marques e Brandão (2018, p. 26) abordam sobre os ecossistemas de inovação de Santa Catarina, referindo-se aos “ambientes nos quais universidades, institutos de pesquisa, governos, empresas e o setor financeiro atuam em conjunto e em uma direção convergente, permitindo que o conhecimento se desenvolva, resulte em aplicações e produza riqueza”. Segundo estes autores, os objetivos destes ecossistemas seriam reunir “dezenas de cérebros” com a missão de elevar a produtividade da indústria, bem como desenvolver produtos inovadores com alto conteúdo tecnológico (MARQUES; BRANDÃO, 2018, p. 27). Nesta matéria, ainda podemos identificar qual papel atribuem às universidades, que seria de levar o conhecimento produzido nelas para o

desenvolvimento de soluções de mercado, assim como permitiria superar a falta de pessoal qualificado, que consistiria em um entrave à inovação (MARQUES; BRANDÃO, 2018). Ainda em relação ao papel das universidades, assim como das escolas, os autores da matéria apontam que caberiam a elas reforçar a formação empreendedora e tecnológica de seus estudantes (MARQUES; BRANDÃO, 2018).

Examinando a matéria *O voto das fábricas* (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2018), identificamos as demandas do empresariado industrial catarinense para os candidatos ao poder executivo e legislativo do estado. Dentre tais demandas, destacamos a educação e o capital humano. “Em capital humano, alguns dos objetivos são de aumentar o percentual de jovens empregados na indústria e elevar a produtividade industrial por meio da qualificação dos trabalhadores” (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2018, p. 48). Também é possível identificarmos na matéria uma constatação, feita a partir de uma pesquisa<sup>67</sup> junto a 335 indústrias, de que entre alguns pontos fracos do setor estariam a insuficiência de trabalhadores qualificados e baixo nível de escolaridade dos trabalhadores.

Finalizamos a seleção de matérias da 16ª edição da revista Indústria & Competitividade com *O segredo de Singapura* (GERES, 2018). Esta matéria descreve uma experiência de formação para professores<sup>68</sup> baseada em uma proposta metodológica de ensino de Singapura, que foi realizada à custa de iniciativas do “Movimento Santa Catarina pela Educação”, ocasionando em parcerias envolvendo a FIESC, SESI, Secretaria de Educação de Joinville, Instituto Ayrton Senna, Fecomércio, SESC, Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina e o Instituto Nacional de Educação de Singapura (GERES, 2018). De acordo com Mattei<sup>69</sup> (2018 apud GERES, 2018, p. 66), “O professor passa a ser um mentor, um facilitador, abrindo espaço para que os estudantes sejam os protagonistas”. Já em outra fala, desta vez do interlocutor do “Movimento Santa Catarina pela Educação” na região norte e nordeste do estado catarinense, Hollerweger (2018 apud GERES, 2018, p. 66), visualizamos seu entendimento a respeito da educação escolar: “É preciso haver a conexão dos conteúdos com a aplicação nas profissões que os jovens pretendem seguir ou mesmo para que eles

---

<sup>67</sup> Os dados são do Observatório da Indústria Catarinense, que é uma área da FIESC voltada para o monitoramento de fatores relacionados à competitividade da indústria (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2018).

<sup>68</sup> A formação foi realizada com professores das escolas municipais de Joinville, de unidades do SESI de Brusque e de unidades do SESC de Joinville e Jaraguá do Sul (GERES, 2018).

<sup>69</sup> Roque Mattei, filiado ao MDB, atuou como secretário de Educação de Joinville no período de 2013 a 2016, que corresponde ao primeiro mandato do então prefeito Udo Döhler (também filiado ao MDB). Em 2016, Mattei se elegeu como vereador pelo município de Joinville, mas se licenciou para continuar como secretário da Educação, permanecendo até o início de 2019, quando retornou para a câmara de vereadores. Mattei foi membro do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e presidente da Undime Santa Catarina. Recentemente, foi eleito para Vice-Presidente da Undime Nacional.

estejam aptos a empreender no futuro”. A matéria também traz a trajetória de Singapura na educação, dizendo que a partir do século XXI adotou o modelo de formação docente focado nas competências socioemocionais (GERES, 2018).

Com base na exposição feita no presente capítulo, buscamos situar como a FIESC vem debatendo sobre educação a partir das matérias veiculadas nas primeiras 16 edições da revista *Indústria & Competitividade*. Embora esse relato possua um caráter mais descritivo, pretendemos articulá-lo com os nossos objetivos de pesquisa e examiná-los com maior profundidade a partir de nosso referencial teórico no capítulo seguinte.

## 4 As formulações educacionais na revista Indústria & Competitividade

Situando novamente o nosso objetivo de estudo, que é analisar a concepção de educação da FIESC a partir das 16 primeiras edições da revista Indústria & Competitividade, procuramos, nesta seção, aprofundar a análise das categorias mais expressivas presentes nas revistas. Primeiramente, discutimos sobre o diagnóstico feito pelos autores das matérias acerca da realidade educacional brasileira e, sobretudo, catarinense; e ao mesmo tempo apresentamos suas proposições para a área educacional. Posteriormente, dissertamos sobre as “teorias” que fundamentam a concepção de educação expressa na revista, que a partir de nossa análise, categorizamos como: a) teoria do capital humano; b) pedagogia das competências; c) competências socioemocionais. Por fim, apresentaremos os autores das matérias a partir da categoria intelectual orgânico formulada por Gramsci.

### 4.1 Os diagnósticos e as proposições da FIESC para a educação

Ao investigarmos os argumentos sobre a educação presentes nas matérias da revista Indústria & Competitividade, nos deparamos com diagnósticos e proposições feitas em diversos âmbitos da área. Neste sentido, discutimos as formulações educacionais que mais se sobressaíram nas edições da revista, exibindo-as de forma relacionada em diagnóstico-proposição. As formulações extraídas da revista foram as seguintes: qualidade da educação, escolaridade e produtividade dos trabalhadores, modelo educacional, currículo das escolas e das universidades e professores.

No primeiro ponto, qualidade da educação, Fischer (2013a, P. 16) aponta um diagnóstico de como ela está na realidade brasileira da seguinte forma:

Sua baixa qualidade é atestada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Pesquisas da entidade situam os alunos brasileiros nas últimas colocações do ranking global de proficiência em matemática, leitura e ciências (FISCHER, 2013a, p. 16).

A qualidade da educação é um dos temas caros para o empresariado industrial catarinense de tal maneira que é expresso na revista Indústria & Competitividade em diversas edições, como podemos observar durante a presente pesquisa. Segundo Geres (2015b) a qualidade da educação precisaria ser avaliada sob duas ações: 1) torneios de educação profissional; 2) avaliação em larga escala. Acerca da primeira, entendemos que ela visa

naturalizar a competitividade e a concorrência, criando um consenso de que esta seria a forma de se avaliar a qualidade da educação. Magalhães e Souza (2015, p. 258), nos relatam que

[...] o consenso é fundamental para a constituição da hegemonia, sendo parte do processo de regulação que se utiliza de mecanismos de avaliação para se consolidar. Esses mecanismos valem-se de padrões e "rankings" explicitados para promoverem sua aceitação entre sujeitos, que, convencidos, passam a aprovar as políticas propostas, em sua grande maioria, sem questionamentos, concretizando-as em suas ideias e práticas.

Já sobre a questão da avaliação em larga escala como forma de verificar a qualidade da educação, Geres (2015b) está se referindo à avaliação do PISA como indicador de qualidade da educação, ou seja, uma avaliação elaborada por um organismo internacional. Concordamos com Souza (2014, p. 408), quando diz que “Sempre que tratamos do tema avaliação educacional, necessariamente, à abordagem assumida está subjacente uma dada concepção de qualidade, assim, não há neutralidade nos caminhos utilizados em uma atividade avaliativa”. Neste mesmo sentido, Aquino (1997, p. 127) diz que

Os critérios de avaliação não são estabelecidos de modo dissociado das posições, crenças, visões de mundo e práticas sociais de quem os concebe, mas emergem da perspectiva filosófica, social e política de quem faz o julgamento e dela são expressão. Assim, os enfoques e critérios assumidos em um processo avaliativo revelam as opções axiológicas dos que dele participam.

Dessa forma, ao utilizar um instrumento de avaliação da qualidade da educação advinda de um organismo internacional, neste caso, a OCDE, certamente a concepção de Fischer se alinha a este organismo. Para Pereira (2018, p. 249),

A OCDE é signatária da economia de mercado livre, assim, suas proposições são arbitradas pela teoria liberal que representa e difunde. Essa doutrina fornece seus fundamentos às proposições apresentadas pela Organização. Nesse sentido, a política de verificação da aprendizagem dos estudantes que realizam os exames do Pisa tem seus assentos, sobretudo, no individualismo, como valor moral radical [...].

Acerca do nível de escolaridade e produtividade dos trabalhadores, Fischer (2013a) chama a atenção para o dado de que 53% dos trabalhadores da indústria de Santa Catarina não possuem escolaridade básica completa, número que equivale a 400 mil pessoas. Côrte (2013 apud FISCHER, 2013a, p. 18), por sua vez, diz que “Há uma relação direta entre educação, produtividade e capacidade de inovar”, o que faz com que os interlocutores da FIESC expressem uma preocupação com a produtividade do trabalhador brasileiro ao mencionarem

que o Brasil ocupa uma baixa colocação ranking de produtividade da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A proposta dos empresários para elevar a escolaridade e produtividade dos trabalhadores expressa na revista consiste na oferta de formação pelas próprias empresas do setor (ou em parceria com o Sistema FIESC por meio de suas entidades SENAI, SESI e IEL). Esta iniciativa tem o intuito de mostrar como as empresas se beneficiariam ao investirem em qualificação de seus trabalhadores, de forma a aumentar sua produtividade. Trata-se de uma proposição baseada na teoria do capital humano, ao qual atribui a educação um fator de produção. Frigotto (1999, p. 41), ao se referir a esta teoria explica que

A idéia-chave é de que a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a idéia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual.

Sem negar a importância da educação para o desenvolvimento dos seres humanos qualificarem todas as dimensões de suas vidas, Frigotto (2015, p. 217) esclarece que

[...] a noção de capital humano sedimenta um reducionismo da concepção de ser humano a uma mercadoria; de trabalho, ao confundir a atividade vital que produz e reproduz o ser humano e que é pressuposto das demais atividades humanas, à venda da força de trabalho humana (emprego); de sociedade, ao tomá-la como um contínuo dos mais pobres aos mais ricos, ignorando a estrutura desigual e antagônica das classes sociais; de classe social, tomando-a por fatores isolados e independentes na compreensão da sociedade e, finalmente, de educação, de um direto social e subjetivo a uma concepção mercantil de formação humana.

O modelo educacional foi outro ponto que nos chamou a atenção nas edições da revista. Alegam que o atual modelo de educação no Brasil não possui um direcionamento para o mercado de trabalho, o que prejudicaria a produtividade da indústria. Ademais, criticam que esse modelo educacional visaria direcionar os estudantes à universidade (FISCHER, 2013a). Há uma exposição de argumentos, baseados em alguns dados, mas sem indicação de fontes, apontando que

[...] apenas 6,6% dos brasileiros entre 15 e 19 anos cursam o ensino profissionalizante junto com a educação regular, enquanto na Coreia esse índice é de 50%, na Alemanha é de 53% e no Japão de 55%. Isso acontece porque a visão que se tem do ensino no Brasil é voltada para direcionar o aluno à universidade (FISCHER, 2013a, p. 23).

O problema do atual modelo de educação, segundo o que consta da revista, também se refere ao distanciamento da escola em relação ao mundo dos jovens. Há uma entrevista com Mozart Neves Ramos, feita por Fabrício Marques, na qual é mencionada esta problemática. Para Ramos (2014, p. 6),

O ensino médio, que deveria ser a ponte para a educação tecnológica, para a universidade ou para o mundo do trabalho, está absolutamente distanciado da realidade do jovem no País. É preciso repensar o currículo e a forma de ensinar, de como trabalhar esse jovem para que ele se sinta comprometido com a educação e com seu futuro. Como a escola pouco dialoga com o mundo juvenil, temos uma evasão fantástica no ensino médio e um baixíssimo índice de aprendizagem. Entre os que terminam o ensino médio, somente 10% aprenderam o esperado em matemática. Em português, são 30%.

Apesar de Ramos apontar alguns problemas que existem na educação dos jovens, como por exemplo, a grande evasão no ensino médio, baixo índice de aprendizagem em matemática e em português, ele não cita fontes para seu embasamento. Além disso, não ficou claro em seu argumento quais são os aspectos que tornam o atual modelo de escola não ser atrativo aos jovens. Convém ainda destacar a contradição entre o discurso de Ramos com o de Fischer. Para o primeiro, o modelo educacional poderia sim direcionar os jovens para a universidade; já para o segundo, esse direcionamento seria um problema.

Para melhorar o modelo educacional, Fischer (2013a) propõe que a educação básica seja voltada para qualificar as pessoas para a vida produtiva. Além disso, que possibilite a criação de competências mínimas que seriam requeridas pelo mercado de trabalho, como a fluência oral, escrita e leitura, bem como o desenvolvimento de capacidades intelectuais que tornariam possível a capacidade de resolução de problemas e também a capacidade inovação (ARRUDA, 2013 apud FISCHER 2013a). Já para a universidade, o modelo defendido por Cancellier (2016) deve ser aquele em que os conhecimentos produzidos por esta instituição sirvam à indústria, de tal forma que eleve sua competitividade. Ademais, o autor também defende a participação de profissionais da indústria nos laboratórios e programas de formação continuada.

Segundo Rodrigues (2007), a burguesia encara a educação escolar sob duas formas: educação-mercadoria e mercadoria-educação. A respeito da primeira forma, o autor fala que ela tratará da educação enquanto mercadoria-fim, ou seja, a partir da venda de serviços educacionais. Já a segunda forma, visa a educação enquanto mercadoria-insumo necessária à lógica de produção de outras mercadorias. A proposta apresentada por Cancellier se encontra

nesta segunda forma, haja vista o desejo da indústria pelo conhecimento como forma de aumentar sua competitividade, como nos moldes da teoria do capital humano.

Dando seqüências às formulações educacionais extraídas da revista *Indústria & Competitividade*, identificamos a questão dos currículos das escolas e universidades. Vimos que o governo do estado catarinense acolheu sugestões de técnicos da OCDE que estiverem em Santa Catarina em 2009 avaliando as políticas educacionais, sendo uma delas o currículo das escolas da rede estadual de ensino. Aparentemente, a constatação feita por estes técnicos seria que o currículo possuía uma abordagem preponderantemente teórica. Esse entendimento de haver um currículo excessivamente teórico também é direcionado às universidades, mais especificamente para os cursos de engenharia, como podemos observar na seguinte passagem da revista,

Hoje, os estudantes passam geralmente os dois primeiros anos de faculdade envolvidos com disciplinas teóricas, com pouca ou nenhuma vivência prática, embora sejam forçados a escolher já no vestibular entre mais de 30 especializações na carreira (MARQUES, 2015b, p. 26).

Partindo das ações da OCDE e do governo de Santa Catarina, a reformulação do currículo da rede estadual de educação objetivou (como já mencionamos em outro momento de nosso estudo) a formação de habilidades e competências por meio de fatos contextualizados (FISCHER, 2013a). A materialização nos currículos escolares desta concepção é definida por Ramos (2006) como pedagogia das competências. Para esta autora,

No plano pedagógico testemunha-se a organização e a legitimação da passagem de um ensino centrado em saberes disciplinares a um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações e tarefas específicas. Essas competências devem ser definidas com referência às que os alunos deverão ser capazes de compreender e dominar. Em síntese, em vez de se partir de um corpo de conteúdos disciplinares existentes, com base na qual se efetuam escolhas para cobrir os conhecimentos considerados mais importantes, parte-se das situações concretas, recorrendo-se às disciplinas na medida das necessidades requeridas por essas situações.

Além dessas proposições, há ainda outra que merece destaque: a inserção das competências socioemocionais. A justificativa seria de que as mudanças no mundo do trabalho provocadas pela tecnologia conduziriam em novas exigências aos trabalhadores, exigindo-lhes novas competências. Katrein (2018, p. 104), ao se referir sobre as competências socioemocionais, nos conta que elas

[...] apresentam uma importante dimensão moralizante, omitindo causas sociais de diferentes fenômenos e depositando nos jovens a responsabilidade pela solução da violência, do uso de álcool, tabaco e outras drogas, da obesidade, depressão e outros problemas de saúde. Tal psicologização das questões sociais tem a função de forjar a coesão social, formando subjetividades adaptáveis, não só submetidas ao projeto do capital, mas a construção de uma mentalidade que o legitime para conservar a unidade ideológica de todo o bloco social é garantir a hegemonia das concepções de mundo da classe dominante.

Sobre a formação de engenheiros no Brasil, Marques, (2015a) diz que é preciso "modernizar" os currículos destes cursos de acordo com os interesses da indústria, criando disciplinas que visem à resolução de problemas práticos logo nos primeiros anos do curso. Contrariando esta tese, Batista (2010, p. 196) expõe que "O processo de humanização encontra-se dialeticamente vinculado à relação teoria e prática, uma vez que através da prática social o homem tem produzido cultura e, conseqüentemente, a si mesmo, objetivando-se". Todavia, a autora chama a atenção para o fato que essa relação entre teoria e prática vem se dicotomizando, tanto no que diz respeito ao distanciamento entre teoria e prática, ou seja, entre o pensar e o agir, bem como subordinando a prática à teoria. Gramsci (2010, p. 18) também aborda esta questão ao dizer que "em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora".

Finalizando essa primeira parte sobre os diagnósticos e as proposições da FIESC para a educação presentes na revista Indústria & competitividade, expomos a temática que versa sobre os professores. Em relação ao diagnóstico feito pelo empresariado, destacamos a contratação temporária de professores, a dificuldade de aumento salarial, a vulnerabilidade à violência dos estudantes e a formação não condizente com a sua atuação (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2017).

Dentre as proposições do empresariado industrial, representado pela FIESC, para os professores, identificamos a busca pela maior qualificação destes profissionais e a "remuneração de professores com base em resultados" (FISCHER, 2013, p. 19). Em relação à qualificação dos professores, percebemos que a FIESC atuou por meio do "Movimento Santa Catarina pela Educação" proporcionando cursos de formação continuada e seminários com o enfoque no conceito de educação integral, ao qual estão contempladas as competências socioemocionais. Trata-se de uma parceria entre o Estado e o empresariado no âmbito da educação. Sobre este tema, Dornelas e Martins (2013, p. 126) realizaram um estudo abordando a formação continuada de professores a partir da articulação entre a Fundação

Vale, o Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (CEDAC) e secretarias municipais de educação onde procuraram

[...] revelar que a Fundação Vale, de maneira sutil, difunde novas referências pedagógicas para transformar os trabalhadores em educação em difusores e organizadores da concepção dominante de mundo por meio do trabalho pedagógico realizado no âmbito escolar.

Ainda segundo os autores, “O complexo formado pela Fundação Vale e CEDAC é somente um dos sujeitos políticos coletivos que atuam na difusão de um novo senso comum na educação e na política” (DORNELAS; MARTINS, 2013, p. 126). Ou seja, assim como estes sujeitos estudos pelos autores, também consideramos a FIESC e o “Movimento Santa Catarina pela Educação” como outros sujeitos difusores da concepção dominante de mundo, qual seja, que a classe empresarial é a única “capaz de dirigir a sociedade para o crescimento econômico com desenvolvimento social” (DORNELAS; MARTINS, 2013, p. 126).

Quanto à remuneração dos professores baseada em resultados, ela “tem regras e nomenclaturas diferenciadas e pode ocorrer mediante acréscimo no salário (bônus) e/ou ser critério para a progressão na carreira” (SOUZA, J., 2014, p. 31). Esta política de remuneração com base em resultados/desempenho não é algo inédito, mas tornaram-se novidade na aplicação na remuneração e gestão do trabalho docente, conforme apontam Evangelista e Valentin (2013). Ainda segundo as autoras, houve uma “importação de técnicas e ferramentas da Administração privada, voltada exclusivamente para os valores capitalistas, para o mundo da Educação e, mais precisamente, para a própria remuneração dos professores” (EVANGELISTA; VALENTIM, 2013, p. 1013). Concluindo seus estudos, Evangelista e Valentin (2013, p. 1014), alertam que

[...] com o progressivo advento da remuneração variável por desempenho em diversos municípios ao redor do Brasil (e do mundo), os próprios rendimentos dos docentes passam a estar ameaçados, na medida em que cada vez mais são atrelados aos resultados obtidos por seus alunos, turmas, unidades escolares, regiões administrativas e Estados nas provas de avaliação.

A partir das proposições educacionais evidenciadas na revista Indústria & Competitividade, verificamos que elas abordam os seguintes temas: qualidade da educação, escolaridade e produtividade dos trabalhadores, modelo de educação, currículo das escolas e universidades e professores. Sobre estes temas, pudemos identificar suas críticas e também suas proposições. Percebemos que tais proposições não são originárias da FIESC, pelo contrário, ela reproduz de organismos internacionais e outros intelectuais orgânicos da

burguesia. Inclusive, notamos que alguns autores das matérias não possuem vínculo com a FIESC. O que reforça a ação da FIESC de reproduzir as formulações educacionais de outros intelectuais da burguesia.

#### 4.2 As teorias que fundamentam a concepção educacional da FIESC

Visualizamos que o empresariado industrial, foco de nosso estudo, formula e dissemina concepções educacionais com o objetivo de difundir e convencer a sociedade de sua visão de mundo, atuação própria de um aparelho privado de hegemonia nos termos de Gramsci. Tais concepções possuem fundamentação a partir de teorias elaboradas por outros intelectuais orgânicos da burguesia. Algumas dessas teorias aparecem, em certa medida, referenciadas pelos autores das matérias na revista *Indústria & Competitividade*. Entretanto, numa dessas teorias não é possível identificar a referência explicitamente. Após a análise das formulações expressas na revista, identificamos as seguintes teorias: 1) capital humano; 2) pedagogia das competências; 3) competências socioemocionais. Na sequência, buscamos apresentar as principais ideias de cada teoria, bem como elas se expressam nas matérias da revista.

##### 4.2.1 *Capital humano*

A teoria do capital humano foi elaborada pelo economista e então professor da Universidade de Chicago Theodore William Schultz. De acordo com Frigotto (1999), essa elaboração ocorreu no grupo de estudos de Schultz, na década de 1950, nos Estados Unidos, ao qual visava descobrir o fator que pudesse explicar as variações do desenvolvimento e subdesenvolvimento entre os países. Frigotto (1999) também expõe que análises das relações entre o processo econômico-social e a educação ocorrem desde a perspectiva clássica liberal<sup>70</sup>, mas afirma que somente após a Segunda Guerra Mundial, no contexto das teorias do desenvolvimento, aludindo-se especificamente à teoria da modernização, que foi construída a teoria do capital humano que define a educação como fator de produção a partir de um campo disciplinar, citando a Economia da Educação.

Grzybowski (1986 apud FRIGOTTO, 1999, p. 40) diz que

---

<sup>70</sup> Frigotto (1999) cita como autores dessa perspectiva Adam Smith e Stuart Mill.

A teoria do capital humano é uma esfera particular da teoria do desenvolvimento, marcada pelo contexto em que foi produzida, uma das expressões ideológicas dominantes desse período. A teoria do desenvolvimento, geral e abrangente, é muito mais uma teoria da modernização do que uma teoria explicativa do desenvolvimento capitalista, isto é, das bases materiais e das condições sociais em que assenta o processo de produção e reprodução das formações sociais capitalistas.

Portanto, é dentro desse contexto que Schultz busca criar sua teoria sobre o fenômeno das desigualdades entre os países e entre os sujeitos. Todavia, ele não chega a desvelar os reais fundamentos que produzem essas desigualdades, como cisão da sociedade em duas classes antagônicas, da qual uma detém os meios de produção de mercadorias, a classe dos capitalistas, e a outra possui apenas a sua força de trabalho, a classe dos trabalhadores. Conforme Frigotto (2008, p. 67)

A não explicitação dos fundamentos reais da desigualdade social não decorre de uma atitude premeditada ou maquiavélica dos intelectuais da burguesia, mas do caráter de classe, de sua forma de analisar a realidade social. Ou seja, presos às representações capitalistas, como nos assinala Marx em diferentes passagens de sua obra, os economistas e intelectuais burgueses percebem como se produz dentro da relação capitalista, mas não como se produz esta própria relação.

Em relação à elaboração de sua teoria, Schultz (1973, p. 31) esclarece que

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que tem-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença.

Nesse sentido, Schultz (1973, p. 9) procurou dirigir seus estudos visando elucidar “os processos de investimentos e as oportunidades que fornecem os incentivos para que se possa investir em capital humano”. Mais precisamente, focalizou sua investigação na educação formal e pesquisa organizada como investimentos em capital humano, apesar de considerar que existem outras formas, como por exemplo, os investimentos em saúde.

Schultz (1973) comenta sobre seu espanto quanto à negligência na literatura dada a noção de capital humano aos modelos de crescimento econômico. No entanto, reconhece que vários importantes economistas trataram do ser humano como uma espécie de capital, tais como Adam Smith, Johann Heinrich von Thünen, Irving Fischer e Alfred Marshall.

Acerca do conceito de capital humano de Schultz, Frigotto (2008, p. 68), nos diz que

Partindo do pressuposto de que o componente da produção que decorre da instrução é um investimento em habilidades e conhecimentos que aumenta as rendas futuras semelhante a qualquer outro investimento em bens de produção, Schultz define o ‘capital humano’ como o montante de investimento que uma nação ou indivíduos fazem na expectativa de retornos adicionais futuros.

A partir da proposição desta teoria, qual seja de elevar a produtividade do trabalho por meio de investimentos em educação da força de trabalho, Frigotto (1999) comenta que ocorreram críticas tanto em nível internacional quanto em solo brasileiro. Inclusive sua própria tese de doutorado, defendida em 1983 é uma crítica a teoria do capital humano.

Tomando esta referência sobre o capital humano, partimos agora para a sua materialização nas matérias da revista Indústria & Competitividade. A Tabela 7 mostra a quantidade de vezes em que a expressão “capital humano” apareceu nas revistas.

**Tabela 7 - Quantidade de vezes em que a expressão "capital humano" apareceu na revista**

<b>Edição da revista Indústria &amp; Competitividade</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Número de aparições do termo</b>
3ª Edição	2014	2
9ª Edição	2016	3
10ª Edição	2016	2
11ª Edição	2016	15
12ª Edição	2017	6
13ª Edição	2017	4
16ª Edição	2018	3
<b>Total</b>		<b>35</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019, a partir das edições da revista Indústria & Competitividade.

Podemos observar que o início da referenciação explícita da expressão “capital humano” ocorreu a partir da terceira edição, publicada em 2014. Houve uma concentração do uso da referida expressão na 11ª edição da revista, inclusive constituindo-se como matéria de capa. Entretanto, ultrapassando o aspecto fenomênico onde aparece explicitamente a referência à teoria do capital humano, buscamos extrair outras determinações que apontam para a sua referenciação para além daquelas indicadas na Tabela 7. Recortamos alguns excertos para exemplificar como aparece essa referenciação nas matérias publicadas nas edições da revista Indústria & Competitividade.

Logo na primeira edição, lançada em 2013, em sua matéria de capa, visualizamos a referência a teoria do capital humano, conforme a Figura 2.

Figura 2 - Imagem da capa da 1ª edição da revista Indústria & Competitividade



Fonte: 1ª edição da revista Indústria & Competitividade.

Podemos notar que não há uma referência explícita em relação à teoria do capital humano. Todavia, entendendo esta teoria como aquela em que defende a educação como um fator de produtividade, fica claro muito evidente a sua materialização na revista. Outra questão que chamou a nossa atenção foi o fato de que os investimentos em capital humano devem envolver as esferas públicas e privadas.

Passando para a oitava publicação da revista, de 2015, encontramos numa matéria a relação com a teoria do capital humano, da seguinte forma: "A baixa produtividade está ligada à qualidade da educação. É preciso investir em educação profissional e na melhoria da qualidade do ensino" (LUCCHESI, 2015 apud GERES, 2015b, p. 51). O foco indicado na matéria para o aumento da produtividade está na educação profissional, corroborando assim, com a elaboração teórica de Schultz (1973) em sua obra *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*, que trata especificamente da educação formal e da pesquisa.

Na nona edição da revista, encontramos a fala de Brandão (2016c, p. 32, grifo nosso), que diz o seguinte:

O estudo + Produtividade destacou diversas dimensões da estrutura competitiva do País que afetam o desempenho da economia, avaliando sua eficiência e apontando medidas para equacionar os problemas (veja os gráficos). No cerne da questão está o capital humano, que precisa de maior qualificação, pois as pessoas sempre estão ligadas aos diversos aspectos determinantes da produtividade. Outro fator preponderante para a produtividade é a inovação.

O excerto refere-se aos encaminhamentos que devem ser tomados para que o Brasil possa aumentar a sua produtividade de modo a melhorar seu desempenho na economia. Como o autor mesmo aponta, a questão central está no “capital humano”, que precisaria de maior qualificação para elevar os níveis de produtividade do país, tal como é apregoado na teoria de Schultz.

Na edição número 11 da revista Indústria & Competitividade, publicada em 2016, evidenciamos a importância que a FIESC dá para o capital humano a ponto de figura-lo em sua matéria de capa, conforme a Figura 2. Nela vemos que o capital humano é justificado para atender às supostas alterações nos modelos de negócios e garantir o sucesso das empresas.

**Figura 3 - Imagem da capa da 11ª edição da revista Indústria & Competitividade**



Fonte: 11ª edição da revista Indústria & Competitividade.

Continuando com a 11ª publicação da revista, nos deparamos com a fala de Côrte (2016b, p. 3, grifo nosso):

Educação e saúde são a base da formação do capital humano, que no Brasil apresenta baixo nível de desenvolvimento, segundo o Fórum Econômico Mundial. O capital humano é considerado o principal fator de progresso de organizações e países. Portanto, os recursos aplicados em educação e saúde são na verdade investimentos que, a depender de como são direcionados, proporcionam retornos fantásticos.

Além de considerar os investimentos em educação, Côrte também menciona os investimentos em saúde como capital humano. Como já mencionamos anteriormente, Schultz endente que o capital humano vai além de investimentos em educação, mas que nos seus estudos, procurou focar na questão da educação e pesquisa. Segundo o próprio Schultz (1973, p. 9)

A abordagem relativa ao investimento, todavia, abre para a análise uma vasta camada de formas diferentes de investimento no homem, como novos panoramas que se estendem para muito além do objetivo que se configura nesta coleção de estudos.

Há oportunidades para se investir no homem através de um aprendizado que se faz nas próprias tarefas, da busca pela informação econômica, da migração e das atividades que dão sua contribuição no terreno da saúde [...].

Como pudemos demonstrar, a teoria do capital humano está presente como um dos fundamentos para a concepção de educação da FIESC expressa nas edições da revista *Indústria & Competitividade*. Portanto, é apoiando-se nela que são feitas as formulações educacionais pelo empresariado industrial catarinense.

A teoria do capital humano tem como

pressuposto da concepção liberal de natureza e comportamento humano que fundamenta a ciência econômica, social e política burguesa. Para o pensamento liberal, todos os indivíduos nascem com as mesmas predisposições naturais demarcadas pela busca racional do que é agradável e útil. Todos, portanto, aparecem no mercado em iguais condições de escolha individual. (FRIGOTTO, 2008, p. 69).

Contudo, Frigotto (2008, p. 70) trata de contrapor a essa lógica.

O que esta concepção de natureza humana com igualdade e liberdade individual de escolha não revela, ao contrário, mascara, é o processo histórico assimétrico que produziu proprietários privados de meios e instrumentos de produção detentores de capital, classe capitalista - e trabalhadores cuja mercadoria que dispõem para vender ou trocar no mercado é sua força de trabalho. Da mesma forma, esta concepção ignora o processo histórico desigual na constituição das diferentes nações. Uma

análise, portanto, que não reconhece as relações de poder e de dominação e violência ao longo da história e se afirma no pressuposto falso de uma natureza humana abstrata na qual cada indivíduo, independentemente de origem e classe social, faz suas escolhas em iguais condições.

Nesse sentido, compreendemos que essa concepção caracteriza-se como conservadora na medida em que busca preservar o atual modelo de sociedade cindida em classes antagônicas, na qual a classe trabalhadora é explorada pela burguesa, omitindo ou desconsiderando tais relações sociais.

A teoria do capital humano foi disseminada e rapidamente absorvida por diversos países, incluindo o Brasil, que redefiniu a educação a simples fator de produção, deixando de ser referenciada como prática social caracterizada pelo desenvolvimento de atitudes, habilidades, conhecimentos, concepções e valores atrelados aos interesses e necessidades das distintas classes e grupos sociais (FRIGOTTO, 1999).

#### 4.2.2 *Pedagogia das competências*

A pedagogia das competências é uma expressão elaborada por Marise Nogueira Ramos para caracterizar como a noção de competências tem ordenado as relações educativas. Trata-se de uma formulação expressa em seu livro *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?*, lançado em 2001. Ramos (2006) elabora em sua obra uma análise crítica sobre a noção de competência e sua relação com o campo do trabalho e da educação, tomando como base as transformações do capitalismo no período atual, ou como ela mesma aponta, “caminhamos pela fértil interface lavrada pela relação trabalho-educação, na qual a noção de competência situa-se como uma nova mediação ou como uma mediação renovada pela acumulação flexível do capital” (p. 24).

No que diz respeito à noção de competência relacionada ao campo do trabalho, tendo como referência três pesquisadores<sup>71</sup> que discutem este tema, Ramos (2006, p. 176) diz que

[...] a competência é tomada como categoria ordenadora das relações sociais de trabalho internas às organizações produtivas. Portanto, apropriada à gestão da flexibilidade técnica e organizacional do trabalho. Mas a competência cumpre também o papel de ordenar as relações sociais de trabalho externamente às organizações produtivas, no sentido de gerir condutas e reconfigurar valores ético-políticos dos trabalhadores no processo permanente de adaptação à instabilidade social.

---

<sup>71</sup> São eles: Leonard Mertens, que escreveu o livro *Sistemas de competencia Laboral: surgimento y modelos*, de 1996; Phillipe Zarafian, escritor da obra *El modelo de competencia y los sistemas productivos*, de 1999; e Rogério Valle, autor de *O modelo de competências e as segmentações sociais*, de 1999.

Já em sobre a noção de competência como ordenadora das relações no campo da educação, Ramos (2006, p. 221), fala que

A idéia que se difunde quanto à apropriação da noção de competência pela escola é que ela seria capaz de promover o encontro entre formação e emprego. No plano pedagógico testemunha-se a organização e a legitimação da passagem de um ensino centrado em saberes disciplinares a um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações e tarefas específicas. Essas competências devem ser definidas com referência às que os alunos deverão ser capazes de compreender e dominar. Em síntese, em vez de se partir de um corpo de conteúdos disciplinares existentes, com base na qual se efetuam escolhas para cobrir os conhecimentos considerados mais importantes, parte-se das situações concretas, recorrendo-se às disciplinas na medida das necessidades requeridas por essas situações.

Partindo dessa perspectiva, a autora entende que sua efetivação na organização dos currículos escolares constituiria aquilo que ela denomina de pedagogia das competências. “A pedagogia das competências é caracterizada por uma concepção eminentemente pragmática, capaz de gerir as incertezas e levar em conta mudanças técnicas e de organização do trabalho às quais deve se ajustar” (RAMOS, 2008, p. 302).

Com essa exposição, mesmo que breve, sobre a pedagogia das competências, possuímos recursos o suficiente para visualizarmos a sua materialização nas matérias da revista Indústria & Competitividade. Vejamos alguns excertos retirados da revista, que fundamentam a concepção de educação da FIESC a partir da pedagogia das competências.

Na primeira edição da revista, citamos novamente as considerações de Arruda (2013 apud FISCHER, 2013a, p. 16, grifo nosso), ex-diretor regional do SENAI/SC, para exemplificar a referenciação à pedagogia das competências.

O que se espera é que a educação básica seja capaz de criar **competências** mínimas para a inserção na sociedade e no mercado, como leitura, escrita e fluência oral, além de desenvolver as capacidades intelectuais que nos tornam capazes de resolver problemas e inovar [...].

Ou seja, a educação, nesta ótica, está pautada em desenvolver competências que sejam mobilizadas para a solução de problemas postos pela realidade quando requeridas, mais especificamente, que possam servir aos propósitos do setor produtivo.

Ainda na primeira publicação da revista, encontramos outra passagem que referencia a pedagogia das competências.

“Nosso currículo ainda é muito pesado, com um grande volume de conteúdo de pouca relevância. É fundamental entender a ideia da OCDE de que ‘menos é mais’”,

sugere Pereira<sup>72</sup>. Para ele, o currículo deve ser pautado pela formação de **competências** e habilidades a partir de situações contextualizadas, associadas a fundamentos científicos e atividades práticas, em lugar da atual abordagem preponderantemente teórica (FISCHER, 2013a, p. 24, grifo nosso).

Também repetimos essa citação para expor a concepção de currículo expressa na revista, que tem como fundamento a pedagogia das competências.

Na terceira edição da revista, encontramos uma matéria que aborda um evento realizado pela FIESC, que tem como foco a questão das competências.

Com a preocupação de se manter atualizada a respeito das melhores práticas internacionais, a FIESC promoveu em outubro de 2013 um workshop com a finlandesa Seija Mahlamäki-Kultanen, diretora de treinamento na Universidade Hämeenlinna de Ciências Aplicadas. Ela apresentou o modelo que levou a Finlândia a se tornar um dos países líderes do ranking do PISA ao trocar uma educação orientada ao bacharelismo por um modelo de ensino baseado em competências e na aproximação com o mercado de trabalho (FISCHER, 2014, p. 66, grifo nosso).

Podemos observar que a FIESC buscou pautar sua concepção de educação a partir de um modelo educacional advindo da Finlândia, país que está no topo da avaliação do PISA. Ou seja, como já ressaltamos em outro momento, a referência de qualidade da educação para a FIESC está pautada em avaliações de larga escala.

A edição número 11, temos a seguinte contextualização envolvendo a educação e o mundo do trabalho,

Na educação, o desafio é preparar pessoas para um mundo do trabalho em mutação. Boa parte dos trabalhadores atua em funções que não existiam há poucos anos, por causa dos avanços tecnológicos. A tendência é que o processo se acelere, envolvendo cada vez mais pessoas em funções completamente novas (BRANDÃO, 2016b, p. 45).

Em seguida, apresentam como é o currículo dos cursos do SENAI.

[...] os currículos dos cursos profissionalizantes do SENAI, por exemplo, incorporam, além das novidades tecnológicas, conceitos como multidisciplinaridade e o desenvolvimento de competências, como padrões de pensamentos, sentimentos e comportamentos que estimulam a autonomia e o trabalho em equipe (BRANDÃO, 2016b, p. 45, grifo nosso).

---

<sup>72</sup> Maurício Fernandes Pereira ocupa atualmente o cargo de Secretário Municipal de Educação de Florianópolis. É membro titular do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. Faz parte da diretoria da Undime Nacional e de Santa Catarina. Foi presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE), além de ter ocupado outros cargos de entidades da sociedade civil e da sociedade política, nos termos gramscianos.

Assim, a pedagogia das competências está expressa na revista *Indústria & Competitividade*. Ela faz parte da fundamentação teórica que serve como base para a concepção de educação da FIESC.

Segundo Ramos (2006, p. 222)

A afirmação desse modelo de ensino técnico e profissionalizante é resultado de um conjunto de fatores que expressam seu comprometimento direto com os processos de produção, impondo-lhe a necessidade de justificar a validade de suas ações e de seus resultados. Além disso, espera-se que seus agentes não mantenham a mesma relação com o saber que os professores de disciplinas academicamente constituídas têm, de modo que a validade dos conhecimentos transmitidos seja aprovada por sua aplicabilidade ao exercício de atividades na produção de bens materiais ou de serviços.

Portanto, a pedagogia das competências consiste numa concepção de educação que está subordinada à lógica do processo produtivo, tal como a teoria do capital humano.

#### 4.2.3 Competências socioemocionais

As competências socioemocionais (ou habilidades não cognitivas) constituem como uma formulação teórica que vem sendo desenvolvida principalmente a partir de um modelo de estudo da personalidade humana: o *Big Five*, que foi desenvolvido por McCrae e Costa, na década de 1980 (SMOLKA et al., 2015).

Este [modelo de estudo] pressupõe a possibilidade de uma personalidade replicável em diversos países e diferentes culturas, apresentando cinco variáveis universais: extroversão, agradabilidade, conscienciosidade, neuroticismo e abertura à experiência. Seus proponentes garantem que essa estrutura de personalidade é encontrada em uma ampla gama dos participantes do teste aplicado em diferentes culturas (SMOLKA et al, 2015, p. 225).

No entanto, Smolka et al. (2015) fazem uma crítica ao modelo Big Five com base num levantamento de estudos que demonstram não haver consenso quanto à natureza e o modo de ser da personalidade humana. Boyle (2008 apud Smolka et al., 2015) expõe que a personalidade é mutável, contradizendo a ideia do *Big Five* como um modelo que identifique traços, pressupondo estabilidade.

Não obstante às críticas que fundamentam as competências socioemocionais, surgiram instrumentos de medidas com base no *Big Five* para avaliar o desenvolvimento da formação em crianças. No Brasil, foi desenvolvido um projeto piloto partindo do pressuposto que a abordagem socioemocional poderia diminuir desigualdades dentro dos sistemas de ensino,

melhorar indicadores da educação em geral e promover progresso social e econômico (SANTOS; PRIMI, 2014). Este projeto foi realizado por meio de parcerias envolvendo o Instituto Ayrton Senna, o Centro para Pesquisa e Inovação (CERI) da OCDE, além do próprio Estado brasileiro a partir do MEC e da Secretaria de Educação do estado do Rio de Janeiro (SANTOS; PRIMI, 2014).

*Social and Emotional or Non-cognitive Nationwide Assessment* (SENNA) foi o nome dado ao instrumento de mensuração elaborado a partir do projeto piloto supramencionado. A tradução significa Avaliação Nacional Não cognitiva ou Socioemocional. De acordo com os relatores do projeto, Santos<sup>73</sup> e Primi<sup>74</sup>,

O Instituto Ayrton Senna e seus colaboradores entendem que a avaliação do aprendizado, em suas múltiplas formas, é uma tarefa crucial para ampliar o enfoque mundial sobre o que é uma educação de qualidade. Ao propor uma métrica para avaliar competências comprovadamente importantes para o futuro das crianças e jovens, mas ainda não contempladas nos nossos sistemas de avaliação, pretendemos dar um importante passo rumo à construção de um sistema de monitoramento tão pleno quanto a educação que pretendemos desenvolver (2014, p. 74).

Trata-se, portanto, de uma avaliação cujo foco está na mensuração de aspectos da personalidade humana que, na visão de seus idealizadores, contribuiria para ampliar a qualidade da educação. Além disso, podemos identificar em sua argumentação a pretensão de inserir este modelo de avaliação nos sistemas de educação. Destacamos que tal pretensão se efetivou devido a sua implantação na Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

[...] competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p. 8).

Santos (2015, p. 141), ao fazer uma análise sobre o Projeto SENNA, tece a seguinte crítica, ao qual concordamos:

---

<sup>73</sup> Daniel Domingues dos Santos é graduado em Economia pela Universidade de São Paulo (1997), possui mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2000) e fez doutorado em Economia na Universidade de Chicago (2008). Atualmente ocupa o cargo de professor de Economia na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) de Ribeirão Preto. Informações estas, extraídas de seu currículo Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4708768H8>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

<sup>74</sup> Ricardo Primi possui graduação (1992) e mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e doutorado em Psicologia Escola e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (1998), realizando doutorado sanduíche na Universidade Yale. É ocupando do cargo de professor no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade São Fransisco, Itatiba. Informações extraídas de seu currículo Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4790018Z8>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

Compreendemos que esta política parte do princípio de que questões de ordem econômica não implicam desigualdades culturais, ou menor desempenho na escola, desconsidera os condicionantes de ordem material e cultural que influenciam a formação humana. Essas afirmativas desconsideram a realidade histórica e objetiva, apresentando um fraco enraizamento científico.

Com base no exposto, observemos como a concepção de educação da FIESC está respaldada nesta teoria, exibindo alguns excertos extraídos da revista Indústria & Competitividade.

Na 12ª edição da revista, encontramos a referência às competências socioemocionais na seguinte passagem:

“Professores devem estimular a criatividade, o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes, além da capacidade de trabalho em equipe. Estas são habilidades requeridas no mundo do trabalho contemporâneo”, afirma Glauco José Côrte, presidente da FIESC, referindo-se às **competências não-cognitivas, ou socioemocionais**, que os jovens precisam desenvolver. Elas são consideradas tão importantes quanto as habilidades cognitivas, ligadas à capacidade de interpretar, refletir e pensar abstratamente (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2017, p. 57, grifo nosso).

Para a FIESC, as competências socioemocionais são atribuídas como requisitos para o mundo do trabalho, e que devem ser desenvolvidas nos jovens a partir da atuação dos professores no âmbito escolar. Além disso, podemos identificar o destaque que dão para as competências socioemocionais, considerando-as tão importante quanto às cognitivas.

A relação das competências socioemocionais com o mundo do trabalho, mais precisamente o setor produtivo, é novamente evidenciada na revista, desta vez, em sua 13ª edição.

“O desenvolvimento das **habilidades socioemocionais** dialoga diretamente com o esforço de preparar trabalhadores capazes de se colocar perante os desafios do século 21. A indústria deste novo século requer pessoas com desenvolvimento humano pleno, que vai além das habilidades cognitivas”, diz Mozart Neves Ramos, diretor do IAS e consultor do Movimento Santa Catarina pela Educação (BRANDÃO, 2017, p. 40, grifo nosso).

Aqui, conferem às competências socioemocionais certo grau de responsabilidade desenvolver plenamente os seres humanos. No entanto, entendemos que o desenvolvimento das potencialidades humanas em todas as suas dimensões não é possível enquanto estivermos vivendo numa sociedade de classes.

Ainda na 13ª edição da revista, podemos visualizar exemplos de como as competências socioemocionais são desenvolvidas em duas empresas. A primeira, numa empresa do setor de embalagens.

Na Termotécnica, de Joinville, maior transformadora de EPS (isopor) na América Latina e líder no Brasil na produção de embalagens de EPS, o desenvolvimento de lideranças por meio das **habilidades socioemocionais** está associado ao novo modelo de gestão adotado pela empresa em 2012. Os treinamentos são feitos pelo SENAI e Fundação Dom Cabral, alcançando todos os níveis de funcionários (BRANDÃO, 2017, p. 45, grifo nosso).

A segunda, na indústria de carnes.

Um programa realizado na unidade de Concórdia da BRF, fabricante de derivados de carne, envolveu 700 pessoas – boa parte da equipe operacional da fábrica – em um programa de desenvolvimento de **habilidades socioemocionais**. O objetivo era aprimorar o trabalho em equipe e reduzir o absenteísmo. Os trabalhadores foram estimulados a aprender a conviver e a respeitar diferenças, aperfeiçoar o relacionamento e a comunicação interpessoal no ambiente de trabalho (BRANDÃO, 2017, p. 45, grifo nosso).

Estes exemplos mostram que a disseminação e o desenvolvimento das competências socioemocionais extrapolam os limites escolares, passando a ser empregado diretamente no chão da fábrica.

Por sua vez, nesta mesma edição da revista, a de número 13, a questão das competências socioemocionais relacionadas ao âmbito escolar é novamente abordada, conforme o seguinte excerto:

A importância das **habilidades socioemocionais** já é reconhecida pela rede pública de ensino em Santa Catarina. O primeiro projeto nasceu no âmbito do Movimento Santa Catarina pela Educação. Inclui a aplicação de uma metodologia para desenvolver e avaliar a criatividade e pensamento crítico. O projeto é coordenado internacionalmente, em 15 países, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e no Brasil pelo Instituto Ayrton Senna. Chapecó foi o município escolhido para representar o Brasil. Em 2015 houve a capacitação de professores e no ano passado as ações foram implementadas em escolas estaduais e municipais, envolvendo 2,5 mil alunos. As competências não entram como disciplinas, mas como assuntos que permeiam o dia a dia escolar, como o planejamento das aulas ou a arquitetura das salas (BRANDÃO, 2017, p. 49, grifo nosso).

Podemos constatar que as competências socioemocionais já se fazem presente no âmbito escolar catarinense via parcerias envolvendo entidades da sociedade civil e organismos internacionais, que defendem tal proposta, com o Estado.

Outro trecho que aborda a defesa das competências socioemocionais por parte de um organismo internacional pode ser identificado na 15ª edição da revista.

Uma pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destacou a dificuldade dos jovens brasileiros na transição entre o ensino médio e o mundo do trabalho, em função não apenas da fragilidade dos conhecimentos mas também por

não terem as chamadas **competências socioemocionais** bem desenvolvidas. Trata-se de habilidades como facilidade para trabalho em grupo, capacidade de resolução de problemas, criatividade e espírito empreendedor, consideradas essenciais para a geração de resultados na indústria contemporânea (BRANDÃO et al., p. 38, grifo nosso).

BID também defende as competências socioemocionais. Inclusive financiou a referida pesquisa no valor de 180 mil dólares não reembolsáveis (FIESC, 2015c). O excerto mostra como o BID responsabiliza os jovens pela dificuldade de encontrarem empregos por conta da sua suposta falta de conhecimentos, ao mesmo tempo em que alegam que as competências socioemocionais desses jovens estariam atrofiadas. Ao estudar o projeto de educação do BID, Melgarejo (2017, p. 114) aponta que o banco defende tais competências como uma

[...] estratégia do capital para amestrar a força de trabalho, a partir da atuação do setor privado nas escolas com objetivo de de [sic] inserir os jovens no mercado de trabalho aos seus moldes e “fortalecer o vínculo” entre os egressos (trabalhadores desempregados) e o capital (na figura dos empregadores).

Dessa maneira, identificamos que as competências socioemocionais, fundamentadas no modelo *Big Five*, corresponde como mais uma das teorias em que está baseada a concepção de educação da FIESC, tal como a teoria do capital humano e a pedagogia das competências. Teorias que concebem a educação como meio de conformar a classe trabalhadora aos ditames do capital.

#### 4.3 Os intelectuais orgânicos da revista Indústria & Competitividade

A disseminação da concepção de educação da FIESC ocorre por diversas frentes, tais como a realização e participação em eventos, elaboração e aplicação de programas de formação e produção de documentos, este último constituindo como foco de nosso estudo a partir das edições da revista Indústria & Competitividade. Esta revista foi lançada no período em que Glauco José Côrte estava ocupando o cargo de presidente da FIESC (2011-2014; 2014-2018). Durante a sua permanência na presidência da FIESC, foi responsável por escrever a seção “Carta do Presidente” na revista Indústria & Competitividade. Além de Côrte, identificamos outros autores<sup>75</sup> que escreveram matérias na revista, ao qual consideramos como intelectuais orgânicos por difundirem a concepção de educação da FIESC a partir da revista. São eles: Antonio Delfim Netto, Mozart Neves Ramos, Alexandre

---

<sup>75</sup> Não incluímos aqui os jornalistas que escreveram matérias na revista por consideramos que estes não desempenham uma função enquanto intelectuais orgânicos.

Schwartzmann e Luiz Carlos Cancellier. A seguir, apresentamos estes autores informando sua formação, atuação profissional e outras características relevantes<sup>76</sup>.

Iniciamos com Glauco José Côrte. Ele constituiu-se como um dos mais importantes, senão, o mais importante intelectual orgânico da FIESC neste início do século XXI. Em relação a sua formação, graduou-se em Direito pela UFSC, em 1965, fez especializações na Fundação Getúlio Vargas (FGV), *American Graduate Scholl of Internacional Management*, do Arizona, Estados Unidos, e *International Institute for Management Development (IMD)*, de Lousanne, Suíça. Quanto a sua experiência profissional, foi professor e primeiro diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Trabalhou como diretor financeiro da Solteca<sup>77</sup> (Capivari de Baixo/SC), diretor adjunto da Eletrosul, (Rio de Janeiro), diretor financeiro e de relações com o mercado da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), vice-presidente da Portobello (Tijucas/SC), diretor da Portobello América (Estados Unidos), presidente do Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), membro do Conselho Deliberativo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial<sup>78</sup> e presidente da FIESC. Côrte é acionista-fundador da Inplac Indústria de Plásticos (Biguaçu/SC) e também ocupa cargos em conselhos de administração na Portobello, Multilog e Pedra Branca Empreendimentos Imobiliários. Entretanto, atualmente sua ocupação com maior destaque é como vice-presidente da CNI, chegando inclusive a presidir esta confederação por um tempo devido a um afastamento de então presidente interino Paulo Afonso Ferreira.

Côrte foi alcunhado de “senhor educação”<sup>79</sup> pelo seu envolvimento nas questões educacionais. Foi em sua gestão como presidente da FIESC que foi criado o então “Movimento A Indústria pela Educação”, que teria o objetivo de elevar a escolaridade e a qualificação dos trabalhadores da indústria catarinense. Outra iniciativa ligada à educação durante a gestão de Côrte foi a parceria entre a FIESC e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), por meio da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ), ao qual criaram o Programa Novos Caminhos<sup>80</sup>. Iniciado em 2013, este programa teria o objetivo de qualificar adolescentes com idade a partir dos 14 anos, que passaram ou ainda passam por medida protetiva de acolhimento (FIESC, 2018c).

<sup>76</sup> De acordo com Gramsci (2001, p. 221), “No estudo dos jornais como capazes de desempenhar a função de partido político, é preciso levar em conta os indivíduos singulares e sua atividade”.

<sup>77</sup> Hoje Complexo Termoeletrico Jorge Lacerda.

<sup>78</sup> Hoje atrelada ao Ministério da Economia.

<sup>79</sup> Rafael Martini, então colunista do jornal Diário Catarinense foi o responsável por criar esta denominação.

<sup>80</sup> Outros parceiros do programa são: Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Ordem dos advogados do Brasil (OAB/SC), Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), Associação Catarinense de Medicina (ACM), Fecomércio e Fundação ESAG (FIESC, 2018c).

Delfim Netto é economista formado pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA), em 1951. Tornou-se professor assistente e livre-docente pela mesma instituição. Foi Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Ministro de Estado da Fazenda, Embaixador do Brasil na França, Ministro de Estado da Agricultura, Ministro de Estado do Planejamento. Além de cargos no Poder Executivo, foi eleito diversas vezes como deputado federal. Transitou entre os partidos políticos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Partido Democrático Social (PDS), Partido Progressista Reformador (PPR), Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido Progressista<sup>81</sup> (PP) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro<sup>82</sup> (PMDB). Escreveu diversos textos na imprensa nacional, com destaque para o jornal Folha de São Paulo e as revistas Carta Capital e Valor Econômico.

Ramos é graduado em Química (1977) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e possui doutorado em Química (1988) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Possui ainda pós-doutorado pelo Dipartimento Di Chimica Industriale e Ingegneria Chimica Politecnico Di Mil (Itália). Foi professor e Reitor da UFPE. Atuou como Secretário de Educação de Pernambuco e membro do Conselho Nacional de Educação. Além disso, foi Presidente Executivo do movimento Todos Pela Educação. Atualmente, é Diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna.

Schwartzman fez Administração pela FGV de São Paulo, concluiu o mestrado em Economia pela USP e obteve doutorado em Economia pela Universidade da Califórnia, em Berkeley, Estados Unidos. Atuou como economista-chefe do grupo Santander Brasil, foi diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC). Atualmente é sócio-diretor da Schwartzman & Associados Consultoria Econômica e colunista do jornal Folha de São Paulo do portal Infomoney.

Pastore é licenciado e bacharel em Ciências Sociais pela USP, mestre em Ciências Sociais pela Escola Pós-Graduada de Sociologia e Política de São Paulo e Ph. D. em Sociologia pela Universidade de Wisconsin, Madison, Estados Unidos. Foi professor da FEA/USP, pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), chefe de assessoria técnica do então Ministério do Trabalho, membro do Conselho de Administração da OIT, consultor em Relações do Trabalho da CNI. Ademais, publicou diversos estudos sobre relações do trabalho e recursos humanos.

Possuindo graduação, mestrado e doutorado em Direito pela UFSC, Cancellier ocupava o cargo de reitor da UFSC em 2017, até cometer suicídio. Ele atuou em diversas

---

<sup>81</sup> Atualmente é denominado apenas de Progressistas.

<sup>82</sup> Hoje Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

funções dentro da universidade, como professor, coordenador de curso, diretor de centro, entre outros. Além disso, exerceu função no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e na Fundação José Arthur Boiteux (FUNJAB).

Como podemos inferir, a FIESC recorreu a outros intelectuais orgânicos que não possuem, diretamente, um vínculo com sua instituição para disseminar sua concepção de educação na revista *Indústria & Competitividade*. Partimos do entendimento que tais intelectuais não foram escolhidos aleatoriamente para compor a revista, mas sim por possuírem uma visão convergente com a da FIESC a respeito da educação, qual seja, a de trata-la como fator de produtividade. Dessa forma, esses intelectuais da burguesia disseminam uma concepção de mundo com vistas a conformar a classe trabalhadora à lógica do capital onde naturalizam a competitividade e buscam responsabilizar os trabalhadores por ela. Além disso, identificamos que esses intelectuais possuem alguma posição de destaque, como por exemplo, em secretarias executivas dos estados, reitorias de universidades, ministérios e órgãos colegiados do governo federal, bem como em órgãos de organismos internacionais, fazendo com que suas ideias aparecessem como sendo de “especialistas”, objetivando, talvez, legitimar suas posições perante a sociedade.

Apesar de destacarmos o perfil desses intelectuais orgânicos, compreendemos a revista *Indústria & Competitividade* enquanto um intelectual coletivo semelhante à atuação do partido político na acepção gramsciana. Para Gramsci (2010, p. 24), a função do partido político em relação com a questão dos intelectuais orgânicos é caracterizado em dois sentidos:

1) para alguns grupos sociais, o partido político é nada mais do que o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos [...] 2) o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais;

Gramsci (2010) considerava os jornais e revistas como possibilidades de organizar e disseminar determinados tipos de cultura. Durante seu período carcerário, o autor escreveu que os jornais italianos cumpriam duas funções: “de informação e de direção política geral, e a função de cultura política, literária, artística, científica” (GRAMSCI, 2010, p. 218). Ainda conforme este autor, ressalta ainda que na Itália, à época em que escrevia seus textos carcerários, devido à falta de partidos organizados e centralizados, era necessário o recurso dos jornais, pois “são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos (GRAMSCI, 2010, p. 2018).

## 5 Considerações finais

O estudo que delineamos até aqui buscou analisar a concepção de educação da FIESC expressa na revista *Indústria & Competitividade*, período 2013 a 2018. Partimos da problemática que visou compreender qual é a concepção defendida pelo empresariado industrial catarinense, representado pela FIESC. Ressaltamos que a escolha deste tema está ligada à pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo grupo de pesquisas Lute da UDESC, sob coordenação da professora Mariléia Maria da Silva.

Para responder a nossa problemática estabelecemos objetivos específicos que se materializaram em algumas das seções de nosso trabalho, são elas: *O empresariado industrial e a educação: a particularidade histórica da FIESC* (seção dois); *A revista indústria & competitividade e o debate sobre educação* (seção três); *As formulações educacionais na revista indústria & competitividade* (seção quatro). Porém, antes da exposição destas seções, apresentamos, na seção inicial, a justificativa que nos levou a efetuar esta pesquisa, indo para além da vinculação com a pesquisa do Lute. A motivação para a escolha do tema aconteceu devido à atuação abrangente da FIESC no campo educacional, que não se restringe apenas ao âmbito da educação escolar, apesar de que houve uma investida do empresariado industrial neste plano; mas, sobretudo, a partir de iniciativas que visam disseminar sua concepção de mundo (e de educação) para além dos muros escolares. Além disso, a escolha pelo estudo da FIESC não foi arbitrária, ela é uma das maiores entidades empresarias de Santa Catarina e vem assumindo uma postura de liderança frente aos outros setores no que diz respeito à educação.

Ainda na seção introdutória, apresentamos o referencial teórico que balizou a análise de nosso objeto de investigação. Método, sociedade (classes sociais), Estado e educação formaram o conjunto de princípios e categorias que deram condições para que pudéssemos analisar a concepção de educação da FIESC expressa na revista *Indústria & Competitividade*. Também trilhamos um caminho metodológico no qual identificamos, selecionamos e analisamos a fonte de dados de nosso estudo materializada nas 16 primeiras edições da referida revista. Outro procedimento metodológico que adotamos foi a realização do balanço da produção acadêmica, na área da educação, sobre a concepção educacional do empresariado industrial. Constatamos que poucos estudos efetuados nesta área abordaram o envolvimento do setor industrial no âmbito da educação a partir do século XXI. Dentre os estudos concretizados, evidenciamos a falta de estudos sobre este tema no contexto catarinense. Notamos, também, que a maioria dos autores que estudaram a educação defendida pelos

empresários industriais identificou a teoria do capital humano e a pedagogia das competências como fundamentos da concepção de educação desta fração de classe.

No que se refere à segunda seção de nossa pesquisa, identificamos que a FIESC foi criada para atender aos anseios do empresariado industrial de possuir uma representação no estado catarinense. Tais anseios não se restringiam à esfera educação, na verdade, como podemos mostrar em nosso estudo, um dos objetivos dos empresários era melhorar as condições de infraestrutura de Santa Catarina de modo desenvolver econômica e socialmente o estado. Apesar disso, a pauta da educação já estava presente na origem da FIESC, tanto que logo nos seus primeiros anos criaram os departamentos regionalizados do SESI e do SENAI, bem como do IEL. Por seu turno, a questão da educação adquiriu maior foco nos primeiros anos do século XXI, com o aumento exponencial de sua oferta, como por exemplo, a modalidade de educação à distância do SENAI. Nesse período, a FIESC também lançou seus primeiros programas de pós-graduação. Atualmente, ela oferta educação em diversas etapas e modalidades: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional, graduação tecnológica e pós-graduação.

Além disso, destacamos duas outras iniciativas da FIESC: a criação do então “Movimento A Indústria pela Educação”, em 2012, que ganhou novos contornos a partir da adesão das federações empresariais do comércio, agricultura e transportes, alterando sua nomenclatura para “Movimento Santa Catarina pela Educação”; e a revista Indústria & Competitividade, publicada pela primeira vez em 2013.

A respeito da terceira seção, elaboramos uma sistematização da revista Indústria & Competitividade de forma a apresentar alguns de seus aspectos, como os motivos de seu surgimento, seus objetivos, público destinado e enfoques temáticos. Os responsáveis pela criação da revista apontaram o desejo de possuir bons canais de comunicação com a sociedade e a necessidade de manter a indústria competitiva no cenário global, como justificativas pelo surgimento desta publicação. Quanto aos seus objetivos, a revista se inseriria no debate sobre o desenvolvimento social e econômico de Santa Catarina. Todavia, encaramos esta iniciativa da FIESC como forma de difundir para toda a sociedade sua concepção de mundo, tornando um projeto de sociedade particular como se fosse universal, buscando criar o consenso ativo da classe trabalhadora. Já sobre o conteúdo da revista, identificamos que não se limitam à educação, pelo contrário, de acordo com nossa análise, mais de 75% das matérias abordam temas como economia, logística, legislação, sustentabilidade, entre outros.

Em relação às matérias, identificamos que seus autores apresentam diagnósticos e proposições com base em dados, por vezes, sem a indicação de fonte. Também visualizamos algumas contradições na argumentação dos autores, como é o caso das matérias escrita por Kormives (2013b), onde relata que o ingresso de empresas do setor automotivo em Santa Catarina se deu pelos altos indicadores de qualidade de educação de Santa Catarina, o que contraria a matéria *Por um ambiente favorável à produção* (INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE, 2014), onde diz que os empresários industriais indicam a baixa escolaridade e falta de trabalhadores qualificados com o principal ponto fraco do setor catarinense. Outra contradição aparece entre as matérias escritas por Fischer (2013a) e Ramos (2014) acerca do atual modelo de educação e seu direcionamento para os jovens ingressarem na universidade. Para o primeiro, este ponto seria um problema porque não direcionaria os jovens para o mercado de trabalho, alegando um prejuízo da produtividade da indústria. Este autor traz dados de que o Brasil tem poucos jovens cursando o ensino médio junto com o ensino profissionalizando, e compara esta situação com Coreia, Japão e Alemanha onde o percentual de jovens nesta condição ultrapassa os 50% (FISCHER, 2013a). Por outro, para o segundo autor, o ensino médio poderia sim direcionar os jovens para a universidade.

Um ponto que nos chamou a atenção foi a fala de Fischer (2013a, p. 20) sobre a relação que a iniciativa de elevar a escolaridade dos trabalhadores catarinenses a partir do “Movimento Santa Catarina pela Educação” tem com outro movimento criado pelos empresários na educação:

[...] a ação da indústria se agrega a outras importantes iniciativas, como o movimento Todos pela Educação, que envolve no plano nacional representantes de diversos setores da sociedade, e a campanha A Educação Precisa de Respostas, do grupo de comunicações RBS [...].

Segundo Casarotto (2017), o “Movimento Santa Catarina pela Educação” é uma réplica, a nível estadual, do movimento Todos pela Educação. Nesse sentido, apontamos a necessidade de estudos que aprofundem as congruências entre estas duas iniciativas, para melhor compreendermos suas formas de atuação em cada contexto.

No tocante a quarta seção, aprofundamos as análises sobre as formulações da FIESC expressas na revista Indústria & Competitividade. Em um primeiro momento, categorizamos os diagnósticos e as proposições realizados pelos autores das matérias a partir de alguns eixos: qualidade da educação, escolaridade e produtividade dos trabalhadores, modelo educacional, currículo das escolas e das universidades e professores. Com base nisso, revelamos que a

FIESC atua em uma frente ampla no campo educacional, principalmente por meio do “Movimento Santa Catarina pela Educação”. Embora a análise do referido movimento não tenha sido objeto específico de nosso estudo, identificamos que ele balizou temáticas centrais para cada ano desde a sua constituição. De acordo com a FIESC (2017), até o ano de 2018, as seguintes temáticas foram definidas: mobilização da indústria (2012-2013), família (2014), jovens (2015), gestão (2016), professores (2017) e educação integral (2018). Aqui, também ressaltamos a importância de se realizar um estudo sobre esta iniciativa da FIESC, como maneira de compreendermos suas formas organizativas.

Num segundo momento, evidenciamos as teorias que fundamentam a concepção de educação da FIESC. Elas se constituem como a teoria do capital humano, a pedagogia das competências e as competências socioemocionais. Em nossa investigação, tecemos algumas críticas nestas formulações apontando suas fragilidades teóricas. Sobre o capital humano, identificamos o falso pressuposto de que todos os indivíduos possuem condições de igualdade e liberdade de fazerem escolhas, ao mesmo tempo em que revelamos a ocultação do processo histórico que produziu, de um lado, proprietários de meios de produção da vida material, e de outro, trabalhadores destes meios, a não ser única e exclusivamente sua força de trabalho. Quanto às competências socioemocionais, destacamos o falso consenso de haver uma natureza e um modo de ser da personalidade humana, contrariando o constructo *Big Five* como modelo de identificar traços da personalidade. Também criticamos o reducionismo que tais teorias proporcionam à formação da classe trabalhadora. Todas as três teorias partem do pressuposto de que a educação deve estar subordinada à lógica do capital.

Finalizando a quarta seção, procuramos demonstrar que a disseminação da concepção de educação expressa na revista *Indústria & Competitividade* é exercida por intelectuais orgânicos da burguesia, tornando a própria revista um intelectual coletivo. A FIESC não apresenta originalidade em suas formulações. Ela não formula, mas difunde concepções de mundo a partir de intelectuais orgânicos ligados a outros aparelhos privados de hegemonia. Em *Livre para crescer: proposta para um Brasil moderno*<sup>83</sup>, livro publicado pela FIESP em 1990, já era possível ver a defesa da teoria do capital humano como políticas de formação para a classe trabalhadora brasileira.

A prioridade máxima para o setor público na área social nos anos 90 deve ser a formação de capital humano em todos os níveis, mediante a adoção de políticas de educação, treinamento, saúde e planejamento familiar (FIESP, 1990, p. 209).

---

<sup>83</sup> Um dos consultores responsável pela elaboração do livro foi José Pastore, que foi o entrevistado da matéria *Educação é para jovens, adultos e idosos* (PASTORE, 2016) da revista *Indústria & Competitividade*.

Visualizamos, também, a assimilação de formulações advindas de organismos internacionais por parte da FIESC, que por sua vez, difundem explicitamente nas matérias da revista *Indústria & Competitividade*. O documento *Human capital: how what you know shapes your life* (O capital humano: como o seu conhecimento compõe a sua vida), lançado em 2007 pela OCDE, faz uma defesa da teoria do capital humano, que por sua vez, é compartilhada pela FIESC.

A partir do exposto acima, compreendemos que a FIESC reduz a educação a um fator de produtividade. As formulações educacionais da qual a FIESC se baseia para apresentar sua concepção de educação por meio da revista *Indústria & Competitividade* demonstram implícita e explicitamente o papel que ela deve assumir – tornar o trabalhador mais produtivo, visando tornar a indústria mais competitiva. Entretanto, esta concepção educacional também oculta outro papel de significativa importância para a burguesia, que é de conformar a classe trabalhadora ao sistema do capital, naturalizando-a e responsabilizando-a pela competitividade inscrita nesta lógica. Impedindo assim, que haja qualquer tentativa, por parte dos trabalhadores, de questionar o modo de produção vigente.

Considerando essas formulações educacionais dentro da perspectiva da classe dominante, nos inserimos na disputa no campo educacional a partir dos interesses da classe dos trabalhadores, de modo que, nos posicionamos contrários a elas. Defendemos uma educação voltada para formação humana em que seja possível o desenvolvimento de todas as suas potencialidades, ou seja, para a emancipação humana (TONET, 2005). Mas compreendemos que essa perspectiva educacional só poderá ser materializada a partir do momento em que for superada a sociedade classista fundada na exploração do homem pelo homem por meio da propriedade privada dos meios de produção e da compra e venda da força de trabalho. No entanto, concordamos com Tonet (2005), acreditando que é possível realizamos atividades educativas emancipadoras que possam contribuir para a construção de uma nova sociedade.



## Referências

AGUIAR, L. C. A política educacional catarinense no projeto desenvolvimentista modernizador da década de 1960. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, p. n.21, 145-175, 2009. Disponível em: <[http://ojs.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38544/pdf\\_111](http://ojs.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38544/pdf_111)>. Acesso em: 12 mai. 2019.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. A “revisão bibliográfica” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria N. (Orgs.) **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. Florianópolis/São Paulo: EDUFSC/Cortez, 2002.

AMORIM, Maria Gorete Rodrigues de. **Educação para o trabalho ou para a formação humana: a proposta educacional do capital para trabalhadores jovens materializada no ProJovem**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/31880/3/2017\\_tese\\_mgramorim.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/31880/3/2017_tese_mgramorim.pdf)>. Acesso em: 18 mai. 2019.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. **Sociologia**, v. 27, p. 11-25, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0872-34192014000100002](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-34192014000100002)>. Acesso em: 20 mai. 2019.

AQUINO, Júlio Groppa. **Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1997.

BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. Práxis e educação em Gramsci. **Filosofia e Educação**, v. 2, p. 181-203, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635530/3323>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BENETTI, Estela. Mandato de Glauco José Côrte na Fiesc é ampliado por mais um ano. In: **Diário Catarinense**, Florianópolis, 18 jun. 2016. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/colunistas/estela-benetti/noticia/2016/06/mandato-de-glauco-jose-corte-na-fiesc-e-ampliado-por-mais-um-ano-6046054.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BIANCHI, Alvaro. Gramsci além de Maquiavel e Croce: Estado e sociedade civil nos Quaderni del carcere. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, v. 12, p. 35-55, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27903603>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

BRANDÃO, Vladimir. A indústria não é mais aquela. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 10, p. 22-38, 2016a.

\_\_\_\_\_. O despertar do capital humano. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 11, p. 26-45, 2016b.

\_\_\_\_\_. O jeito certo de crescer. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 9, p. 28-45, 2016c.

\_\_\_\_\_. O trabalho agora é outro. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 15, p. 34-51, 2017.

BRANDÃO, Vladimir et al. Juventude 4.0. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 13, p. 34-51, 2018.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Versão final, 2018. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRAZIL-TODAY. 2018. Disponível em: <<https://www.brazil-today.org/>>. Acesso em 30 out. 2018.

BUENO, EDUARDO. Produto nacional: uma história da indústria no Brasil. Brasília: CNI, 2008. Disponível em: <[https://static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer\\_public/8b/fa/8bfadc6b-7b10-4fc8-9b8c-966f3b6a5570/20121101200355480836e.pdf](https://static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/8b/fa/8bfadc6b-7b10-4fc8-9b8c-966f3b6a5570/20121101200355480836e.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

CAMBRIDGE CENTER FOR BRAZILIAN STUDIES. About. 2018. Disponível em: <<http://cambridgebrazil.org/about/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

CANCELLIER, Luis Carlos. Desafios para aproximar academia e indústria. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 10, p. 70-70, 2016.

CAVALVANTE, Rafael Gomes. **Educação para o trabalho precarizado**: uma análise da reforma trabalhista como limite da proposta de educação da burguesia industrial. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/39155/R%20-%20D%20-%20RAFAEL%20GOMES%20CAVALCANTE.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CHESNAIS, François. O Capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: \_\_\_\_\_. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Agência de notícias: História. Brasília, 2015a. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2015/05/historia/>>. Acesso em: 03 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Agência de notícias: Sistema indústria. Brasília, 2015b. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2015/05/sistema-industria/>>. Acesso em: 03 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Código de ética**. Brasília, 2017. Disponível em: <[https://static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer\\_public/07/bb/07bba7cd-1471-4601-a71f-0f666baa71bf/codigo-de-etica-final-web.pdf](https://static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/07/bb/07bba7cd-1471-4601-a71f-0f666baa71bf/codigo-de-etica-final-web.pdf)>. Acesso em: 16 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Estatuto**. Brasília, 2016. Disponível em: <[https://static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/uploads/arquivos/Estatuto\\_CNI\\_251017.pdf](https://static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/uploads/arquivos/Estatuto_CNI_251017.pdf)>. Acesso em 03 out. 2017.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso**: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Revan :UFRJ, 1994.

CÔRTE, Glauco José. A indústria do futuro depende do presente. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 10, p. 3, 2016a.

\_\_\_\_\_. Agenda para restaurar a competitividade. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 5, p. 3, 2014a.

\_\_\_\_\_. Desafios e realizações. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 1, p. 3, 2013.

\_\_\_\_\_. Indústria renovada e saudável. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 3, p. 3, 2014b.

\_\_\_\_\_. Não é gasto, é investimento. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 11, p. 3, 2016b.

\_\_\_\_\_. Novos tempos, novas atitudes. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 14, p. 3, 2017a.

\_\_\_\_\_. Oportunidades batem a porta. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 13, p. 3, 2017b.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DORNELLAS, L. C. G. **O projeto educativo da Fundação Vale: uma investigação sobre o Programa Escola que Vale**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2682/1/liegecoutinhogoulartdornellas.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

DORNELAS, L. G.; MARTINS, A. S. A parceria como ferramenta de ação empresarial na definição da política de formação continuada de professores. **EccoS**, São Paulo, n. 30, p. 113-128. jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://4www.redalyc.org/pdf/715/71525769007.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – 2. São Paulo: Editora Escala, 1990?.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: Ronaldo M. L. Araujo; Doriedson S. Rodrigues. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. 1. ed. Campinas-SP: Alínea, 2012.

EVANGELISTA, Simone Torres; VALENTIM, Igor Vinicius Lima. Remuneração variável de professores: controle, culpa e subjetivação. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 999-1018, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n3/16.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

FARIA, Camila Grassi Mendes de. **O projeto de formação profissional da Confederação Nacional da Indústria e as políticas públicas de educação profissional: confluências entre o público e o privado na educação brasileira nos anos 2000**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <[http://www.ppge.ufpr.br/dissertacoes%20m2014/m2014\\_Camila%20Grassi%20Mendes%20de%20Faria.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/dissertacoes%20m2014/m2014_Camila%20Grassi%20Mendes%20de%20Faria.pdf)>. Acesso em: 30 mai. 2018.

FATTORELLI, Maria Lucia. **Auditoria Cidadã da Dívida Pública**: experiências e métodos. Brasília: Inove Editora, 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **FIESC**: relatório anual 2016. Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://fiesc.com.br/download/file/fid/25678>>. Acesso em: 10 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **FIESC 65 anos**: o passo à frente da indústria catarinense. 2. ed. Editora Expressão, 2015a. Disponível em: <<https://issuu.com/fiescpublicacoes/docs/ebook-fiesc-65-anos>>. Acesso em 10 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Imprensa: Dia da Família na Escola vira lei em Santa Catarina. 2016a. Disponível em: <<http://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/dia-da-familia-na-escola-vira-lei-em-santa-catarina>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Imprensa: Em parceria com a FIESC, Federação de Rondônia lança Movimento pela Educação. 2016b. Disponível em: <<http://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/em-parceria-com-fiesc-federacao-de-rondonia-lanca-movimento-pela-educacao>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Imprensa: FIESC apresenta Movimento pela Educação em evento nacional. 2015b. Disponível em: <<http://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/fiesc-apresenta-movimento-pela-educacao-em-evento-nacional>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Imprensa: FIESC, BID e Secretaria de Educação iniciam pesquisa na área educacional. 2015c. Disponível em: <<http://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/fiesc-bid-e-secretaria-de-educacao-iniciam-pesquisa-na-area-educacional>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Imprensa: Ministro conhece ações do Movimento Santa Catarina pela Educação. 2016c. Disponível em: <<http://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/ministro-conhece-acoes-do-movimento-santa-catarina-pela-educacao>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Imprensa: Movimento SC pela Educação tem reconhecimento nos EUA. 2018a. Disponível em: <<http://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/movimento-sc-pela-educacao-tem-reconhecimento-nos-eua>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Imprensa: Programa Novos Caminhos dá oportunidades a adolescentes em situação de acolhimento. 2018c. Disponível em: <<http://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/regulamentacao-da-terceirizacao-sinaliza-seguranca-empresas-e-trabalhadores>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Imprensa: Regulamentação da terceirização sinaliza segurança a empresas e trabalhadores. 2015d. Disponível em: <<http://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/regulamentacao-da-terceirizacao-sinaliza-seguranca-empresas-e-trabalhadores>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Movimento A Indústria pela Educação**. Florianópolis, 2013.

\_\_\_\_\_. **Movimento Santa Catarina pela Educação**: mobilização, articulação, influência - por uma agenda comum pela educação para o mundo do trabalho. Florianópolis, 2018b.

Disponível em:

<[http://www.santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo161\\_1.pdf](http://www.santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo161_1.pdf)>. Acesso em 16 jan. 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Livre para crescer**: proposta para um Brasil moderno. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990.

FISCHER, Diógenes. No topo da agenda catarinense. In: *Indústria & Competitividade*, [Florianópolis], n. 3, p. 64-67, 2014.

\_\_\_\_\_. Sem gente instruída não há indústria competitiva. In: *Indústria & Competitividade*, [Florianópolis], n. 1, p. 15-37, 2013a.

\_\_\_\_\_. Um mapa estratégico para a indústria. In: *Indústria & Competitividade*, [Florianópolis], n. 2, p. 22-43, 2013b.

FONTES, V. A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo. **Crítica Marxista** (São Paulo), v. 36, p. 103-114, 2013. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie61merged\\_document\\_275.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie61merged_document_275.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Formação dos trabalhadores e luta de classes. **Trabalho Necessário**, v. 14, p. 13-23, 2016.

\_\_\_\_\_. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola Improdutiva 30 anos depois: Regressão Social e Hegemonia às Avessas. **Trabalho Necessário**, v. 1, p. 206-233, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8619/6182>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Capital humano. In: Isabel Brasil Pereira e Julio César França Lima. (Org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/Dicionario2.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na Década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade** (Impresso), Campinas, v. 1, p. 93-130, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

GERES, Mauro. Caminhões de conhecimento. In: *Indústria & Competitividade*, [Florianópolis], n. 6, p. 64-67, 2015a.

\_\_\_\_\_. O segredo de Singapura. In: *Indústria & Competitividade*, [Florianópolis], n. 16, p. 64-69, 2018.

\_\_\_\_\_. Para incluir não basta exigir. In: *Indústria & Competitividade*, [Florianópolis], n. 10, p. 48-53, 2016a.

\_\_\_\_\_. Produtividade é com a gente. In: *Indústria & Competitividade*, [Florianópolis], n. 8, p. 50-54, 2015b.

\_\_\_\_\_. Que sejam bem-vindos os voluntários. In: *Indústria & Competitividade*, [Florianópolis], n. 9, p. 58-61, 2016b.

GOULARTI FILHO, A. O planejamento estadual em Santa Catarina 1955-2002. **Ensaio FEE** (Impresso), Porto Alegre, v. 26, n.1, p. 627-660, 2005. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/2096/2478>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo, Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 2. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GRUPO RBS. A educação precisa de respostas. 2012. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/precisamosderespostas/pagina,0,0,0,0,Sobre-o-projeto.html>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

IASI, Mauro. A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada. In: \_\_\_\_\_ **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017a.

\_\_\_\_\_. Estado, Ditadura e permanências: sobre a forma política. In: IASI, Mauro. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017b.

INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE. [Florianópolis], n. 1, 2013.

INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE. [Florianópolis], n. 4, 2014.

INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE. [Florianópolis], n. 10, 2016.

INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE. [Florianópolis], n. 12, 2017.

INDÚSTRIA & COMPETITIVIDADE. [Florianópolis], n. 16, 2018.

Katrein, Camila. **Os Programas de Aprendizagem Profissional e o projeto do capital para a juventude trabalhadora**. Dissertação (mestrado acadêmico) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

KORMIVES, Eduardo. Construindo o próprio futuro. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 1, p. 68-69, 2013a.

\_\_\_\_\_. O novo motor da economia catarinense. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 1, p. 40-47, 2013b.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LENIN, Vladimir Ilich. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LIMA, Francisca das Chagas Silva. **A formação técnico-profissional face aos processos de reestruturação produtiva maranhense e às diretrizes educacionais**. 2007. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

Disponível em:

<[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3167/1/2007\\_Tese\\_FCSSLIMA.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3167/1/2007_Tese_FCSSLIMA.pdf)>. Acesso em: 29 mai. 2018.

LOPES, Vânia Pereira Moraes. **A intervenção do empresariado na educação escolar: análise das diretrizes e ações no município de Feira de Santana - Ba (2001-2008)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2013. Disponível em: <<http://www2.uefs.br/ppge/dissertacao/dissertacao-lobes-2013.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2017.

MAGALHÃES, S. M. O.; SOUZA, R. C. C. R. Qualidade social e produção do conhecimento. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 58, p. 253-270, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n58/1984-0411-er-58-00253.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

MAIA, M. B. P. **Mudanças no mundo do trabalho, educação e reprodução social dos industriários no Ceará**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em:

<[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3651/1/2010\\_DIS\\_MBPMAIA.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3651/1/2010_DIS_MBPMAIA.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2018.

MARCOLINO, A.; IBARRA, A.; PELATIERI, P.; CAMARGOS, R. C. M. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. In: Andre Gambier Campos (Org.). **Terceirização do Trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas**. IPEA, 2018. 1ed. Brasília: Editora do IPEA, 2018. Disponível em:

<[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180215\\_terceirizacao\\_do\\_trabalho\\_no\\_brasil\\_novas\\_e\\_distintas\\_perspectivas\\_para\\_o\\_debate.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180215_terceirizacao_do_trabalho_no_brasil_novas_e_distintas_perspectivas_para_o_debate.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

MARQUES, Fabrício. Lugar de estudantes também é na fábrica. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 6, p. 26-31, 2015a.

\_\_\_\_\_. Os jovens “têm-têm” dão o exemplo. In: *Indústria & Competitividade*, [Florianópolis], n. 7, p. 50-55, 2015b.

MARQUES, Fabrício; BRANDÃO, Vladimir. Redes de cérebros para a indústria. In: *Indústria & Competitividade*, [Florianópolis], n. 16, p. 26-44, 2018.

MARTINS, A. S. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo Todos pela Educação. **Práxis Educativa** (Impresso), v. 1, p. 21-28, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/rodrigo/Downloads/467-1456-2-PB.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2018.

MARTINS, A. S. et al. Empresários e educação: reflexões sobre o projeto educacional da Federação das Indústrias de Minas Gerais. **Educação em Foco** (Juiz de Fora), v. 18, p. 179-207, 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2014/06/texto-7.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2017.

MARTINS, A. S.; PINA, Leonardo Docena. Crítica à concepção empresarial de educação: uma contribuição da pedagogia histórico-crítica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 7, p. 100-109, 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12410/9507>>. Acesso em: 03 out. 2017.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política: livro 1 : o processo de produção do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política: livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã**. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELGAREJO, Mariano Moura. **A agenda do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a educação**: um estudo do acordo com a Rede Municipal de Educação de Florianópolis. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188268/PEED1302-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

MELLO, Maitê Sarmet Moreira Smiderle. **Educação não formal para líderes sindicais empresariais**: avaliação do projeto avança sindicato. 2017. 77 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasília, 2017. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5053733#](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5053733#)>. Acesso em: 13 jun. 2018.

MELO, A. A educação básica na proposta da Confederação Nacional da Indústria. **Educação e Pesquisa** (USP. Impresso), v. 38, p. 1-26, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop265.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MELO, A. **O projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a educação básica nos anos 2000**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <[http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2010/d2010\\_Alessandro%20de%20Melo.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2010/d2010_Alessandro%20de%20Melo.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2018.

MELO, A. et al. Educação e trabalho na perspectiva do empresariado brasileiro: o projeto de educação básica da Confederação Nacional da Indústria. **Cadernos CEDES** (Impresso), v. 34, p. 333-348, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v34n94/0101-3262-ccedes-34-94-0333.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2017.

MELO, Adriana Almeida Sales de. et al. Mudanças na educação básica no capitalismo neoliberal de Terceira Via no Brasil. In: MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. V. W. **Educação básica**: tragédia anunciada?. São Paulo: Xamã, 2015.

MENDONÇA, S. R. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. **Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, 2014. Disponível em: <[http://www.jurupari.unir.br/uploads/36363636/arquivos/MENDON\\_A\\_\\_S\\_601963219.pdf](http://www.jurupari.unir.br/uploads/36363636/arquivos/MENDON_A__S_601963219.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2018.

MÉSZÁROS, István. Das crises cíclicas à crise estrutural. In: \_\_\_\_\_. **Atualidade histórica da ofensiva socialista**: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, Antonio Delfim. Só a indústria pode puxar o País. In: **Indústria & Competitividade**, [Florianópolis], n. 2, p. 6-8, 2013. Entrevista.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Revista Novos Estudos CEBRA**. São Paulo, n. 22, 1988. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-22>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

PANIAGO, C. A Crise Estrutural e a Centralidade das Classes Sociais. **Revista Katálysis** (Impresso), v. 17, p. 50-58, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802014000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802014000100005)>. Acesso em: 18 nov. 2017.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. **A política de competências e habilidades na educação básica pública: relações entre Brasil e OCDE**. 2016. 284 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22756/3/2016\\_RodrigodaSilvaPereira.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22756/3/2016_RodrigodaSilvaPereira.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2019.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação: Gabinete. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?pagina=govgabinete&menu=1&submenuid=sobre>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RAMOS, M. N.. Pedagogia das competências. In: Isabel Brasil Pereira e Julio César França Lima. (Org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/Dicionario2.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2019.

RAMOS, Mozart Neves. Pé no acelerador da educação. In: **Indústria & Competitividade**, [Florianópolis], n. 4, p. 6-8, 2014. Entrevista.

REIS, Jane Maria dos Santos. **A pedagogia industrial da FIEMG: um estudo sobre o pensamento empresarial a partir da revista vida industrial (1961-1974)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13651/1/PedagogiaIndustriaFIEMGparte1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

RISSO, A. L. **A construção do discurso competente**: um estudo sobre a Revista Agitação do Centro de Integração Empresa-Escola. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2009. Disponível em: <[https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/394/1/B\\_Antonio%20Luis%20Risso.pdf](https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/394/1/B_Antonio%20Luis%20Risso.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2018.

RODRIGUES, José. Frações burguesas em disputa e a educação superior no governo Lula. **Revista Brasileira de Educação** (Impresso), v. 12, p. 120-136, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27503410>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **O moderno príncipe industrial**: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: Autores associados, 1998.

SALVADOR, Evilasio. Crise do capital e o socorro do fundo público. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.) et al. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Fundo Público e Financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista** (Online), v. 14, p. 4-22, 2012.

SANTA CATARINA. Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017. Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina. **Diário Oficial Eletrônico Estado de Santa Catarina**, [Florianópolis], SC, 2017. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-17335-2017-santa-catarina-consolida-as-leis-que-dispoem-sobre-a-instituicao-de-datas-e-festividades-alusivas-no-ambito-do-estado-de-santa-catarina>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

SANTO, M. H. E.; MENDES, A. N. . O Fundo Público e o Capital Portador de Juros: O Papel da Dívida Pública Brasileira no Capitalismo Contemporâneo. **Pesquisa & Debate** (São Paulo. 1985. Online), v. 27, p. 25-44, 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/download/23037/19254>>. Acesso em: 03 set. 2018.

SANTOS, D.; PRIMI, R. **Desenvolvimento socioemocional e aprendizado escolar**: uma proposta de mensuração para apoiar as políticas públicas. São Paulo: OCDE, Instituto Airton Senna, Governo do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://educacaoec21.org.br/wp-content/uploads/2013/07/desenvolvimento-socioemocional-e-aprendizado-escolar.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SANTOS, Jane Eire Rigoldi dos. **Política de avaliações externas**: a ênfase na questão das competências cognitivas e socioemocionais. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2015. Disponível em:

<<http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2015%20-%20Jane%20Eire.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1973.

SCHWARTSMAN, Alexandre. É preciso fazer mais com menos. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 5, p. 6-8, 2014. Entrevista.

SEKI, Allan Kenji. **O capital e as universidades federais no Governo Lula**: o que querem os industriais?. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/129580/329748.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

SHIROMA, E. O. et al. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n.2, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/9769/8999>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

SHIROMA, E. O. et al. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, Magda Emanuele Lima da. **Dinâmica da indústria brasileira no período 2002-2017**: uma estimação da Lei de Kaldor - Verdoorn. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2018. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/25695/1/MagdaEmanueleLimaDaSilva\\_DISSERT.pdf](http://www.repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/25695/1/MagdaEmanueleLimaDaSilva_DISSERT.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2018.

SILVA, M. M. Geração à deriva: jovens nem nem e a superfluidez da força de trabalho no capital-imperialismo. **Revista de Educação Pública**, v. 25, p. 119, 2016. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/2136/pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SIMIONI, Lilian. Não adianta só matricular as crianças. In: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 5, p. 64-67, 2014.

SMOLKA, A. L. B. et al. O problema da avaliação das habilidades socioemocionais como política pública: explicitando controvérsias e argumentos. **Educação e sociedade**, v. 36, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v36n130/0101-7330-es-36-130-00219.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

SOUZA, E. G. **Relação trabalho-educação e questão social no Brasil**: uma leitura do pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria - CNI (1930-2000). 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2012. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/250742/1/Souza\\_ElisabeteGoncalvesde\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/250742/1/Souza_ElisabeteGoncalvesde_D.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SOUZA, J. I. **Política de remuneração e carreira dos professores da rede estadual de ensino de Santa Catarina (2011-2014)**: a parcialidade na implementação do piso nacional e a (des)valorização docente. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/129184/330270.pdf>>. Acesso em 19 jun. 2019.

SOUZA, Mário Luiz de. **As letras e o consenso**: burguesia, educação, imprensa e hegemonia. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/83491149-As-letras-e-o-consenso-burguesia-educacao-imprensa-e-hegemonia.html>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

SOUZA, Sandra Zákia. Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 407-420, jul. 2014. Disponível em: <<http://submission.scielo.br/index.php/aval/article/view/135910/8741>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

TONET, Ivo. Educar para a cidadania ou para a liberdade?. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 469-484, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9809/9044>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

TONET, Ivo. O padrão moderno: centralidade da objetividade. In: **Método científico**: uma abordagem ontológica. 1. ed. São Paulo: Instituto Lukács, p. 29-64, 2013.

VANIN, Alexsandro. De volta para o futuro. In: *Indústria & Competitividade*, [Florianópolis], n. 14, p. 46-52, 2017.

WEG. História. Disponível em: <<https://www.weg.net/institutional/BR/pt/history>>. Acesso em: 25 set. 2018.

WORLD SKILLS. History. Disponível em: <<https://www.worldskills.org/about/#history>>. Acesso em: 30 set. 2018.

**Apêndice A – lista de sindicatos patronais filiados à FIESC**

<b>Nome do sindicato</b>	<b>Cidade-sede</b>
Sindicato da Indústria da Informática do Estado de Santa Catarina – Siesc	Florianópolis
Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria, Produtos de Cacau, Balas, Massas Alimentícias, Biscoitos, Doces e Conservas Alimentícias de Concórdia – Sindipan	Concórdia
Sindicato Das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Brusque – Simmeb	Brusque
Sindicato das Indústrias Químicas do Sul Catarinense – Sinquisul	Criciúma
Sindicato da Indústria de Torrefação e Moagem do Café no Estado de Santa Catarina – Sindcafe	Florianópolis
Sindicato da Indústria da Construção e do Mobiliário de Brusque, Guabiruba, Botuverá e Nova Trento – Sinduscon	Brusque
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Joinville – Sindimet	Joinville
Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias e Tanoarias de Lages – Sindimadeira	Lages
Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem, Vestuário e do Calçado de Lages e Região Serrana – Sinditêxtil	Lages
Sindicato da Indústria da Construção e de Artefatos de Concreto Armado do Extremo Oeste de Santa Catarina – Sinduscon	São Miguel do Oeste
Sindicato das Indústrias de Olaria, de Cerâmica para Construção, de Mármore e Granitos de Chapecó – Sicec	Chapecó
Sindicato da Indústria Florestal de Curitiba – Sifc	Curitibanos
Sindicato da Indústria de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeira no Estado de Santa Catarina – Sindserraria	Joinville
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jaraguá do Sul – Siticom	Jaraguá do Sul
Sindicato das Indústrias do Vestuário de Brusque, Botuverá, Guabiruba e Nova Trento – Sindinvest	Brusque
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Bento do Sul – Sindusmobil	São Bento do Sul
Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem, Malharia e Tinturaria de Brusque, Botuverá e Guabiruba – Sifitec	Brusque
Sindicato das Indústrias Gráficas da Micro-Região de Itajaí - Sindigrafí	Itajaí
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Xanxerê – Simmex	Xanxerê
Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de Joinville - Sindipan	Joinville
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Concórdia – Simc	Concórdia
Sindicato das Indústrias de Cerâmica de Criciúma – Sindiceram	Criciúma
Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem, Confecção e do Vestuário do Alto Vale do Itajaí – Sinfiatec	Rio do Sul

Sindicato das Indústrias Gráficas da Grande Florianópolis – Sigraf	Florianópolis
Sindicato da Indústria da Construção Pesada e Afins do Estado de Santa Catarina – Sicepot	Florianópolis
Sindicato das Indústrias dos Descartáveis Plásticos do Estado de Santa Catarina – Sindesc	Criciúma
Sindicato das Indústrias de Alimentação do Extremo Oeste Catarinense - Sindialimentação	São Miguel do Oeste
Sindicato das Indústrias de Madeira do Médio e Alto Vale do Itajaí - Sindimade	Rio do Sul
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Rio do Sul - Simmers	Rio do Sul
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Florianópolis - Simmfef	Florianópolis
Sindicato da Indústria do Trigo no Estado de Santa Catarina - Sinditrigo	Joaçaba
Sindicato das Indústrias de Cerveja e Bebidas em geral e do Fumo de Blumenau - Sindbeb	Blumenau
Sindicato das Indústrias de Pré-Moldados e Artefatos de Cimento da Grande Florianópolis - Sinpremac	Florianópolis
Sindicato da Indústria de Couro, Calçados, Vestuário e Artefatos de Couro de Caçador - Sincave	Caçador
Sindicato das Indústrias de Molduras da Região da Amurel e Amrec - Sindimolduras	Braço do Norte
Sindicato de Indústria Cerâmica para Construção do Vale do Itajaí, Centro, Norte e Planalto Catarinense - Sindicer	Rio do Sul
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Jaraguá do Sul - Simmmejs	Jaraguá do Sul
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Lages - Simmmel	Lages
Sindicato das Indústrias da Extração de Pedreiras no Estado de Santa Catarina - Sindipedras/Sc	Indaial
Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina - Sindicarne	Florianópolis
Sindicato da Indústria de Extração de Madeiras no Estado de Santa Catarina - Sindextração	Florianópolis
Sindicato das indústrias plásticas do sul catarinense - sinplasc	Criciúma
Sindicato das Indústrias de Alimentação do Oeste Catarinense - Sindialimentos	Chapecó
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Joaçaba - Sindimec	Joaçaba
Sindicato da Indústria de Calçados de Criciúma - Sindcal	Araranguá
Sindicato da Indústria do Arroz no Estado de Santa Catarina - Sindarroz-sc	Jaraguá do Sul
Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Santa Catarina - Sindirepa	Joinville
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico da Região do Alto Uruguai Catarinense - Sindimec	Concórdia
Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de Criciúma - Sindipan	Criciúma

Sindicato das Indústrias Gráficas de Joinville - Sigraf	Joinville
Sindicato da Indústria de Material Plástico no Estado de Santa Catarina - Simpesc	Joinville
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Mafra - Sindicomm	Mafra
Sindicato das Indústrias de Celulose e Papel de Santa Catarina - Simpesc	Lages
Sindicato das Indústrias Gráficas de Blumenau - Sindigraf	Blumenau
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Caravaggio - Simec	Nova Veneza
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Rio do Sul - Sinduscon	Rio do Sul
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de São Bento do Sul - Simmesbs	São Bento do Sul
Sindicato das Indústrias Cerâmicas e Olarias do Vale do Araranguá - Sincova	Sombrio
Sindicato da Indústria da Construção de Balneário Camboriú - Sinduscon	Balneário Camboriú
Sindicato da Indústria da Pesca, dos Armadores e da Aquicultura da Grande Florianópolis e Sul Catarinense - Sinpescasul	Florianópolis
Sindicato das Indústrias de Carnes e de Beneficiamento de Cereais de Nova Veneza - Sincacerv	Nova Veneza
Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeira de Canoinhas, Três Barras e Major Vieira - Sindimadeira	Canoinhas
Sindicato das Indústrias de Calçados de São João Batista - Sincasjb	São João Batista
Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região - Sindipi	Itajaí
Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Itapema - Sinduscon	Itapema
Sindicato da Indústria da Construção Civil e de Artefatos de Cimento Armado do Vale do Itapocu - Sinduscon	Jaraguá do Sul
Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados do Estado de Santa Catarina - Sindileite	Florianópolis
Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores - Sindipeças	Joinville
Sindicato das Indústrias Gráficas do Oeste de Santa Catarina - Sindigraficos	São Miguel do Oeste
Sindicato da Indústria da Construção e do Mobiliário de Blumenau - Sinduscon	Blumenau
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Ibirama - Sinduscom	Ibirama
Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Joinville - Siftj	Joinville
Sindicato das Indústrias do Material Plástico e Artefatos de Borracha do Oeste Catarinense - Sindiplasc	Chapecó
Sindicato das Indústrias Gráficas nas Regiões da Serra e Vale do Rio do Peixe no Estado de Santa Catarina - Sindigraf	Lages

Sindicato da Indústria da Construção Civil de Joinville - Sinduscon	Joinville
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Lages - Sinduscon	Lages
Sindicato da Indústria da Panificação e Confeitaria da Grande Florianópolis - Sindipan	Florianópolis
Sindicato da Indústria de Cerâmica para Construção e de Olaria de Tubarão - Siccot	Tubarão
Sindicato da Indústria do Vestuário de Joinville - Sindinvest	Joinville
Sindicato das Indústrias de Móveis de Madeira, Serrarias, Carpintarias, Marcenarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeiras de Criciúma - Sindimadeira	Criciúma
Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitarias de Lages - Sindipan	Lages
Sindicato das Indústrias Gráficas de Rio do Sul - Sindigraf	Rio do Sul
Sindicato Patronal da Indústria da Mecânica de Joinville e da Indústria da Mecânica, Metalúrgica e do Material Elétrico da Região - Sindimec	Joinville
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Tubarão - Sindimet	Tubarão
Sindicato da Indústria da Madeira e do Mobiliário da Amurel - Sindimad	Tubarão
Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de Santa Catarina - Sinqfesc	Joinville
Sindicato da Indústria do Vestuário da Grande Florianópolis - Sindinvest	Florianópolis
Sindicato da Indústria da Panificação e Confeitaria de Tubarão e Região - Sindipan	Tubarão
Sindicato da Indústria da Construção Civil de Tubarão - Sinduscon	Tubarão
Sindicato das Indústrias de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar, de Compressores Herméticos para Refrigeração e de Artigos e Equipamentos Odontológicos, Médicos e Hospitalares de Joinville - Sinditherme	Joinville
Sindicato das Indústrias do Vestuário, Fiação, Tecelagem, Calçados e Couro do Alto Uruguai Catarinense - Sindinvest	Concórdia
Sindicato da Indústria da Alimentação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - Siamfri	Itajaí
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Indaial – Simmmei	Indaial
Sindicato da Indústria do Mate de Catanduvas - Sindmate	Catanduvas
Sindicato das Indústrias de Marcenaria, de Móveis de Junco e Vime e de Vassouras e de Cortinados e Estofos de Blumenau - Sindimar	Blumenau
Sindicato das Indústrias Gráficas do Sul Catarinense - Sindigraf	Criciúma
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Materiais Elétricos de Itajaí - Sindimetal	Itajaí
Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de Santa Catarina -	Florianópolis

Santacine	
Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis - Sinduscon	Florianópolis
Sindicato da Indústria da Construção Civil do Sul Catarinense - Sinduscon	Criciúma
Sindicato da Indústria de Massas Alimentícias e Biscoitos do Sul Catarinense - Sindimassas	Criciúma
Sindicato das Indústrias do Mobiliário da Grande Florianópolis - Simgf	Florianópolis
Sindicato da Indústria do Vestuário de Tubarão - Sindvest	Tubarão
Sindicato da Indústria do Vinho do Estado de Santa Catarina - Sindivinho	Videira
Sindicato das Indústrias de Panificação, Confeitaria e Produtos Alimentícios de Blumenau e Região - Sindipan	Blumenau
Sindicato da Indústria do Fumo da Região sul do Brasil - Sinditabaco	Santa Cruz do Sul/RS
Sindicato da Indústria do Vestuário do Sul Catarinense - Sindinvest	Criciúma
Sindicato das indústrias de alimentação de Jaraguá do sul	Jaraguá do Sul
Sindicato das Indústrias da Mandioca e do Açúcar de Rio do Sul, Ilhota e São João Batista - Simars	Rio do Sul
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Criciúma - Sindimetal	Criciúma
Sindicato das Indústrias do Vestuário do Oeste de Santa Catarina - Sindvestuário	São Miguel do Oeste
Sindicato da Indústria da Construção Civil dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - Sinduscon	Itajaí
Sindicato da Indústria Madeireira e Moveleira do Vale do Uruguai - Simovale	Chapecó
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Porto União - Sinduscom	Porto União
Sindicato das Indústrias de Artefatos Plásticos e Brinquedos de Blumenau - Siapb	Blumenau
Sindicato da Indústria da Madeira de Caçador e Região - Simca	Caçador
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Blumenau - Simmmeb	Blumenau
Sindicato da Indústria da Construção e de Artefatos de Concreto Armado do Oeste de Santa Catarina - Sinduscon	Chapecó
Sindicato da Indústria do Mate no Estado de Santa Catarina - Sindmate	Canoinhas
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Rio Negrinho - Sindicom	Rio Negrinho
Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Bento do Sul - Siftsbs	São Bento do Sul
Sindicato das Indústrias Gráficas de Concórdia - Sindigraf	Concórdia
Sindicato da Indústria da Construção Civil da Amai - Sicomai	Xanxerê
Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - Sindan	São Paulo/SP
Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana de Blumenau	Blumenau

Sindicato das Indústrias Mecânicas, Oficinas Mecânicas e Serviços de Chapeação e Pintura em Veículos do Extremo Oeste de Santa Catarina - Sindimecânicas	São Miguel do Oeste
Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeira de Blumenau - Sindserraria	Blumenau
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Timbó - Simmet	Timbó
Sindicato Nacional da Indústria do Cimento - Snic	Rio de Janeiro/RJ
Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - Sindirações	São Paulo/SP
Sindicato da Indústria de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeira de Joaçaba - Sindmad	Joaçaba
Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Blumenau - Sintex	Blumenau
Sindicato das Indústrias de Malharias e Meias de Joinville - Sindimalhas	Joinville
Sindicato das Indústrias de Mármore, Granitos e Pedras Decorativas do Estado de Santa Catarina - Simargran	Blumenau
Sindicato da Indústria da Construção Civil e de Artefatos de Cimento Armado do Alto Uruguai Catarinense - Sinduscon	Concórdia
Sindicato das Indústrias da Construção Naval de Itajaí e Navegantes - Sinconavin	Itajaí
Sindicato das Indústrias do Vestuário, Fiação e Tecelagem de Jaraguá do Sul - Sivjs	Jaraguá do Sul
Sindicato da Indústria da Cerâmica Vermelha de Morro da Fumaça - Sinder	Morro da Fumaça
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Chapecó - Simec	Chapecó
Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina - Siecesc	Criciúma